

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS

DARLAN NEI WRITZL

POSSIBILIDADES DE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: REVISÃO
SISTEMÁTICA E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO MUNICÍPIO DE GIRUÁ/RS

CERRO LARGO

2024

DARLAN NEI WRITZL

**POSSIBILIDADES DE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: REVISÃO
SISTEMÁTICA E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO MUNICÍPIO DE GIRUÁ/RS**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa 2: Dinâmicas Sociopolíticas e Experiências de Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iara Denise Endruweit Battisti

Co-Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dionéia Dalcin

**CERRO LARGO
2024**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Writzl, Darlan Nei

Possibilidades de sucessão na agricultura familiar:
revisão sistemática e evidências empíricas no município
de Giruá/RS / Darlan Nei Writzl. -- 2024.

132 f.

Orientadora: Doutora Iara Denise Endruweit Battisti

Co-orientadora: Doutora Dionéia Dalcin

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo,RS,
2024.

1. agricultura familiar. 2. sucessão. 3. sucessão
familiar. 4. revisão sistemática da literatura. 5.
condições produtivas. I. Battisti, Iara Denise
Endruweit, orient. II. Dalcin, Dionéia, co-orient. III.
Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

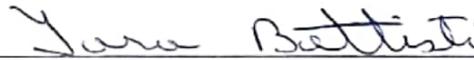
DARLAN NEI WRITZL

**POSSIBILIDADES DE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: REVISÃO
SISTEMÁTICA E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO MUNICÍPIO DE GIRUÁ/RS**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.
Linha de Pesquisa 2: Dinâmicas Sociopolíticas e Experiências de Desenvolvimento.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em: 20/03/2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Iara Denise Endruweit Battisti
Orientadora

Documento assinado digitalmente

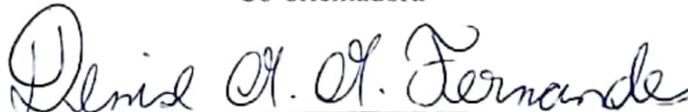


DIONEIA DALCIN

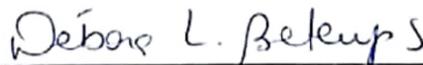
Data: 21/05/2024 09:45:53-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Dionéia Dalcin
Co-orientadora



Prof.^a Dr.^a Denise Medianeira Mariotti Fernandes
Avaliadora



Prof.^a Dr.^a Débora Leitzke Betemps
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Nesses dois anos de mestrado, em que estive concentrado na escrita dessa dissertação, contei com apoios e incentivos sem os quais não conseguiria encerrar esse ciclo. Serei eternamente grato:

À Deus que me iluminou nessa caminhada. Eu Te agradeço, Senhor, pela vida, pelas pessoas maravilhosas que conheci durante essa jornada e pelas incontáveis bênçãos que vivi até aqui.

Aos meus pais, Elemar e Rosani, pelo apoio incondicional, carinho, incentivo e ajuda na superação dos obstáculos que foram surgindo ao longo desta caminhada. A eles dedico este trabalho!

À Professora Iara, minha orientadora, por ter me acolhido com muita gentileza quando iniciei os estudos no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP). Seus conselhos, sua compreensão e as conversas durante as orientações foram essenciais para enfrentar cada desafio que surgiu durante essa jornada de estudos.

À minha co-orientadora, Professora Dionéia, pelas valiosas contrições. Com você aprendi, desde a graduação, como nossas vivências no meio rural podem ser transformadas em ciência e impactar positivamente outras histórias.

Às professoras Débora e Denise, por aceitarem fazer parte da banca e pelas valiosas contribuições.

Aos agricultores familiares pela disponibilidade de responder as questões que resultaram na construção dessa dissertação.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Giruá, pelo apoio.

Aos professores do PPGDPP.

Aos colegas da turma 2022.1 do PPGDPP.

À Universidade Federal da Fronteira Sul.

RESUMO

A dinâmica da sucessão na agricultura familiar é de particular relevância no Brasil, onde esse setor se destaca pela produção de alimentos e por seu papel estratégico no desenvolvimento rural e na segurança alimentar. O problema da sucessão agrícola vem sendo considerado por cientistas e decisores políticos desde o final do século XX e, apesar dos avanços das políticas públicas voltadas à agricultura familiar nos últimos 25 anos, a permanência do jovem no campo continua sendo um desafio. A migração de jovens das zonas rurais para os centros urbanos tem reduzido o número de filhos que assumem a propriedade rural no lugar dos pais. Esse fenômeno pode afetar as dimensões da vida familiar e o setor agrícola de forma mais ampla, pois está associado ao abandono da terra, à diminuição da eficiência agrícola e à estagnação dos investimentos. Esta dissertação busca compreender os fatores relacionados aos agricultores familiares e às condições produtivas das propriedades rurais familiares do município de Giruá (RS) e sua relação com a sucessão intergeracional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com revisão sistemática da literatura existente sobre o tema e pesquisa de campo com agricultores familiares do município de Giruá (RS). Para a revisão sistemática da literatura foi utilizada a metodologia *Methodi Ordinatio*, que classifica os artigos de acordo com critérios científicos válidos e reconhecidos internacionalmente (o fator de impacto, o ano de publicação e o número de citações). Após os processos de seleção e classificação, foram incluídos 65 artigos das bases de dados *Science Direct*, *Web of Science* e *Scopus*, considerados elegíveis e relevantes para esta revisão sistemática. Observou-se que 59,92% dos artigos selecionados foram publicados entre 2017 e 2023, o que reforça a atualidade do tema. Ainda, constatou-se que a maioria dos estudos incluídos evidenciam pesquisas realizadas na Irlanda, Brasil e Estados Unidos. A pesquisa de campo teve abordagem qualitativa, a amostra foi não probabilística, definida pelo método de saturação e a análise foi realizada por sistematização. De forma consistente com pesquisas anteriores, os resultados indicam que agricultores que identificaram um sucessor tendem a investir mais em maquinários e benfeitorias e têm propriedades maiores. Por outro lado, ao contrário dos resultados de pesquisas anteriores, mas com base na amostra de doze propriedades familiares do município de Giruá (RS), se constatou que, em média, os gestores das propriedades com sucessores são mais jovens. Por fim, são sugeridas algumas medidas, à nível de políticas públicas, voltadas para a sucessão na agricultura familiar, incluindo programas de crédito fundiário, mediação e aconselhamento para elaboração de um plano sucessório, apoio à mulher que deseja assumir a propriedade e benefícios fiscais para explorações agrícolas transferidas para um jovem membro da família.

Palavras-chave: agricultura familiar; sucessão; sucessão familiar; revisão sistemática da literatura; condições produtivas.

ABSTRACT

The dynamics of succession in family farming are of relevance in Brazil, where this sector stands out for its food production and its strategic role in rural development and food security. The problem of agricultural succession has been considered by scientists and political decision-makers since the end of the 20th century and, despite advances in public policies aimed at family farming in the last 25 years, the permanence of young people in the countryside continues to be a challenge. The migration of young people from rural areas to urban centers has reduced the number of children who take over rural property in their parents' place. This phenomenon can affect the dimensions of family life and the agricultural sector more broadly, as it is associated with land abandonment, decreased agricultural efficiency and stagnant investment. This dissertation seeks to understand the factors related to family farmers and the productive conditions of family rural properties in the municipality of Giruá (RS) and their relationship with intergenerational succession. This is qualitative research, with a systematic review of the existing literature on the topic and field research with family farmers in the municipality of Giruá (RS). For the systematic literature review, the Methodi Ordinatio methodology was used, which classifies articles according to valid and internationally recognized scientific criteria (impact factor, year of publication and number of citations). After the selection and classification processes, 65 articles were included from the Science Direct, Web of Science and Scopus databases, considered eligible and relevant for this systematic review. It was observed that 59.92% of the selected articles were published between 2017 and 2023, which reinforces the topicality of the topic. Furthermore, it was found that the majority of studies included evidence research carried out in Ireland, Brazil and the United States. The field research had a qualitative approach, the sample was non-probabilistic, defined by the saturation method and the analysis was carried out by systematization. Consistent with previous research, the results indicate that farmers who have identified a successor tend to invest more in machinery and improvements and have larger properties. On the other hand, contrary to the results of previous research, but based on a sample of twelve family properties in the municipality of Giruá (RS), it was found that, on average, the managers of properties with successors are younger. Finally, some measures are suggested, at the level of public policies, aimed at succession in family farming, including land credit programs, mediation, and advice for preparing a succession plan, support for women who wish to take over the property and tax benefits for farms transferred to a young family member.

Keywords: family farming; succession; family succession; systematic literature review; productive conditions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crescimento das populações urbanas e rurais globais até 2050.....	22
Figura 2 – Ciclo de vida da propriedade agrícola familiar	47
Figura 3 – Localização do município de Giruá no COREDE Missões, RS	53
Figura 4 – Volume de publicações por ano.....	57
Figura 5 – Número de estudos distribuídos por países.....	58
Figura 6 – Resumo dos principais resultados da pesquisa bibliométrica	91
Figura 7 – Principais resultados da pesquisa com os agricultores familiares.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas de produção mercantil	42
Quadro 2 – Comparação entre agricultura patronal e familiar	43
Quadro 3 – Resultado bruto da busca sistemática, Etapa 3 da Methodi Ordinatio	50
Quadro 4 – Resultado bruto da busca sistemática para o ano de 2023.....	52
Quadro 5 – Características, condições produtivas e status de sucessão das propriedades rurais familiares	79
Quadro 6 – Características dos agricultores principais e status de sucessão.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de publicações resultante dos procedimentos de filtragem.....	50
Tabela 2 – Frequência de respostas sobre a gestão da propriedade.....	87
Tabela 3 – Frequência de respostas sobre decisões gerenciais e vida familiar.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAR	Abordagem de Ação Racional
ABRA	Associação Brasileira pela Reforma Agrária
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONAFER	Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Fetraf Sul	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul
FI	Fator de Impacto
GCFI	Gross Cash Farm Income
GPS	Global Positioning System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILO	International Labour Organization
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IO	InOrdinatio
ISSN	International Standard Serial Number
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PD	Produção Doméstica
PIB	Produto Interno Bruto
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnater	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPM	Pequena Produção Mercantil
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSM	Produção Simples de Mercadoria

RS	Rio Grande do Sul
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Teagasc	The Agriculture and Food Development Authority
TFA	Total Farm Assets
UE	União Europeia
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNDESA	United Nations Department of Economic and Social Affairs
UNESCO	United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization
USDA	United States Department of Agriculture
WoS	Web of Science

LISTA DE SÍMBOLOS

Δ	Delta
λ	Lambda
Ω	Ômega

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	TEMA	20
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.3	OBJETIVOS	21
1.3.1	Objetivo geral	21
1.3.2	Objetivos específicos.....	21
1.4	JUSTIFICATIVA.....	21
1.5	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	27
2	REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1	DESENVOLVIMENTO (RURAL): REVISANDO CONCEITOS	28
2.2	O JOVEM RURAL DIANTE DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO	36
2.3	AGRICULTURA FAMILIAR: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO.....	39
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
3.1	MATERIAIS E MÉTODOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA ...	49
3.2	MATERIAIS E MÉTODOS DA PESQUISA DE CAMPO	52
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
4.1	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	56
4.2	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO COM AGRICULTORES FAMILIARES.....	68
4.2.1	Caracterização das propriedades rurais familiares e dos seus gestores.....	69
4.2.2	Relações entre a identificação de um sucessor e as características da propriedade rural familiar.....	75
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	123
	APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	125
	APÊNDICE C - VISÃO GERAL DOS ARTIGOS REVISADOS.....	129

1 INTRODUÇÃO

A migração tem sido um fator significativo na evolução das sociedades rurais. A Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization – ILO, 2020) aponta que, em 1990, cerca de 57% da população mundial vivia em áreas rurais, já em 2019 apenas 44% da população permaneceu neste espaço e, até 2030, estima-se que essa participação deve cair para 40%. Essa tendência de urbanização global provoca mudanças no emprego, uma vez que as áreas urbanas atraem cada vez mais pessoas, enquanto as atividades agrícolas tornam-se menos prevalentes em relação ao número de pessoas empregadas. Em 1991, 44% dos trabalhadores do mundo estavam empregados na agricultura, enquanto 34% trabalhavam no setor de serviços e 22% no setor industrial. Em 2019, o setor de serviços foi responsável por metade do emprego global e o setor industrial permaneceu estável, representando 23% do emprego. A parcela de emprego agrícola caiu para 27% (ILO, 2020).

No Brasil, a população rural correspondia a 44% (41 milhões de habitantes) em 1970. Com os movimentos migratórios, ocasionados pela busca das pessoas por trabalho nas cidades, a população rural reduziu para 33,8 milhões de habitantes em 1996 (22% do total nacional) (Camarano; Abramovay, 1999). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no ano de 2015, apenas 15,28% dos brasileiros viviam em áreas rurais, enquanto a maioria da população (84,72%) residia em áreas urbanas (Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE, 2022).

No tocante às áreas urbanas, cabe destacar que são identificadas algumas vantagens quando comparadas às áreas rurais, como qualidade de vida mais elevada (Oguzturk, 2008; Sampaio; Ito; Sampaio, 2013; Petrovič; Maturkanic, 2022), melhor acesso aos serviços de saúde (Arruda; Maia; Alves, 2018), melhor infraestrutura para conectividade de internet (Park, 2017) e melhores oportunidades de emprego (Mukhtar *et al.*, 2018). Ainda, um estudo desenvolvido em 150 países demonstrou que as populações urbanas são, em média, mais felizes do que as populações rurais, o que pode ser explicado por padrões de vida mais elevados e melhores perspectivas econômicas nas cidades (Burger *et al.*, 2020).

Nas próximas décadas, prevê-se que o ritmo de urbanização acelere e que 68% da população viva em áreas urbanas até 2050 (United Nations Department of Economic and Social Affairs – UNDESA, 2018). De acordo com McKenzie e Williams (2015), até 2050, a população mundial chegará a 9 bilhões de pessoas. Por consequência, a disponibilidade de alimentos produzidos de maneira sustentável, sem prejudicar ecossistemas e destruir a biodiversidade, será um desafio global.

O envelhecimento da força de trabalho agrícola também é um problema em muitas partes do mundo, pois tem implicações na composição da força de trabalho, nos padrões de produção agrícola, na organização social das comunidades rurais, na posse da terra e no desenvolvimento socioeconômico em geral (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, 2017). Por consequência, a transferência intergeracional das propriedades rurais é, cada vez mais, considerada essencial para sobrevivência, continuidade e sustentabilidade da agricultura familiar.

Wheeler *et al.* (2012) destacam que a existência de um sucessor na propriedade rural é importante, pois está positivamente associada à capacidade do atual agricultor de se adaptar às condições externas. As propriedades que não têm um sucessor estão mais propensas a entrar em um período de estagnação. Diante disso, surge o desafio de entender os motivos que levam as novas gerações a permanecerem nas áreas rurais ou partirem para áreas urbanas, tendo em vista que os jovens possuem um papel fundamental no que diz respeito ao futuro das áreas rurais (Muilu; Rusanen, 2003).

Li *et al.* (2016) destacam a importância de os governos alinharem seus planos de desenvolvimento regional com estratégias eficazes para combater o despovoamento rural. De acordo com Henig e Santos (2016), ao criar alternativas para que as pessoas permaneçam na agricultura, o Estado consegue conter a migração destas para as zonas urbanas, resultando em menos acúmulo populacional nas cidades e amenizando problemas causados pela rápida urbanização, como pobreza urbana, desemprego, dificuldade de acesso à moradia, desigualdade, aumento de crimes urbanos e degradação ambiental (Zhang, 2016). Também é importante que o Estado desenvolva políticas públicas eficientes que garantam a sucessão intergeracional no meio rural, principalmente na agricultura familiar, que é um setor indispensável para enfrentar o desafio global da segurança alimentar.

Leonard *et al.* (2017) afirmam que a transferência intergeracional das propriedades rurais é essencial para a sustentabilidade e o desenvolvimento da agricultura mundial, visto que a idade média dos agricultores está aumentando, enquanto o número de agricultores com menos de 40 anos está diminuindo. Isto pode gerar impactos negativos na indústria agrícola, uma vez que agricultores mais jovens são mais instruídos, mais dispostos a aplicar métodos de produção mais eficientes e têm maior conhecimento sobre os benefícios das tecnologias, comparado aos agricultores mais velhos, que são mais conservadores e menos flexíveis (Ahnström *et al.*, 2009; Howley; Donoghue; Heanue, 2012).

Spanevello *et al.* (2017) reforçam que a questão sucessória na agricultura familiar passou por mudanças, uma vez que, no passado, os filhos pretendiam continuar no meio rural,

na condição de agricultores, auxiliando os pais na velhice. Atualmente, esse padrão que predominava nas antigas gerações foi desestruturado, pois muitos agricultores não possuem um sucessor, conseqüentemente precisam vender suas propriedades e então residirem no meio urbano para serem amparados pelos filhos.

Para Leonard *et al.* (2017) a sucessão é um fenômeno complexo que não envolve apenas a vida familiar, mas também o setor agrícola de forma mais ampla. Entende-se que definir sucessão seja necessário para um melhor entendimento deste trabalho. A literatura (Handler, 1994; Rodríguez *et al.*, 2007; Lam, 2011) aponta que sucessão é um processo contínuo de ajustes de papéis entre os membros atuais e os das gerações futuras de uma organização familiar, sendo um conjunto de etapas que ocorre em consequência da passagem do tempo e importante para a garantia de sua continuidade. Pode ser definida, ainda, como a transferência de poder e de capital entre as gerações (Leone *et al.*, 2010).

Alguns autores (Stiglbauer; Weiss, 2000; Simeone, 2007; Leonard *et al.*, 2017; Cavicchioli; Bertoni; Pretolani, 2018; Engelhart; Vogel; Larcher, 2018; Abdala; Binotto; Borges, 2021; Nandi *et al.*, 2022; Monteiro; Mujica, 2022) indicam que a sucessão pode ser influenciada por fatores econômicos, sociais, políticos e pelas características das propriedades rurais. Por exemplo, propriedades maiores e mais promissoras economicamente podem ser mais atrativas para potenciais sucessores (Mishra; El-Osta, 2008; Spanevello; Lago, 2008; Glauben *et al.*, 2009; Suess-Reys; Fuetsch, 2016; Foguesatto *et al.*, 2020). Além disso, a desvalorização do setor agrícola por parte do governo, das empresas privadas e da população urbana faz com que alguns produtores não incentivem os filhos a continuarem na atividade (Winck *et al.*, 2013). Para Haigh, Stover e Helling (1996), a visão dos pais sobre o futuro da agricultura é um importante preditor das aspirações para seus filhos, sendo que pais que consideram a agricultura um estilo de vida desejável, transmitem valores positivos para que a agricultura seja uma realidade para a próxima geração. Por outro lado, a probabilidade de ter um sucessor diminui em famílias que desencorajam seus filhos a permanecer na agricultura, concentrando-se nas dificuldades financeiras e insatisfação com o trabalho.

Outras variáveis associadas à transferência do controle gerencial de propriedades familiares podem incluir: estado civil (Rayasawath, 2018), comunicação entre o gestor da propriedade e os demais membros da família (Santhanam-Martin; Bridge; Stevens, 2019), gênero (Grubbström; Sooväli-Sepping, 2012; Glover, 2014; Breitenbach; Corazza, 2020; Sheridan *et al.*, 2021), ordem de nascimento (Cavicchioli; Bertoni; Pretolani, 2018), distância da propriedade de centros urbanos (Kerbler, 2012; Bertoni; Cavicchioli, 2016; Shahzad;

Abubakr; Fischer, 2021) e diversificação das atividades agrícolas (Shahzad; Abubakr; Fischer, 2021).

Também deve-se reconhecer a importância de fatores não econômicos no processo sucessório. Conway *et al.* (2016) trazem uma visão dos fatores psicodinâmicos e sociodinâmicos, que influenciam o processo de transferência da empresa agrícola familiar na perspectiva da geração sênior. Para os agricultores mais velhos, transferir o controle gerencial da propriedade e se aposentar é difícil de aceitar, pois estariam sacrificando sua identidade profissional e pessoal, além de perder o reconhecimento e *status* de agricultor ativo e produtivo na sociedade. Isso pode ocorrer porque as áreas rurais, apesar de compreenderem menos moradores, promovem relacionamentos pessoais e redes sociais mais fortes, em comparação com áreas urbanas (Hoare; Jacka; Berk, 2019).

De acordo com Nuthall e Old (2017) muitos agricultores não possuem um plano de sucessão para ser implementado, devido à resistência em aceitar o envelhecimento, as preocupações e riscos envolvidos. Muitas vezes, eles continuam trabalhando além da idade padrão de aposentadoria (Maciuba; Westneat; Reed, 2013; Depczynski; Lower, 2014). Riley (2016) explica que, para os agricultores com mais de 65 anos, que continuam trabalhando em suas propriedades, realizar as tarefas do dia a dia é importante para a manutenção de sua identidade agrícola e preservação do capital simbólico, que envolve sua história de vida. No entanto, a relutância dos agricultores em se aposentar pode deixar os futuros sucessores distantes da gestão da propriedade e despreparados para gerenciá-la, gerando frustrações e desinteresse (Borec *et al.*, 2013; Chiswell, 2018).

Muitas vezes, a ineficiência das práticas tradicionais impede que os agricultores obtenham retorno máximo de sua empresa agrícola (Farayola *et al.*, 2020). Daldegan e Chiriboga (2019) apontam que a juventude pode desempenhar papel importante para enfrentar esse desafio, desenvolvendo habilidades para lidar com um ambiente competitivo e conectando o ambiente rural com novas informações e tecnologias, ajudando a fortalecer e garantir o futuro da agricultura. Conforme Bittencourt (2020), a inovação pode proporcionar a viabilidade econômica das propriedades familiares e gerar condições para sua reprodução como unidade social familiar, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento regional.

Puntel, Paiva e Ramos (2012) argumentam que os jovens querem se inserir no mundo moderno e, muitas vezes, associam a agricultura à falta de perspectivas para poder acompanhar essa modernização. Assim, optam em partir para as áreas urbanas em busca de novas oportunidades para construir suas identidades, suas relações pessoais e seus projetos de vida. Diante disso, surge o desafio de eliminar e/ou reduzir as barreiras que dificultam a sucessão em

regiões agrícolas e, portanto, o Problema desta pesquisa e seus Objetivos avançam sobre este olhar.

1.1 TEMA

Sucessão intergeracional na agricultura familiar.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Em 2017, ano da realização do último Censo Agropecuário, a agricultura familiar ocupava 66,3% dos trabalhadores em atividades agropecuárias no Brasil, sendo observada maior concentração de produtores em faixas etárias acima de 55 anos, padrão diferente do verificado na agricultura não familiar, que teve maior presença de produtores nas faixas de até 55 anos (IBGE, 2020). Essa estrutura etária pode ser desfavorável para a sobrevivência da agricultura familiar, que, por enfrentar dificuldades em designar um sucessor, leva os agricultores a desistirem da atividade agrícola e venderem suas propriedades. Isso resulta em propriedades maiores, inseridas em mercados cada vez mais competitivos e com produtos padronizados.

A transição de negócios familiares pode ser um conjunto complexo de desafios e desavenças, visto que a mudança de *status* que acompanha esse processo tende a agravar as dificuldades relacionadas: os relacionamentos familiares precisam ser realinhados, as questões emocionais são difíceis de abordar e a nova estrutura de gestão deve coincidir com o ciclo de vida da família (Lansberg, 1988). Mesmo em propriedades onde há um descendente selecionado como sucessor existem tensões entre as gerações sobre questões de justiça e falta de um planejamento evidente (Anderson; Rosenblatt, 1985). Potter e Loblely (1996) explicam que a sucessão é importante para determinar a trajetória dos negócios da propriedade familiar, sendo que quando um sucessor é identificado, os planos são direcionados para ampliar a geração de renda da propriedade. Por outro lado, quando a sucessão é descartada, o desenvolvimento do negócio agrícola pode ser prejudicado, pois o agricultor precisa reduzir os esforços e a carga de trabalho.

Diante disso, a sustentabilidade da agricultura familiar e a transferência do empreendimento agrícola através das gerações é um desafio para muitas famílias de agricultores. À medida que os membros da família responsáveis pelas principais decisões envelhecem, muitos buscam passar a propriedade agrícola familiar para a próxima geração.

Embora os membros da família são integrados ao empreendimento desde cedo, realizando tarefas próprias da idade, muitas vezes não há interessados em dar continuidade no legado da família, o que torna o planejamento da sucessão dificultoso. Mediante o exposto, esta pesquisa propõe-se a responder à seguinte problemática: **como as características das propriedades e dos gestores das propriedades rurais familiares do município de Giruá (RS) se relacionam com a sucessão intergeracional?**

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa foram delineados em geral e específicos.

1.3.1 Objetivo geral

Compreender os fatores relacionados aos agricultores familiares e às condições produtivas das propriedades rurais familiares do município de Giruá (RS) e sua relação com a sucessão intergeracional.

1.3.2 Objetivos específicos

- Revisar artigos científicos sobre sucessão na agricultura familiar por meio de revisão sistemática da literatura.
- Descrever as características das propriedades rurais familiares e de seus gestores no município de Giruá.
- Descrever a relação entre as características das propriedades e dos gestores das propriedades rurais familiares e a sucessão intergeracional na agricultura familiar no município de Giruá.

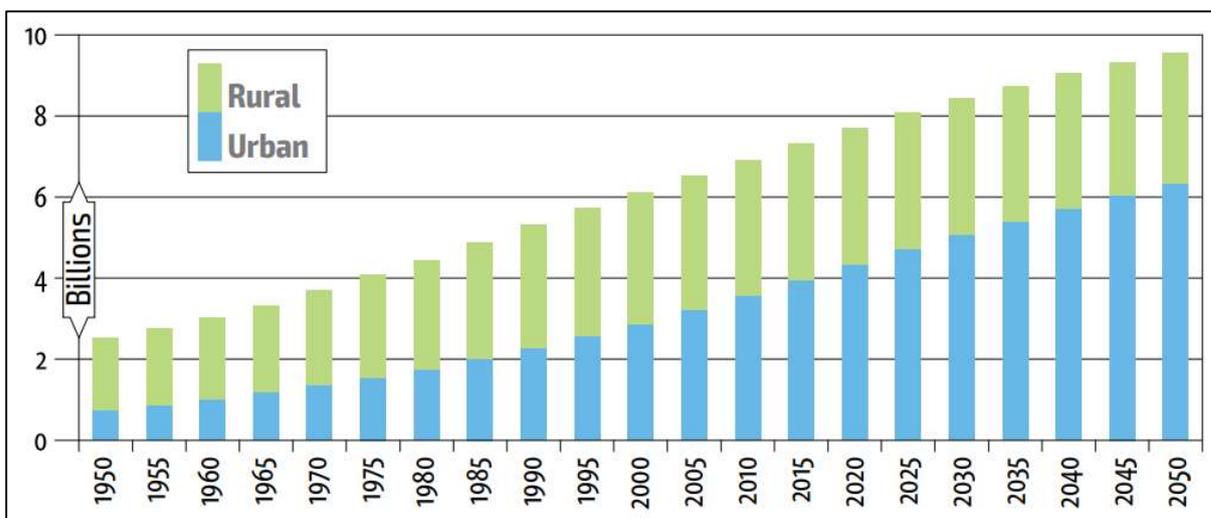
1.4 JUSTIFICATIVA

Estudar a sucessão intergeracional na agricultura familiar não é um privilégio desta pesquisa. Muitos estudos nacionais (Spanevello, 2008; Winck *et al.*, 2013; Kischener; Kiyota; Perondi, 2015; Panno; Machado, 2016; Matte; Machado, 2016; Pessotto *et al.*, 2019; Nottar; Favretto, 2021; Oliveira; Mendes; Vasconcelos, 2021; Monteiro; Mujica, 2022; Lago *et al.*, 2022) e internacionais (Glauben *et al.* 2009; Kerbler, 2012; Cavicchioli; Bertoni; Pretolani,

2018; Rodriguez-Lizano; Montero-Veja; Sibelet, 2020; Coopmans *et al.*, 2021; Plana-Farran; Gallizo, 2021) vêm buscando identificar fatores que determinam a decisão dos jovens de dar continuidade às atividades da propriedade familiar. Apesar disso, um melhor entendimento sobre esses fatores pode ser útil nos esforços para diminuir a perda de jovens rurais.

A necessidade de pesquisas sobre a sucessão na agricultura familiar é determinada, em primeiro lugar, pelas questões sociais. Nos séculos XX e XXI, observou-se um aumento nos fluxos migratórios, uma vez que as cidades oferecem mais oportunidades para que as pessoas realizem seus sonhos do que as áreas rurais (Zhang, 2016). A Figura 1 demonstra que, até 2050, as populações rurais poderão ter uma redução líquida de quase 200 milhões de pessoas, enquanto a urbanização global levará a um acréscimo de 2,4 bilhões de pessoas vivendo em vilas e cidades (FAO, 2017). As mudanças na agricultura, mais notavelmente a adoção de tecnologias que dispensam mão de obra, contribuíram para o aumento da urbanização. Paralelamente, alimentação e nutrição foram e continuarão sendo afetadas pelas mudanças trazidas pela urbanização (FAO, 2017).

Figura 1 – Crescimento das populações urbanas e rurais globais até 2050



Fonte: FAO (2017).

Tripathi *et al.* (2019) alertam que, além do crescimento da população mundial, o consumo de alimento também deve aumentar. Para alimentar uma população maior, mais urbana e mais rica, a produção de alimentos deve aumentar em 60% até 2050 (Froná; Szenderák; Harangi-Rákos, 2019). Diante disso, Keating *et al.* (2014) destacam que a demanda por alimentos está relacionada, principalmente, ao crescimento populacional, à urbanização, às mudanças na composição das dietas e no nível de renda da população. Mudanças sociais e

ambientais, apesar de ter influências menores, também podem impactar a demanda por alimentos.

Garantir a segurança alimentar é um dos desafios mais importantes da atualidade em países com diferentes graus de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que o setor agrícola desempenha um papel estratégico na intensificação da produção de alimentos (Froná; Szenderák; Harangi-Rákos, 2019; Pawlak; Kolodziejczak, 2020). A agricultura familiar, juntamente com a agricultura em larga escala, é crucial para a segurança alimentar. Destaca-se que os incentivos governamentais para esta categoria podem ser uma alternativa eficaz para a produção de alimentos com maior respeito ao meio ambiente (Berchin *et al.*, 2019). Graeub *et al.* (2016) estimam que os agricultores familiares produzem pelo menos 53% dos alimentos do mundo, tendo potencial para se tornarem agentes-chave de ações de desenvolvimento. Complementarmente, Ricciardi *et al.* (2018) demonstram que as propriedades agrícolas com menos de 2 ha produzem 30-34% dos alimentos do mundo. As propriedades menores produzem uma parcela maior de frutas, leguminosas, raízes e tubérculos, enquanto as propriedades de tamanho médio produzem mais vegetais e nozes e propriedades grandes cultivam mais oleaginosas. Os autores também descobriram que à medida que o tamanho das propriedades aumenta, a diversidade de culturas diminui e a perda pós-colheita aumenta.

Žmija *et al.* (2020) revelaram que a sustentabilidade da agricultura e da produção de alimentos depende da permanência dos jovens no meio rural e da formação de pequenas explorações agrícolas viáveis e rentáveis. Os autores apresentam que, em regiões da Europa e da África, por exemplo, os agricultores demonstraram que poderiam produzir mais em suas propriedades, mas foram identificados mais fatores que forçam a geração jovem para fora da agricultura (adiamento do momento de transferência da propriedade, acesso limitado à terra, baixa lucratividade, posição fraca na cadeia de abastecimento e apoio público com baixo nível de relevância para as necessidades dos pequenos agricultores) do que fatores de atração para que os jovens comecem a trabalhar na agricultura. Isso também é relatado em estudos brasileiros (por exemplo, Spanevello *et al.*, 2011; Troian; Breitenbach, 2018; Matte *et al.*, 2019; Grando; Dal Magro; Badalotti, 2019). Por isso, é preciso aprofundar estudos sobre a participação dos jovens na agricultura e identificar as barreiras que bloqueiam o desenvolvimento de pequenas propriedades familiares.

Além das pequenas propriedades contribuírem para a produção e disponibilidade regional de alimentos, elas exercem um papel significativo na preservação do patrimônio sociocultural herdado das sociedades camponesas, como a língua, a gastronomia e as manifestações folclóricas (Schneider, 2016). O modo de vida, a cultura e os valores que

conferem identidade à agricultura familiar podem ser conservados e inseridos em atividades econômicas quando se identifica um sucessor para dar continuidade aos estabelecimentos rurais.

Bittencourt (2020) destaca que, no Brasil, a agricultura familiar está fortemente associada à segurança alimentar e nutricional da população, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável e impulsionando economias locais. Rana e Paul (2017) enfatizam que os consumidores modernos estão mais preocupados com a saúde e mostram uma preferência por alimentos orgânicos para melhorar a qualidade de vida. Ademais, os consumidores estão dispostos a pagar preços mais altos por produtos com atributos éticos adicionais, como bem-estar animal, produção regional e preços justos aos agricultores (Zander; Hamm, 2010). Portanto, a sucessão na agricultura familiar é importante para atender essa demanda.

Avaliar a problemática da sucessão familiar no meio rural também é fundamental para a agenda política, pois ao compreender as reivindicações e dificuldades dos agricultores, é possível desenvolver ações e políticas públicas que facilitem a reprodução da agricultura familiar (Grando; Dal Magro; Badalotti, 2019). Este estudo também contribuirá para compreender a resiliência na agricultura familiar. Resiliência envolve a capacidade de mudar e se adaptar continuamente, absorvendo as mudanças, reorganizando-se e transformando cenários (Folke *et al.*, 2010). Grubbström, Stenbacka e Joosse (2014) destacam que os processos de mudança ligados à sucessão geracional são importantes para alcançar a resiliência e promover a viabilidade de uma propriedade rural. Os autores demonstram que os jovens que têm interesse na agricultura estão abertos a novas sugestões, mais dispostos a assumir riscos em relação às gerações anteriores e percebem as mudanças como obstáculos a serem superados. Portanto, os membros mais velhos da família podem ser uma fonte de apoio, se estimularem o interesse dos jovens pela agricultura e permitirem que estes participem de espaços de decisão. Na perspectiva de Kuhmonen (2020), a resiliência pode ser configurada como um ciclo virtuoso, no qual a estrutura da propriedade e sua gestão estão bem alinhadas com o contexto contemporâneo.

Ainda, este estudo contribuirá para o debate das dificuldades econômicas enfrentadas pelos jovens nas propriedades, uma vez que a falta de um rendimento agrícola satisfatório pode ser uma das principais causas da saída dos jovens da zona rural (Foguesatto *et al.*, 2020). Calus, Van Huylenbroeck e Van Lierde (2008) demonstram que a certeza sobre um sucessor resulta em um aumento dos ativos totais da propriedade, estimulando novos investimentos. Complementarmente, Dudek e Pawlowska (2022) destacam que, na Polônia, a transferência das

propriedades agrícolas para os mais jovens foi acompanhada por um aumento da área agrícola utilizada e dos índices econômicos.

A viabilidade econômica da propriedade agrícola, as incertezas acerca de eventos inesperados que podem surgir (por exemplo, doença ou divórcio), a segurança financeira a longo prazo da exploração agrícola e a tributação associada à transferência de terras são preocupações consideradas pelos agricultores. Por isso, é necessário aliviar o risco de insegurança econômica quando o agricultor atinge a idade de aposentadoria e deseja transferir a propriedade, envolvendo tanto o agricultor como o seu sucessor em um processo que reduza os obstáculos econômicos e financeiros na tomada de decisão sobre a sucessão agrícola (Leonard *et al.*, 2020). Dessa forma, ao identificar fatores relacionados à sucessão na agricultura familiar, esse estudo contribuirá para o desenvolvimento de políticas eficazes que podem melhorar a gestão das propriedades e ampliar suas estruturas, visando aumentar a probabilidade de transferência e gerar mais esforços para que o negócio seja viável.

Na União Europeia, por exemplo, existe um financiamento de até 70.000 euros para jovens agricultores que apresentem e implementem um plano de negócios, sendo possível ser pago em até cinco anos, em pelo menos duas prestações (European Network for Rural Development, 2017). May *et al.* (2019) descobriram que esse programa, denominado *Young Farmer Payment*, não é percebido apenas como um incentivo econômico, mas como uma ferramenta para alcançar objetivos motivacionais como prazer no trabalho e reconhecimento, uma vez que o financiamento estava disponível apenas para agricultores qualificados, assim os beneficiários ganharam prestígio em relação ao seu grupo de referência e, portanto, estavam menos dispostos a deixar a propriedade rural.

Com isso, Fischer e Burton (2014) argumentam que políticas instintivas podem ter um impacto limitado sobre a sucessão. Os autores ressaltam a importância de ciclos endógenos para o desenvolvimento da identidade do sucessor e da propriedade que está associado, uma vez que quando esses ciclos são rompidos ou não são iniciados, se torna mais difícil designar um sucessor para a propriedade. Isso inclui os primeiros estágios de socialização das crianças, seu envolvimento na hierarquia do trabalho, nas tarefas de tomada de decisão e as mudanças realizadas no negócio, pela influência do potencial sucessor.

Estudo poderá contribuir para a adoção de políticas semelhantes ao *Young Farmer Payment* no Brasil. A ajuda aos jovens agricultores pode ser uma medida fundamental para facilitar o investimento e proporcionar a implementação de alternativas promissoras, com alto nível socioeconômico e baixos impactos ambientais.

As políticas de desenvolvimento também poderão se beneficiar dos resultados deste estudo para desenvolver estratégias que estimulem a permanência dos jovens no meio rural e tornar essas áreas mais atrativas para viver. Kuhmonen, Kuhmonen e Luoto (2016) ilustram as expectativas e sonhos de jovens finlandeses nas áreas rurais para 2030. Os jovens descrevem as áreas rurais como locais para uma vida aconchegante no futuro, com habitações espaçosas, economias de proximidade, segurança, atividades relacionadas à natureza e envolvimento com a comunidade. Ao investigar as aspirações dos jovens é possível fornecer *insights* para a formulação de políticas de desenvolvimento rural, que vão ao encontro dos sonhos da juventude rural.

Por fim, destaca-se a importância deste estudo para o planejamento sucessório na agricultura familiar. De acordo com Earls e Hall (2018), com o envelhecimento da população e enfraquecimento da força de trabalho no meio rural, o planejamento da sucessão está se tornando uma questão importante para que agricultores capazes e qualificados preencham os cargos dos aposentados. Na visão de Gilding, Gregory e Cosson (2015), muitas vezes o planejamento da sucessão é carregado de tensões e adiado indefinidamente, pois os responsáveis pelo negócio não conseguem educar e treinar seus filhos para ocupar seu lugar e colocam o interesse individual, formado por uma compreensão economicista da motivação humana, acima dos objetivos familiares. Esta pesquisa poderá contribuir para o desenvolvimento de uma estrutura de governança nas propriedades familiares, pois identificando fatores associados à sucessão, é possível aumentar as possibilidades de um jovem ingressar no empreendimento e conferir ao negócio novo ânimo e novas perspectivas.

Conforme Milone e Ventura (2019) a nova geração de jovens agricultores busca ter mais autonomia, construir novos relacionamentos com os consumidores e a sociedade civil e, introduzir inovações que podem mudar as formas como a propriedade interage com o ambiente, como novos produtos, processos e tecnologias. Essas dinâmicas levam à construção de mercados nos quais os produtos da propriedade sejam diferenciados, competitivos e mais transparentes, o que leva as propriedades rurais a terem horizontes mais abertos. Assim, frente a uma estrutura etária cada vez mais desequilibrada na agricultura, as políticas públicas devem lidar com os desafios complexos enfrentados pelos jovens agricultores e implementar medidas eficientes no que diz respeito ao incentivo da renovação geracional (Eistrup *et al.*, 2019), uma vez que a ausência de um sucessor torna mais provável que os agricultores abandonem ou deixem uma parcela de suas terras ociosas no futuro (Sottomayor; Tranter; Costa, 2011).

Por fim, considera-se que esta pesquisa está relacionada com a Linha de Pesquisa 2 do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (Dinâmicas

Sociopolíticas e Experiências de Desenvolvimento), na medida em que busca compreender uma problemática social em nível municipal e descrever sua influência nas dinâmicas de desenvolvimento através da aplicação de métodos de pesquisa quantitativa (Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, 2023).

1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro apresenta a Introdução com uma breve contextualização do tema da pesquisa, a definição do problema e dos objetivos geral e específicos. Há também a apresentação da justificativa do trabalho e da sua estrutura. No segundo capítulo é exposta a revisão de literatura, na finalidade de fundamentar teoricamente esta investigação. No terceiro capítulo, são definidos os procedimentos metodológicos que norteiam a elaboração do estudo. No capítulo quatro é realizada a análise e discussão dos resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais, com os principais resultados da pesquisa, limitações e sugestões de estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar a execução da pesquisa, neste capítulo, estão apresentados os conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento rural, juventude e agricultura familiar.

2.1 DESENVOLVIMENTO (RURAL): REVISANDO CONCEITOS

O conceito de desenvolvimento passou por muitas transformações e adaptou-se a diferentes enfoques, o que contribuiu para a sua longevidade (Siedenberg, 2006). Conforme Santos *et al.* (2012), originou-se com Charles Darwin na biologia, sendo utilizado para retratar o processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas. Na época de seu surgimento, a teoria evolutiva darwiniana impactou uma revolução inédita em todos os ramos da biologia (Freitas, 1998). Mayr (1982) explica que um dos princípios fundamentais dessa teoria é que os indivíduos são obrigados a competir com os demais indivíduos da população por sobrevivência, mas apenas uma parte deles sobrevive. Outra conclusão de Darwin foi de que as populações passam por mudanças graduais e contínuas e, através da seleção natural, evoluem e produzem novas espécies.

Mais tarde, o conceito foi transferido da biologia para a vida em sociedade, o que ficou conhecido como darwinismo social (Santos *et al.*, 2012). No entanto, alguns autores (mais notadamente Marx e Engels) se opuseram à tentativa de aplicar o darwinismo nas sociedades humanas. De acordo com Ruiz (1980) o darwinismo social é uma armadilha, pois provoca a des-historicização da realidade social, desconsiderando a especificidade do ser humano como agente e sujeito da história e submetendo a realidade a puras leis naturais. Ainda que o homem, como ser natural, precisa se adaptar ao ambiente para sobreviver, também é verdade que pode criar instrumentos culturais para transformar esse ambiente.

Durante muito tempo, desenvolvimento foi considerado sinônimo de crescimento econômico, industrialização, progresso e uso de tecnologia, sendo o acúmulo de riqueza o único caminho para possibilitar a qualidade de vida da humanidade e o seu aperfeiçoamento (Silva; Nelson; Silva, 2018). Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo ocidental enfrentou o desafio de reconstruir países devastados pelo conflito e, para ajudar neste processo, foram criadas instituições, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (posteriormente chamado de Banco Mundial) que tinham como principal objetivo abrir caminhos sustentáveis para a industrialização em regiões e países atrasados. Por isso, por muito tempo, desenvolvimento foi um termo utilizado como sinônimo de industrialização (Rapley,

2007). Meier (2001) explica que, nesse período pós-guerra, governos recém independentes e países emergentes buscavam conselhos aos economistas para a aceleração de seu desenvolvimento. No início dos anos 1950, as estratégias apresentadas pelos economistas tinham a acumulação de capital e o aumento da renda real per capita como foco central, sendo o requisito necessário para que isso acontecesse.

Mais tarde, com muitos países ainda buscando se reconstruírem economicamente, os economistas começam a perceber que deveriam ser inseridos outros fatores, além da renda, para criar uma aferição mais exata de bem-estar e desenvolvimento (Oliveira; Barden, 2015). Conforme Meier (2001), na década de 1960, reconheceu-se cada vez mais que o desenvolvimento dependia de agentes humanos produtivos que, por meio da aquisição de conhecimentos, aumento de habilidades, melhor saúde e nutrição poderiam aumentar a produtividade e acelerar o crescimento.

Fonseca (2006, p. 14) chama a atenção para o fato de que

o desenvolvimento econômico consiste fundamentalmente em um processo de enriquecimento dos países e dos seus habitantes, ou seja, em uma acumulação de recursos econômicos, sejam eles ativos individuais ou de infraestrutura social, e também em um crescimento da produção nacional e das remunerações obtidas pelos que participam da atividade econômica. Evidentemente, o fenômeno do desenvolvimento não se limita ao campo da Economia, mas os elementos econômicos estão no centro desse processo (FONSECA, 2006, p. 14).

Conforme mencionado por Peet e Hartwick (2015), o crescimento econômico pode ocorrer sem aliviar problemas, como pobreza ou desigualdade quando todo o aumento da renda é canalizado para um número relativamente pequeno de pessoas. A orientação de Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998, é de que o bem-estar de uma sociedade ultrapassa as fronteiras da renda e do consumo (Oliveira; Barden, 2015). Sua análise é de que “[...] o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente suas condições enquanto agentes de sua própria mudança” (Sen, 2000, p. 10).

No entendimento de Basu (2001), o debate sobre desenvolvimento está convergindo para um consenso, de que as nações não devem concentrar suas energias nas taxas de crescimento do PIB, mas buscar alcançar o “desenvolvimento humano” ou “desenvolvimento abrangente”. Nesta perspectiva, Peet e Hartwick (2015) defendem que desenvolvimento significa buscar uma vida melhor para todos. No entanto, em um mundo altamente desigual em termos de renda, para a maioria das pessoas uma vida melhor consiste, essencialmente, em atender as necessidades básicas para a sobrevivência humana, como alimentação, saúde, um

lugar adequado para viver e ser tratado(a) com dignidade e respeito. Quando essas condições são atendidas, o desenvolvimento passa a orientar-se pelas visões materiais e culturais de diferentes sociedades.

Seers (1972) apresenta um conceito para desenvolvimento similar ao de Amartya Sen, definindo-o como a criação de condições para a realização da personalidade humana, sendo que sua avaliação deve considerar a pobreza, o desemprego e as desigualdades. Ray (1998) afirma que a prática de utilizar exclusivamente o PIB para definir o estado de bem-estar material de uma nação tem sido cada vez mais criticada, apesar de a renda estar estreitamente relacionada com o desenvolvimento. No entendimento do autor, todos os indivíduos têm noções intuitivas de desenvolvimento, sendo que ao imaginarem uma sociedade desenvolvida, a maioria das pessoas insistiria que um requisito mínimo para essa condição seria uma qualidade física de vida alta e homogênea, isto é, que não seja restrita a uma pequena parcela incongruente rica da sociedade. O que significa que o desenvolvimento é também a eliminação da pobreza e da desnutrição, o aumento da expectativa de vida, a redução da mortalidade infantil, o aumento do acesso ao conhecimento, à escolarização e à alfabetização, o acesso ao saneamento, aos serviços de saúde e à água potável e assim por diante (Ray, 1998).

À medida que os modelos puramente econômicos começaram a mostrar-se incapazes de considerar todas as dimensões humanas, a noção de desenvolvimento passou a integrar novos elementos e tornou-se uma concepção multidimensional (Oliveira; Barden, 2015). Desse modo, o “rural” também foi incorporado no debate. Kieling e Silveira (2015) destacam que as ações destinadas ao desenvolvimento regional devem levar em consideração que os limites entre urbano e rural, como se houvesse uma cerca invisível que separasse duas realidades, não fazem mais sentido. As diferenças existem, mas o modo de vida rural e urbano estão cada vez mais conectados.

No entanto, no período de 1820 a 1930, a estrutura da sociedade brasileira foi marcada pela dominação do rural pelo urbano em razão da difusão cultural de um modo de vida ocidental burguês, caracterizado pela distância da “civilização rústica” e influenciado pelas maneiras europeias de viver. Em seguida, por volta da década de 1940, o surgimento da industrialização causou um aumento das distinções entre o rural e o urbano, provocando uma ruptura cultural, produzindo a imagem de duas sociedades que coexistem quase que isoladamente uma da outra: enquanto a cidade ganha prestígio e *status*, o rural passa a ser caracterizado como atrasado, isolado, decadente e desinformado (Souza; Klein, 2019).

Porém, ao longo da história os elementos que definem o rural foram se modificando e as diferenças culturais entre campo e cidade reduziram-se, conforme propõe Baptista (2001, p. 55):

O espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos.

Segundo Kageyama (2008, p. 24), “a evolução do conceito de rural reflete a própria evolução do rural, de espaço quase exclusivamente agrícola para um tecido econômico e social diversificado”. Para Veiga (2002a), existe uma parcela do Brasil (80% dos municípios, onde residem aproximadamente 30% da população do país) que é considerada urbana, mas as dinâmicas econômica, social, cultural e política são distintamente rurais. Para chegar a essa conclusão, o autor considera que o rural não pode ser apontado exclusivamente como aquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios e nem reconhecido apenas por atividades agropecuárias. Dessa forma, Veiga (2002a) atenta para o fato de que rural é necessariamente territorial e não setorial como os programas governamentais propõem.

Durán (1998) acredita que o rural é construído socialmente e, assim como tal construção social, está sujeito a um processo contínuo de mudança. À medida que os modelos urbano-industriais, a modernização e a globalização infiltram-se no mundo rural e alteram os processos de ação social que levaram à sua formação histórica, as fronteiras entre o rural e o urbano tornam-se mais difusas e indefinidas. Segundo Pain e Hansen (2019), tradicionalmente, rural é definido como o que está fora das vilas e cidades, onde as pessoas trabalham na agricultura e vivem em residências isoladas ou em pequenos assentamentos. No entanto, não existe uma definição única e internacionalmente aceita de rural e organizações governamentais dentro do mesmo país definem regras contrastantes. Pain e Hansen (2019) afirmam que as distinções entre rural e urbano variam porque existem percepções e critérios culturais, naturais e econômicos para descrever esses espaços que são diferentes em cada país, em cada município, em cada região, em cada território.

A partir disso, Siqueira e Osório (2001, p. 77) sugerem que

O conceito de rural, como muitos outros, é simultaneamente suficiente e insuficiente, porque a realidade não conhece classificações ou esquemas de qualquer espécie: nós é que os criamos para nos orientarmos na complexidade da existência, da realidade, a qual precisamos conhecer, seja através de teorias científicas, religiosas ou de senso

comum. Para organizar a nossa experiência, nós emolduramos de várias formas a realidade, e o conceito de rural é uma delas.

Kageyama (2004), por outro lado, acredita ser possível estabelecer uma definição ideal de rural, mas ao tentarem isso os pesquisadores esbarram com a falta de disponibilidade de informações e acabam utilizando a definição administrativa ou legal, principalmente quando será aplicada em uma pesquisa empírica abrangente. O IBGE, enquanto órgão federal responsável pelas estatísticas oficiais do Brasil, segue um dispositivo legal-político-administrativo para classificar os espaços e sua população: o decreto-lei nº 311, de 02 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do país. A partir do decreto citado, todos os distritos-sede dos municípios passaram a ser classificados como cidades e as sedes de distritos como vilas. Tudo o que estivesse fora desse enquadramento representaria o rural (Brasil, 1938).

A literatura e o trabalho de diversos institutos estatísticos contemporâneos, vêm colocando em dúvida a ideia de que as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades (Abramovay, 2000). Até mesmo o IBGE, em estudos mais recentes, vem reconhecendo a necessidade de uma nova tipologia do espaço rural e urbano no Brasil, em concordância com critérios e metodologias adotadas em outros países (IBGE, 2017a).

Na União Europeia (UE), por exemplo, constatou-se que a viabilidade das zonas rurais não pode depender apenas da agricultura e, por isso, a política de desenvolvimento rural deverá integrá-la no seu contexto rural global, promovendo a viabilidade desses espaços e assegurando que a agricultura desempenhe apropriadamente suas funções de produção de alimentos seguros e de qualidade, proteção do espaço rural e preservação de seus atrativos para os jovens e novos residentes (Comissão Europeia, 2004). A tipologia de ruralidade utilizada pela UE baseia-se na criação de *clusters* de quadrantes com densidade populacional de 300 habitantes por km² e um mínimo de 5 mil habitantes. Assim, todos os quadrantes fora destes *clusters* são considerados rurais. No modelo proposto pela UE observa-se um esforço para superar o enfoque setorial e estruturar uma política de desenvolvimento fundamentada em uma abordagem territorial, que enxerga o rural como espaço e não como atividade econômica (Delgado *et al.*, 2013).

De acordo com Schneider (2009), na década de 1990, estudos passaram a destacar a “nova ruralidade”, ou seja, estes trabalhos buscaram analisar como os efeitos da globalização, o processo de reestruturação capitalista da agricultura, as alterações do papel das políticas públicas para a agricultura e o meio rural, as mudanças nas formas de trabalho e suas consequências sobre a mobilidade da força de trabalho estavam transformando o sentido e o significado do espaço rural. Apesar disso, existem argumentos contrários a esta agenda de pesquisa da “nova ruralidade” que afirmam que a ruralidade atual permanece inalterada e

continua sendo afetada por problemas do passado, como a pobreza, o clientelismo, a dominação patrimonial e a desigualdade fundiária.

Para Delgado e Leite (2011), a debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil baseia-se na análise da pobreza rural e da desigualdade social e regional e, em discussões mais amplas, inclui o desenvolvimento econômico e sustentável. Conforme Veiga (2002b, p. 386), durante os anos 1990, foram difundidos dois projetos para o Brasil rural que colocaram a sociedade “diante de uma incômoda alternativa estratégica”, sendo que o primeiro visava maximizar a competitividade do agronegócio¹ (do inglês, *agribusiness*). O outro projeto mencionado por Veiga (2002b, p. 387) tinha como objetivo “maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano em todas as mesorregiões do imenso território brasileiro”, sendo que isso incluía a erradicação da pobreza e a diminuição da desigualdade social.

Na mesma direção, Delgado (2012) argumenta que, a partir da metade da década de 1980, dois projetos políticos vêm influenciando a economia e a sociedade brasileira: o projeto neoliberal e o projeto democratizante. O primeiro, ligado à restauração conservadora liderada mundialmente pelos Estados Unidos, é representado pelo agronegócio (grandes proprietários da chamada “agricultura moderna”) e o segundo têm como protagonistas os assentados, os sem-terra, os agricultores familiares e suas organizações representativas. Isso contribuiu para o reconhecimento público de “duas agriculturas”: o agronegócio e a agricultura familiar. Isso também é reconhecido pelo Estado ao criar dois ministérios distintos que se relacionam com cada uma delas: o MAPA para definir as políticas públicas destinadas ao agronegócio e o MDA² que se envolve principalmente com a agricultura familiar, a reforma agrária e os povos e populações tradicionais existentes no meio rural.

Buainain, Romeiro e Guanzirolí (2003) afirmam que, como condição para a eliminação da pobreza e uma distribuição mais equitativa da renda, se faz necessário um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar. Segundo Schneider (2010a) alguns fatores foram decisivos para a construção de uma nova percepção de desenvolvimento rural no Brasil

1 O conceito formal de agronegócio surgiu no trabalho de Davis e Goldberg (1957), como a soma total de todas as operações relacionadas à produção e distribuição de insumos agrícolas. Edwards e Schultz (2005) destacam que, mais tarde, a definição de agronegócio foi reformulada e recebeu um conjunto mais amplo de atividades. Na visão destes autores, o agronegócio não fica limitado à propriedade e passa a ser centralizado no mercado, pois trata-se de um empreendimento dinâmico e sistêmico que atende consumidores globais e locais por meio da inovação e gestão de inúmeras cadeias de valor. Embora as propriedades continuem desempenhando um papel indispensável no agronegócio, os consumidores e outros membros da cadeia de valor (produtores, varejistas e instituições que a influenciam) afetam cada vez mais as mudanças nesse sistema de mercado.

2 O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado em 2000, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e extinto em maio de 2016 no governo do presidente Michel Temer (Medeiros; Grisa, 2019). Em 2023, o MDA volta como Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – CONAFER, 2023).

e auxiliaram para que esse tema ganhasse projeção e legitimidade. O primeiro fator destacado por Schneider (2010a) está relacionado com a trajetória das discussões sobre a agricultura familiar que, por meio de mobilizações, lutas, conquistas e transformações políticas, passaram a enfatizar seu potencial como modelo econômico, social e produtivo para a sociedade brasileira. Assim, a agricultura familiar foi reconhecida por pesquisadores e formuladores de políticas como uma categoria relevante para o desenvolvimento rural. Em seguida, o autor menciona a influência e as ações do Estado no meio rural³. Nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o Estado passa a reconhecer as reivindicações dos movimentos sociais, articular políticas para a agricultura familiar e desenvolver ações relacionadas à reforma agrária e segurança alimentar. Entre elas, pode-se citar a aprovação da Lei Agrária e do Rito Sumário (1993), a criação da Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários que, em 1998, foi transformada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural no MAPA e depois transferida para o MDA e, em 1996, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Em terceiro lugar, Schneider (2010a) enfatiza que a polarização entre a forma familiar de agricultura, destinada mais para atender o consumo local ou mercado interno, e a forma patronal-empresarial, que produziria *commodities* para exportação, tem causado a ideia de que o desenvolvimento rural manifesta-se como uma alternativa e uma oposição à noção de agronegócio. Por fim, o quarto fator que tem fortalecido a discussão sobre desenvolvimento rural no Brasil está relacionado à sustentabilidade ambiental, que surge com as críticas ao modelo de agricultura da Revolução Verde e preconiza formas alternativas de agricultura. O esgotamento e a crise do paradigma tecnológico caracterizado pela Revolução Verde são descritos por Albergoni e Pelaez (2007, p. 32):

Apoiada em uma promessa de aumento da oferta de alimentos que proporcionaria a erradicação da fome, a Revolução Verde resultou em um novo modelo tecnológico de produção agrícola que implicou na criação e no desenvolvimento de novas atividades de produção de insumos (químicos, mecânicos e biológicos) ligados à agricultura. Esse modelo produtivo passou, no entanto, a apresentar limites de crescimento a partir da década de 1980, com a diminuição do ritmo de inovações, o aumento concomitante dos gastos em P&D e a identificação dos impactos ambientais advindos do uso intensivo desses insumos, em especial dos agrotóxicos.

Navarro (2001) enfatiza que, também nos anos 80, políticas neoliberais enfraqueceram o papel do Estado na condução de políticas voltadas à melhoria do bem-estar das populações

³ Ver também Grisa e Schneider (2014).

rurais mais pobres e afastaram o desenvolvimento rural da cena pública. Porém, o tema ressurgiu a partir da década de 1990, reformulando compreensões sobre os sistemas agrícolas e o modo de vida rural. Com base nisso, o autor reforça a necessidade de apresentar algumas diferenças conceituais entre as seguintes expressões: desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário e desenvolvimento rural. Primeiramente, Navarro (2001) refere-se ao desenvolvimento agrícola (ou agropecuário), cujas características são exclusivamente produtivas, envolvendo, por exemplo, área plantada, tecnologia, produtividade, economicidade, utilização do trabalho como fator de produção e outros aspectos relacionados às condições de produção ao longo de um dado período. O autor retrata o desenvolvimento agrário como uma expressão que engloba a primeira, mas que, além da estrutura agrícola, relaciona-se com a sociedade em todas as suas dimensões. Sua análise está centrada na vida social rural, nas condições de acesso e uso da terra, nas políticas públicas, nas relações de trabalho, nos mercados, nos conflitos sociais etc. Com relação ao desenvolvimento rural, Navarro (2001, p. 88) entende que “diferencia-se das anteriores por uma característica específica: aqui, trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural”.

Conforme Chalita (2005, p. 98-99)

a noção de desenvolvimento rural surge posteriormente àquela de desenvolvimento agrícola (condições de produção relativas à atividade econômica específica) e àquela de desenvolvimento agrário (condições de produção na sociedade inerentes ao processo histórico e estrutural mais amplo). Por isso, é uma noção que traduz alterações políticas, sociais e econômicas influenciadas pelos novos condicionantes que o movimento mais geral da sociedade gradualmente impõe às populações e às atividades rurais, para além das condições únicas da realização da prática econômica.

O desenvolvimento rural abrange uma ampla variedade de atividades, como a produção de alimentos e outros produtos de alta qualidade, conservação da natureza, gestão da paisagem, agroturismo e otimização de cadeias curtas de abastecimento (Knickel; Renting, 2000). Schneider (2004) destaca quatro elementos-chave nas discussões sobre o desenvolvimento rural: a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, a erradicação da pobreza rural, o território como unidade de referência e a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Para Ploeg *et al.* (2000) o desenvolvimento rural implica uma reconstrução das bases econômicas, sociais, ambientais e das próprias unidades familiares em face das barreiras do paradigma produtivista. Dessa forma, o desenvolvimento rural apresenta-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares rurais, que buscam garantir sua reprodução e passam a orientar suas práticas segundo um modelo de agricultor-camponês, que é autônomo,

domina tecnologias, toma decisões, controla processos, enfim, decide sobre seu modo de viver e trabalhar nos marcos de uma sociedade capitalista (Schneider, 2004).

Entende-se que o desenvolvimento rural demanda de políticas públicas diferenciadas, de inovações institucionais e da participação de segmentos sociais que anteriormente não tinham espaço para expressar suas percepções, necessidades e angústias. Nesse sentido, a agricultura familiar vem exercendo um papel central no novo projeto de desenvolvimento do Brasil, sob um processo crescente de valorização que repercute no campo das políticas públicas e dos projetos ou programas direcionados às questões relacionadas ao desenvolvimento rural (Fialho; Waguil, 2008). No entanto, há um tema que não é novo e tampouco facilmente resolvível do ponto de vista socioeconômico, cultural e político: as preocupações com a juventude rural e o desejo de não permanecer trabalhando na agricultura.

2.2 O JOVEM RURAL DIANTE DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO

Vivendo, ou não, a mesma história, cultura ou tradição, a verdade é que não há um único tipo de jovem (Waiselfisz, 2004, p. 1)

A juventude pode ser caracterizada como um momento de transição, em que um sujeito, precisa ser formado e direcionado para assumir seu papel social. Os indivíduos identificados como “jovens” são agentes de transformação social e precisam lidar com as mudanças pelas quais o mundo vem passando no século XXI e como elas afetam sua forma de socialização, as relações que estabelecem com o trabalho e a educação, seus modos de vida e seus pensamentos. É nesta etapa que os indivíduos iniciam e processam suas inserções nas diversas dimensões na idade adulta (na constituição de famílias, no mundo do trabalho e nos espaços de cidadania), desenvolvem projetos pessoais e definem possibilidades de inserção na vida produtiva e social. Porém, Krauskopf (2003) salienta que o período juvenil não deve ser pensado apenas como uma transição, mas como um período de desenvolvimento que tem a mesma importância que as demais etapas do ciclo vital.

A Organização Mundial da Saúde determina que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos, observando critérios que orientam a investigação epidemiológica e a programação de serviços sociais e de saúde pública, mas ignora características individuais (Brasil, 2007). No Brasil, a partir de 2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) passou a considerar jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre 15 e 29 anos (Silva; Silva, 2011). A condição juvenil vem sendo prolongada em função da maior permanência no sistema educacional e pelas

dificuldades enfrentadas pelos jovens para ingressarem no mercado de trabalho, sendo que esses aspectos retardam a independência financeira e a aquisição de autonomia dos jovens diante de suas famílias para, inclusive, constituírem novas famílias (United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization – UNESCO, 2004).

O sentido de juventude adotado por Abramo (2008, p. 110) traz a ideia de uma fase de preparação do jovem “[...] para um exercício futuro de cidadania, dada pela condição de adulto, quando as pessoas podem e devem (em tese) assumir integralmente as funções, inclusive as produtivas e reprodutivas, com todos os deveres e direitos implicados na participação social”. Para Pais (1990), não faria sentido pensar a juventude unicamente a partir das premissas da biologia evolutiva ou como um processo que se desenvolve num período determinado (fase da vida), pois é uma categoria socialmente construída em diferentes contextos econômicos, sociais e políticos. Portanto, segundo o autor, torna-se necessário estudar os jovens a partir de seus contextos vivenciais cotidianos, porque é onde constroem suas compreensões sociais e desenvolvem formas de consciência, percepção, pensamento e ação.

No entendimento de Esteves e Abramovay (2007), existem muitos grupos juvenis que sofrem influências multiculturais e, por isso, não há uma cultura juvenil unitária, homogênea. Por essa razão, os autores defendem que o uso de juventude (no singular) é insuficiente. Assim, o uso no plural (juventudes) seria capaz de incluir grupos heterogêneos nos quais cabem inúmeros recortes. Na mesma linha de pensamento, Margulis e Urresti (2008) destacam que a condição juvenil é vivenciada de diferentes maneiras, devido as diferenças sociais e de parâmetros concretos como o dinheiro, o trabalho, a educação, o tempo livre, o lugar de moradia etc. Portanto, a definição da categoria juventude não pode ser a mesma para todos aqueles que nela estão enquadrados.

Considerando a juventude rural, Troian e Breitenbach (2018) destacam que o jovem não tem sido um ator no processo de desenvolvimento, existindo uma carência de estudos e esforços que valorizem a juventude rural e visem melhores condições para sua permanência no campo, como educação, acesso à informação e tecnologia e planos de sucessão familiar que possibilitem autonomia social e econômica aos jovens rurais. Por outro lado, Castro (2016) afirma que, nos últimos anos, configurou-se uma juventude rural que se identifica como ator político diante dos movimentos sociais e busca ressignificar sua identidade rural e atuar nos espaços de disputa das políticas públicas.

Na mesma direção, Martins (2021) enfatiza que o país passou por transformações nas políticas públicas de desenvolvimento rural, que ampliaram o acesso dos moradores do campo a direitos de cidadania, com efeito direto na melhoria da renda e da qualidade de vida da

população rural. Ao mesmo tempo, a juventude rural passou a protagonizar ações em movimentos sociais⁴, o que causou efeitos na produção acadêmica sobre o tema, em especial à permanência dos jovens no campo. Nas palavras do autor:

[...] a dualidade “ficar” ou “sair” tem cada vez menos a força antagônica que possuía em décadas anteriores, quando sair do campo era quase sempre uma escolha definitiva. “Ficar” e “sair”, na atualidade, são momentos que não são mutuamente excludentes e estão inscritos nas trajetórias individuais de muitos jovens. São itinerâncias que ajudam a moldar e compor o fenômeno contemporâneo da permanência dos jovens no campo.

Para Castro (2007), o processo de categorização da juventude rural se manifesta na problemática da saída dos jovens no meio rural, sendo que os trabalhos sobre o campesinato realizados nas décadas de 1960, 1970 e 1980 contribuíram muito para a discussão, mesmo que jovem/juventude não fosse a categoria-chave de análise. Mais tarde, destaca-se o estudo de Abramovay (1998), que indicou caminhos para pesquisas futuras sobre processos sucessórios através de um trabalho realizado no município de Saudades, no Oeste de Santa Catarina. Os autores enfatizam a problemática do êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar, o envelhecimento da população rural e a masculinização da juventude, uma vez que as moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior do que os rapazes.

De acordo com Brumer (2007), as atividades femininas no meio rural são desvalorizadas e, diante da invisibilidade de seu trabalho, as moças deixam o meio rural em maior número. Complementarmente, Stropasolas (2002, p. 286) explica que

a vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Se aqueles herdarem terra ou têm apoio para levar adiante atividades produtivas, podem elaborar projetos de vida que são alternativas válidas em relação à migração para a cidade. Para as moças, entretanto, uma vida como esposa de agricultor – conhecendo outras alternativas possíveis – pode ser rejeitada ou objeto de resistência, diante de aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional.

Brumer (2007) enfatiza que as discussões acerca da juventude rural referem-se a dois polos: êxodo e permanência. Para Stropasolas (2002) a saída de um filho de agricultor familiar

4 A título de exemplo, Castro *et al.* (2009) citam: o I Congresso Nacional da Juventude Rural, organizado pela Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); os Encontros de Juventude do Campo e da Cidade, organizados pelo MST em diferentes estados nos anos 2002 e 2006; os Acampamentos da Juventude da Agricultura Familiar, realizados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf Sul) em 2003 e 2006; o Seminário do Programa Jovem Saber, conduzido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) no ano de 2006; o VI Campamento Latino-Americano de Jovens e o I Seminário da Juventude da Via Campesina, ambos realizados em 2006; a Jornada Nacional do Jovem Rural, realizadas de 2005 a 2015 pela Rede Jovem Rural; as quatro edições da Jornada (Inter) Nacional da Juventude Rural, realizadas entre 2007 e 2015 pela Contag.

do meio rural representa a possibilidade deste viver com mais plenitude a qualidade de “ser” jovem. Assim, a saída significa, também, uma estratégia para se libertar dos problemas vividos pelos diversos integrantes da família, sendo vista, neste sentido, como uma solução e não como um problema. Por outro lado, essa tendência migratória dos jovens também pode ser entendida como um problema, uma vez que “contribui para o esvaziamento do campo e pressagia o fim do mundo rural” (Ferreira; Alves, 2009, p. 245).

Kummer e Colognese (2013) destacam alguns fatores relacionados à essa problemática, como a situação de invisibilidade da juventude rural e o seu não reconhecimento como agente social, a saída recorrente das moças e a consequente masculinização da população do campo, a probabilidade de uma situação de celibato entre os jovens do sexo masculino, os problemas de acesso à educação no campo, as demandas por atividades de lazer, as demandas por acesso à informação (internet), as demandas por acesso à renda, os processos de sucessão e os conflitos familiares. Como o presente estudo tem como foco a agricultura familiar, na próxima seção discorre-se sobre o conceito desta categoria social.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

Os clássicos marxistas (no caso de Lenin e Kautsky) previam que a produção familiar seria “no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significaria fatalmente sua extinção” (Abramovay, 2007, p. 63). O camponês, sendo alguém que não vende força de trabalho, mas não vive da exploração do trabalho alheio, não se incorporaria nas duas classes básicas da divisão do trabalho e, portanto, tornar-se-ia uma categoria social com existência efêmera. No entanto, as previsões sobre o desaparecimento do campesinato e da agricultura tradicional não se confirmaram, mas ocorreram mudanças intensas na produção familiar que impediram que suas características centrais permanecessem (Abramovay, 2007).

Shanin (1966) explica que o campesinato é constituído por pequenos produtores agrícolas, cuja produção atende às necessidades básicas de consumo da família. O camponês não depende do mercado e de outros produtos, o que contribui para que as famílias camponesas mantenham sua existência em momentos de crises. A agricultura familiar é a unidade básica da propriedade camponesa, que assume a forma *dual* de unidade de produção e consumo. Wolf (1966) ressalta que, até a segunda metade do século XX, os camponeses representavam a maior parte da população mundial. De forma genérica, o autor retrata os camponeses como pequenos produtores agrícolas que utilizam principalmente mão-de-obra doméstica em suas atividades e

que se apresentam de forma heterogênea, variando conforme culturas, formas de organização social, sistemas de cultivo, relações com outros grupos e grau de integração no mercado.

Ellis (1993) destaca que a unidade camponesa de produção é, ao mesmo tempo, uma família e uma empresa. A terra é a base do sustento dos camponeses, sendo estabelecidos direitos tradicionais ao seu acesso, em que a transferência de terras fora dos laços familiares é rara. Além disso, a terra é mais do que apenas um fator de produção, pois também faz parte do *status* social da família dentro da comunidade e é considerada uma segurança de longo prazo contra imprevistos que possam afetar a família. Com relação ao trabalho, Ellis (1993) observa que a base do trabalho familiar é uma das características que distingue as propriedades camponesas da produção capitalista, mas isso não descarta o uso de mão-de-obra contratada (por exemplo, nos períodos de pico da colheita) e nem impossibilita que membros da família rural vendam sua força de trabalho fora da propriedade. Lamarche (1993, p. 16) destaca que “a exploração camponesa é uma exploração familiar, sem dúvida alguma, mas nem todas as explorações familiares são camponesas”. Segundo Wanderley (1985), o campesinato pode ser considerado como uma forma particular da agricultura familiar.

De acordo com Marques (2008), o campesinato integra formas distintas de acesso à terra, como o posseiro, o pequeno proprietário, o arrendatário, o parceiro, o foreiro, entre outros, tendo a família como elemento central na organização da produção e na constituição de seu modo de vida. A origem do seu conceito deu-se na Idade Média europeia, mas no Brasil adquiriu lugar de destaque nos estudos apenas na década de 1950, quando conquista identidade política em nível nacional.

Para Wanderley (2003, p. 48) “não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional”. Em outro trabalho, a mesma autora apresenta o agricultor familiar

como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada (Wanderley, 1996, p. 2).

A partir da década de 1990, a denominação de agricultura familiar passou a ser predominante no debate acadêmico e nas políticas públicas, em função do surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Schmitz; Mota, 2008). O termo agricultura familiar não é novo, mas seu uso, especialmente nos movimentos populares rurais, nos discursos dos órgãos governamentais e nos meios acadêmicos, é recente, atuando

como um termo guarda-chuva que engloba várias manifestações sociais associadas ao campo brasileiro (Pasqualotto; Kaufmann; Wizniewsky, 2019).

Ao revisar trinta e seis definições do termo agricultura familiar, Garner e Campos (2014) observaram que existem múltiplos conceitos em diferentes países e contextos, mas há um entendimento comum na literatura sobre a importância do trabalho e da gestão da família na propriedade rural. Por vezes, o termo também está associado com a cultura local e a comunidade rural, sendo usado para determinar objetivos ecológicos, culturais, sociais e ambientais. Gasson e Errington (1993), por exemplo, definem que o estabelecimento familiar é administrado por seus proprietários e destacam os laços familiares (os proprietários estão vinculados por parentesco ou casamento e o controle gerencial da propriedade, bem como os ativos envolvidos, são transferidos entre as gerações com o passar do tempo), o trabalho familiar (os membros da família fornecem capital para o negócio e trabalham na propriedade) e as ligações territoriais (os membros da família vivem no estabelecimento) como elementos importantes na definição de agricultura familiar. Outros estudos, por exemplo Abramovay (1992), Calus e Van Huylenbroeck (2010) e Schneider (2010b), apontam características semelhantes para descrever a agricultura familiar.

Ao contrário das unidades não familiares, onde há separação entre propriedade, gestão e trabalho, nas propriedades familiares o proprietário está envolvido diretamente com o trabalho cotidiano (Reinhardt; Barlett, 1989). Conforme Djurfeldt (1996), o uso de mão de obra familiar não pode ser negligenciado na definição da agricultura familiar. Berdegué e Fuentealba (2011), além de evidenciar essa característica, incluem duas categorias no setor de agricultura familiar. Primeiro, um subsetor que obtêm grande parte de sua renda de atividades não agrícolas, denominados de “agricultores de subsistência”. Segundo, um subgrupo de agricultores familiares “comerciais”, com maior participação econômica e que empregam um ou dois trabalhadores não familiares, embora a maior parte do trabalho e da gestão agrícola continuam sendo realizados por membros da família.

Ploeg (2006, p. 14), buscando entender a heterogeneidade estrutural contida na agricultura familiar, também apresenta duas formações sociais distintas para esse setor:

a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer a agricultura. [...] A essência e as principais diferenças entre esses dois contrastantes modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas.

O mesmo autor também identifica quatro formas diferentes de produção, cujas diferenças estão pautadas nas relações estabelecidas com os mercados: produção doméstica (PD), produção simples de mercadorias (PSM), pequena produção mercantil (PPM) e produção capitalista de mercadorias (Quadro 1).

Quadro 1 – Formas de produção mercantil

Forma de produção de mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simples (PSM)	Capitalista
Resultado da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de trabalho	-	-	-	+
Objetivos	Autoabastecimento	Sobrevivência	Renda	Mais-valia

Mercadorias (+). Não-mercadorias (-).

Fonte: Ploeg (2006, p. 18).

Assim, a forma camponesa representa uma PPM, em que uma parte da produção é comercializada, mas a força de trabalho e outros recursos essenciais (terra, sementes, conhecimento, animais, redes de trabalho e outros) não entram no processo de trabalho como mercadoria. A forma empresarial opera como uma PSM, onde todos os recursos materiais e sociais entram no processo de trabalho como mercadorias, com exceção do trabalho (Ploeg, 2006).

Os agricultores de subsistência produzem principalmente para o consumo doméstico, mas na medida que começam a vender a produção torna-se mais difícil categorizá-los conceitualmente (Miracle, 1968; Sharif, 1986). Retomando a discussão acerca do campesinato, Wanderley (2003) destaca que os integrantes dessa categoria social, ao dedicar-se exclusivamente a produzir para atender as necessidades básicas da família, seriam, por sua natureza, agricultores de subsistência. Os agricultores familiares demonstram maior capacidade de investimento e estão mais integrados aos mercados modernos, mas isso não impede que a subsistência familiar continue sendo um objetivo da unidade agrícola.

Para Mendras (1984), ao receberem influências externas, sejam elas culturais, tecnológicas, informacionais ou mercantis, os agricultores familiares não são mais camponeses, pois sua reprodução social e econômica deixa de estar integrada apenas à pequena comunidade rural ou povoamento isolado. Schneider e Cassol (2014) complementa que tais influências se moldam às distâncias fisicamente consideráveis entre o meio rural e urbano, não limitando a interação do agricultor familiar com o mercado e a sociedade. Porém,

Isso não significa dizer, absolutamente, que muitos agricultores familiares não sigam sofrendo dos mesmos problemas e limitações que os camponeses e pequenos

produtores de outrora. A pobreza, a privação de renda e a vulnerabilidade social continuam a afetar muitos desses produtores e suas famílias, da mesma forma como no passado. Por isso, é importante enfatizar que a mudança de nome ou a adoção de nova terminologia, por si, não altera a condição real de vida dos agricultores familiares e menos ainda sua identidade (Schneider; Cassol, 2014, p. 229-230).

Conforme Silva (2015), o reconhecimento da agricultura familiar enquanto conceito origina-se nos anos 1990 com a legitimação de sua relevância social e econômica e a partir dos debates sobre as diferenças entre os modelos de agricultura existentes no Brasil (agricultura patronal ou empresarial e agricultura familiar). Na história brasileira, a agricultura de base familiar foi designada a condição subsidiária aos interesses das grandes explorações agropecuárias, operando em funções consideradas secundárias, como a produção de alimentos para o mercado interno, e servindo como reserva de força de trabalho para as grandes explorações (Picolotto, 2014). No Quadro 2 estão resumidas as principais diferenças entre agricultura patronal e familiar. O modelo patronal, conforme propõe a FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/Incra, 1994), caracteriza-se pela completa separação entre gestão e trabalho, pela centralização, pela especialização, pelas práticas agrícolas padronizáveis, pelo uso predominante de trabalho assalariado e pela utilização de tecnologias que reduzem a necessidade de mão-de-obra. A agricultura familiar seria caracterizada pela conjunção entre trabalho e gestão, atividades que são realizadas pelos próprios proprietários do estabelecimento agrícola e, pela utilização de trabalho assalariado somente em caráter complementar.

Quadro 2 – Comparação entre agricultura patronal e familiar

Agricultura patronal	Agricultura familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo realizado pelos agricultores e suas famílias
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas, eliminação de decisão de “terreno” e “momento”	Decisões imediatas adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

Fonte: FAO/Incra, 1994.

Apesar de que no Quadro 2 são apresentados apenas dois modelos, se reconhece que existem outros tipos de estabelecimentos, mas a expressão agricultura familiar é a que melhor consegue abranger a diversidade de formas de organização produtiva no meio rural, pois na sua amplitude e flexibilidade, exclui apenas as unidades produtivas que estão apoiadas no emprego

de vários trabalhadores assalariados e que há completa separação entre a propriedade dos ativos e o trabalho, o que vem a ser a agricultura patronal (Veiga, 2000).

Schneider e Cassol (2014) ressaltam que um avanço importante que ocorreu em relação a uma definição mais adequada de agricultura familiar no Brasil foi o reconhecimento de sua diversidade econômica e heterogeneidade social. Em todo o território nacional é possível encontrar múltiplas formas de agricultura familiar que, muitas vezes, atendem por denominações locais e regionais que estão relacionadas com sua origem histórica, como caíçara, colono, posseiro, ribeirinho, entre outras (Martins, 1981; Schneider, 2010b).

Picolotto (2014) apresenta três conjuntos de atores que, nas últimas décadas, ajudaram a definir a agricultura familiar. O primeiro grupo destacado pelo autor é composto pelos trabalhos acadêmicos e outros estudos feitos por órgãos de Estado que, principalmente na década de 1990, passaram a evidenciar a importância socioeconômica, a capacidade produtiva, e a diversidade dessa categoria, momento em que se promoveu um deslocamento teórico e se substituiu o termo pequena produção por agricultura familiar, cuja noção passou a estar atrelada a forma de exploração responsável por grande parte da produção de alimentos no Brasil e no mundo. O segundo grupo retratado por Picolotto (2014) é formado pelas ações do Estado para estabelecer um marco oficial da agricultura familiar e pela formulação de políticas públicas para consolidá-la. No terceiro grupo, o autor destaca o sindicalismo e os movimentos sociais do campo que conferiram um novo lugar para a agricultura familiar no Brasil.

Conforme Silva (2015), com o fim da ditadura militar na década de 1980, surgiram movimentos sociais de agricultores familiares com o objetivo de lograr maior poder de negociação política e conquistar melhores condições de vida e trabalho no campo, sendo que um dos principais resultados dessas mobilizações foi o surgimento do Pronaf, em 1996. Diante das reivindicações dos movimentos sociais, a criação do Pronaf marcou o reconhecimento político e institucional do Estado em relação à agricultura familiar, pois antes disso não existiam políticas públicas voltadas ao atendimento dessa categoria social que encontrava dificuldades para permanecer no campo (Schneider; Cazella; Mattei, 2004; Grisa, 2012).

Anteriormente, a redemocratização e as mudanças políticas-institucionais por ela impulsionadas já vinham transformando o modo da agricultura familiar se relacionar com o Estado (Picolotto, 2014). Gohn (2011) destaca alguns movimentos e organizações que contribuíram para criação de mediações e conquista de direitos no campo, além de desempenharem papel fundamental no reconhecimento da agricultura familiar como uma categoria que engloba uma diversidade de unidades familiares e contribuírem com os processos políticos da redemocratização, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na

Agricultura (CONTAG), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Picolotto e Medeiros (2017) apontam que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 2000, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, acabou concentrando a maior parte das ações direcionadas para a agricultura familiar. Na mesma direção, Medeiros e Grisa (2019) descrevem esse acontecimento como um marco nos avanços políticos da agricultura familiar. A redemocratização possibilitou a aproximação dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar com o governo e, nesse processo, as habilidades do MDA foram fundamentais para reforçar a projeção que vinha sendo conquistada por esta categoria social.

Na visão de Aquino e Schneider (2015), a herança colonial do Brasil e o processo de modernização desigual da agricultura são fatores que favoreceram a marginalização da agricultura familiar e as significativas desigualdades socioespaciais do campo. Na década de 1960, os grandes e médios produtores vinculados ao setor exportador eram os principais favorecidos pelos incentivos governamentais direcionados para o meio rural. Essa configuração, conforme explicado por Aquino e Schneider (2015), começa a se modificar no final da década de 1980. Com o processo de redemocratização, antigas reivindicações dos movimentos sociais do campo começam a ser restabelecidas. Após a promulgação da Constituição de 1988, cria-se, então, o Pronaf como o principal instrumento para combater as desigualdades e instituir um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil. A partir de então, emergem outras ações governamentais para beneficiar os produtores familiares, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) (Silva, 2015).

Em 2006, com a homologação da Lei nº 11.326 (Brasil, 2006), conferiu-se o marco legal à agricultura familiar e o termo passou a possuir uma definição operacional para o acesso às políticas públicas, incluindo os seguintes critérios:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

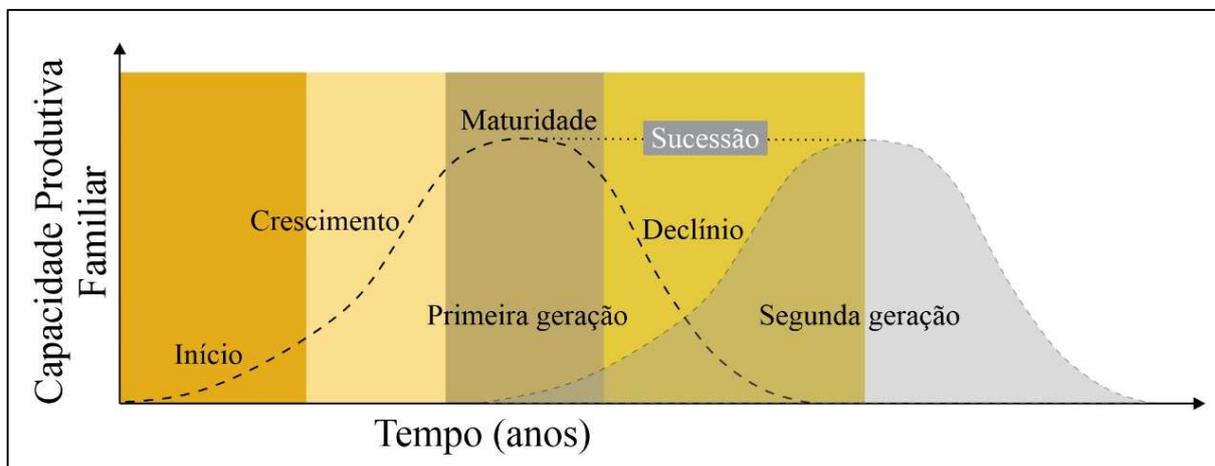
Desse modo, é possível notar uma diferença entre conceituação utilizada no Brasil, conforme a Lei supracitada, e em outros países. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Department of Agriculture – USDA, 2020*), por exemplo, classifica como não familiares as propriedades em que o operador principal não detenha a maior parte do negócio, as quais representam 2,4% das propriedades rurais dos Estados Unidos. São classificadas como familiares as propriedades em que a maior parte do negócio pertence à pessoa responsável por tomar as decisões do dia a dia (operador principal) e aos indivíduos a ela relacionados. As propriedades familiares são categorizadas conforme a renda bruta anual (*gross cash farm income – GCFI*) e não em base no seu tamanho físico, podendo ser pequenas (GCFI inferior a US\$ 350.000), médias (GCFI entre US\$ 350.000 e US\$ 999.999) ou de grande escala (GCFI de US\$ 1.000.000 ou mais).

Para Ikerd (2016), uma verdadeira propriedade familiar é aquela em que a família é proprietária, mora no estabelecimento, fornece a mão-de-obra e toma as decisões gerenciais que envolvem a unidade agrícola. O autor destaca a importância da interconexão entre propriedade e família, considerando que a família e a terra são partes inseparáveis de um mesmo todo. Na perspectiva de Ikerd (2016), os agricultores familiares possuem um forte senso de família, pois o trabalho, a criação dos filhos, a recreação e a vida familiar acontecem ao mesmo tempo e no mesmo lugar, o que permite que os membros da família rural passem mais tempo juntos e desenvolvam relacionamentos pessoais positivos e atenciosos entre gerações. Porém, deve-se observar que nem todas as propriedades familiares têm todas as características positivas em relação ao lugar, à comunidade e à família, mas elas têm potencial para isso, o que motiva muitas pessoas a optarem por esse modo de vida. Assim, os potenciais positivos da agricultura familiar podem ser mais significativos para sua sustentabilidade do que sua realidade passada ou presente.

De acordo com Gasson e Errington (1993) passar a propriedade de uma geração para a seguinte é um objetivo importante para muitas famílias. Entretanto, essa transferência é um gargalo no ciclo de vida de muitas propriedades rurais (Calus; Van Huylenbroeck; Van Lierde, 2008). Conforme Gasson *et al.* (1988), o fato de uma família ser temporária faz com que o negócio familiar esteja sujeito a um processo contínuo de geração, maturação, declínio e regeneração. A transferência do negócio deve ser organizada de forma que o ciclo de vida do empreendimento familiar não entre em declínio, observando a idade do agricultor, os padrões de casamento dos filhos, a maneira como o agricultor busca atender as necessidades da família e como gerencia os recursos do negócio agrícola. A Figura 2 representada o ciclo de vida da propriedade familiar, dividido em quatro fases (fase inicial, crescimento, maturidade e declínio)

elaborado com base em Chayanov (1974), Oliveira e Vieira Filho (2018) e Guedes e Cazella (2019).

Figura 2 – Ciclo de vida da propriedade agrícola familiar



Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos estudos de Chayanov (1974), Oliveira e Vieira Filho (2018) e Guedes e Cazella (2019).

No primeiro estágio de desenvolvimento de um negócio, Gersick *et al.* (1997) explicam que o empreendimento é uma ideia ou um sonho tentando concretizar-se. Nesse estágio inicial, os procedimentos são elaborados à medida que surgem as demandas e são modificados com frequência, o gerente está no centro de tudo, investindo muito tempo, energia e recursos no negócio. Na fase do crescimento, Oliveira e Vieira Filho (2018) revelam que o nível de conhecimento e as habilidades do empresário aumentam (no caso da agricultura familiar pode haver uma expansão da área plantada e o desenvolvimento de diversas atividades), mas a carência de capital ainda pode estar presente. Na fase seguinte (a maturidade), é quando o negócio já provou ser viável, os lucros são elevados e o empresário já desenvolveu suas habilidades e seus conhecimentos (Oliveira; Vieira Filho, 2018). De acordo com Gersick *et al.* (1997), nessa fase os negócios se deparam com um dilema decisivo: renovação ou dissolução. Se as organizações persistirem em continuar no estágio de maturidade, sem esforços de renovação, elas enfrentarão o declínio e morrerão gradualmente.

Segundo Oliveira e Vieira Filho (2018, p. 19), “uma propriedade rural que tem a possibilidade de ingresso de um filho para, [...] futuramente, assumir o comando do negócio [...] tende a não cumprir o ciclo que geralmente culmina na decadência do empreendimento”. Brockhaus (2004) salienta que a sucessão é um momento importante no ciclo de vida dos empreendimentos familiares e necessita uma análise sob as perspectivas de diferentes

stakeholders. Na próximo capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos desta dissertação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos são apresentados em duas seções, sendo que a primeira seção determina os materiais e métodos utilizados na revisão sistemática da literatura que objetiva construir um portfólio bibliográfico a respeito dos fatores determinantes da sucessão intergeracional nas propriedades rurais familiares. De acordo com Pati e Lorusso (2018), a revisão sistemática da literatura é uma forma sistemática de coletar, avaliar criticamente, integrar e apresentar resultados de vários estudos de pesquisa sobre uma questão de pesquisa ou tópico de interesse. É “sistemática”, pois adota uma metodologia consistente, transparente e amplamente aceita a fim de minimizar preconceitos.

A segunda seção descreve os procedimentos da pesquisa de campo, em que o pesquisador coletou dados sobre o tema de pesquisa nas propriedades familiares. Na explicação de Gonsalves (2001, p.67), “a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. [...] Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]”

3.1 MATERIAIS E MÉTODOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Esta subseção apresenta os materiais e métodos utilizados para construir o portfólio bibliográfico da pesquisa. A revisão sistemática foi realizada com base nas recomendações de Campos *et al.* (2018) e Pagani *et al.* (2022), sendo constituída de sete etapas. Na primeira etapa estabeleceu-se a intensão de pesquisa, que é: construir um portfólio bibliográfico de artigos científicos sobre o tema Sucessão Intergeracional na Agricultura Familiar. Na Etapa 2 foram realizadas pesquisas preliminares para definir quais palavras-chave e estratégias de busca seriam utilizadas. Assim, a pesquisa consistiu na busca pela seguinte combinação de palavras-chave: (“family farm” OR “family farming” OR “agricultura familiar”) AND (succession OR transfer OR sucessão OR transferência). Em relação às bases de dados, foram selecionadas aquelas que apresentaram um maior número de trabalhos sobre o tema pesquisado (Science Direct, Web os Science (WoS) e Scopus). O resultado bruto foi de 465 trabalhos (Quadro 3, Etapa 3), sendo que não foi estabelecido um limite temporal para a pesquisa.

Quadro 3 – Resultado bruto da busca sistemática, Etapa 3 da Methodi Ordinatio

Palavras-chave	Bases de dados			Total
("family farm" OR "family farming" OR "agricultura familiar") AND (succession OR transfer OR sucessão OR transferência)	Scopus Busca limitada a “artigos”	Science Direct	Web of Science	465
Total	250	54	161	

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os trabalhos obtidos na pesquisa final foram transferidos para o gerenciador de referências Mendeley, sendo criada uma pasta para cada base de dados (Etapa 4). Em seguida, na Etapa 5, foram realizados os procedimentos de filtragem (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de publicações resultante dos procedimentos de filtragem

Procedimentos de filtragem usados	Estudos excluídos			Total
	Science Direct	WoS	Scopus	465
Capítulos de livros/trabalhos apresentados em conferências	2	7		9
Artigos de revisão	2	7	4	13
Não relacionado ao tema pesquisado	36	91	161	288
Não localizados		13	2	15
Estudo de caso		1	4	5
Não estavam em inglês ou português		1	11	12
Duplicados				46
Total de artigos selecionados para compor o portfólio	-	-	-	77

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os artigos foram analisados individualmente através da leitura do título, palavras-chave e resumo, sendo que foram excluídos trabalhos que não foram localizados na íntegra, que não estavam em português ou inglês, não eram relacionados ao tema, pertenciam à capítulos de livros ou conferências, artigos de revisão e estudos de caso. Após a filtragem, de um total de 54 artigos encontrados na base de dados Science Direct, 40 artigos foram excluídos por não atender aos critérios estabelecidos para a revisão. A pesquisa no banco de dados da base Scopus resultou em 250 artigos, dos quais foram eliminados 182. Com relação à base de dados WoS, 120 trabalhos, de um total de 161 resultados, não atenderam aos critérios de inclusão e foram removidos. Ao final, observou-se que dos 123 artigos restantes, 46 eram duplicados, restando 77 artigos. Campos *et al.* (2018) recomendam que a eliminação de duplicidade seja a primeira filtragem a ser realizada na Fase 5, mas como nesta revisão os resultados de cada base de dados foram agrupados em pastas diferentes no Mendeley, os artigos passaram primeiro pelos outros

processos de revisão e, por isso, é possível que o número de trabalhos duplicados seja maior do que o quantificado.

Nas Fases 6 e 7 os artigos foram classificados através da Equação InOrdinatio (Pagani *et al.*, 2022):

$$InOrdinatio = \left\{ [\Delta * (IF)] - \left[\lambda * \left(\frac{ResearchYear - PubYear}{CitedHalfLife} \right) \right] + \Omega * \left[\frac{Ci}{(ResearchYear+1) - PubYear} \right] \right\} \quad (1)$$

Em que:

IF: Fator de impacto do periódico.

ResearchYear: ano em que a pesquisa está sendo realizada, neste caso, 2023.

PubYear: ano de publicação do artigo.

Ci: número de citações encontradas no Google Scholar.

Cited Half-Life: mediana Cited Half-Life de periódicos com JCR 2020.

Δ : é o valor entre 0 e 10 que o pesquisador atribui à importância do FI da publicação.

λ : é o valor entre 0 e 10 que o pesquisador atribui à relevância do ano de publicação.

Ω : é o valor entre 0 e 10 que o pesquisador atribui à importância da média anual de citações da publicação.

A lista de artigos finais foi exportada do Mendeley para o gerenciador de referências JabRef, que forneceu automaticamente uma planilha com o nome dos autores, título do artigo, ano de publicação, nome da revista, tipo de publicação e URL. Por fim, esta lista foi exportada para o aplicativo RankIn no Excel, onde o fator de impacto⁵ e o ano de publicação foram preenchidos automaticamente. O número de citações foi extraído manualmente do Google Scholar. Foi atribuído o valor máximo (10) para a importância dos três critérios da Methodi Ordinatio, a fim de ter um portfólio ponderado igualmente em relação ao ano de publicação, número de citações e fator de impacto. Os resultados foram categorizados e sistematizados em uma planilha, sendo que se optou em fazer a leitura sistemática apenas dos artigos que tiveram InOrdinatio (IO) maior ou igual a 20 (n=64), resumindo suas principais conclusões e destacando a semelhança entre os estudos. Entre os artigos que atenderam este requisito (IO \geq 20), quatro foram removidos durante a leitura sistemática porque não estavam relacionados com o tema pesquisado.

⁵ Para o FI aparecer automaticamente na planilha foi necessário que o pesquisador preenchesse uma coluna com o ISSN (International Standard Serial Number) da revista em que o artigo foi publicado.

Em 20 de dezembro de 2023 foi realizado um novo processo de buscas limitadas para o ano de 2023, com o objetivo de atualizar o ranking (IO) adicionando artigos que ainda poderiam estar no prelo na primeira busca. O resultado bruto do segundo processo de buscas nas bases de dados está exposto no Quadro 4.

Quadro 4 – Resultado bruto da busca sistemática para o ano de 2023

Palavras-chave	Bases de dados			Total
("family farm" OR "family farming" OR "agricultura familiar") AND (succession OR transfer OR sucessão OR transferência)	Scopus Busca limitada a “artigos”	Science Direct	Web of Science	34
Total	19	5	10	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Utilizando os mesmos critérios de filtragem da busca anterior foram excluídos um artigo de revisão, 23 artigos que não estavam relacionados com o tema e três artigos duplicados. Após os artigos serem exportados para o aplicativo Ranking, observou-se que dois tiveram IO menor que 20 e também foram excluídos, restando cinco artigos. Finalmente, após todos os processos de seleção e classificação, foram incluídos 65 artigos considerados elegíveis e relevantes para esta revisão sistemática.

3.2 MATERIAIS E MÉTODOS DA PESQUISA DE CAMPO

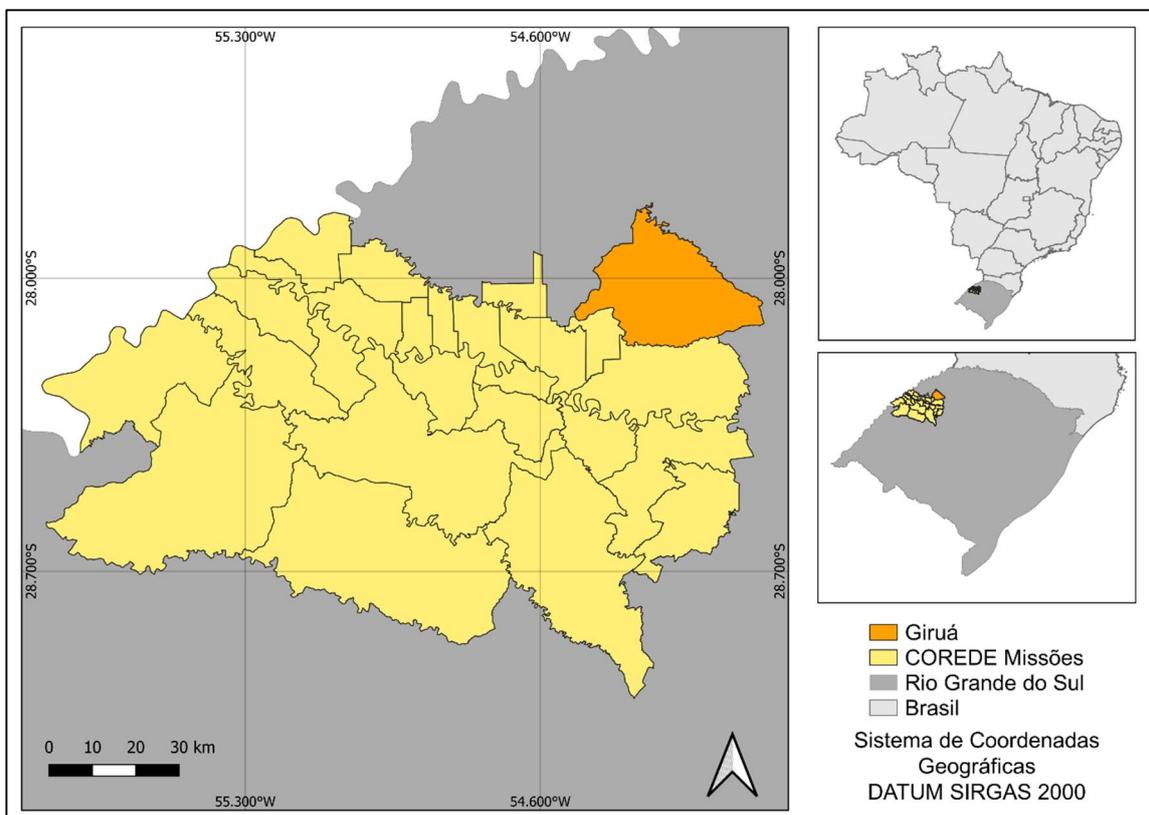
A presente pesquisa possui abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2001), esse tipo de pesquisa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Para Maanen (1979), a pesquisa qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social.

Em sua maioria, os estudos qualitativos são feitos no local de origem dos dados; não impedem o pesquisador de empregar a lógica do empirismo científico (adequada para fenômenos claramente definidos), mas partem da suposição de que seja mais apropriado empregar a perspectiva da análise fenomenológica, quando se trata de fenômenos singulares e dotados de certo grau de ambiguidade (Maanen, 1979, p. 520).

A pesquisa foi realizada no município de Giruá (Figura 3), que possui uma extensão territorial de 857,059 km², uma população estimada de 16.013 pessoas (2022) e uma economia que se destaca pelas culturas de soja, trigo, linhaça, milho, canola e girassol (IBGE, 2023). A

agricultura familiar é bastante representativa no município, correspondendo a 84,30% (1.337) dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017b).

Figura 3 – Localização do município de Giruá no COREDE Missões, RS



Fonte: Elaboração própria (2024).

Os municípios do Rio Grande do Sul estão organizados em 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) legalmente instituídos e, que se articulam no estado em nove Regiões Funcionais de Planejamento, que foram constituídas observando critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social (Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2022). De acordo com Büttendener, Siedenberg e Allebrandt (2011), os COREDEs começaram a ser estruturados a partir de 1991 e podem ser definidos como fóruns regionais de discussão sobre estratégias, políticas e ações que visam o desenvolvimento regional.

Giruá está inserido no COREDE Missões e se destaca pela sua produção agropecuária em razão das terras férteis que facilitam a diversificação agrícola e pela presença expressiva de propriedades da agricultura familiar, o que norteou a escolha do município de Giruá como local para realização desta pesquisa.

A população de interesse do estudo são os agricultores familiares residentes no município. A amostragem é não probabilística, na qual “a escolha dos elementos não depende

da probabilidade, mas de causas relacionadas com a característica da pesquisa ou de quem faz a amostra” (Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p. 195). De acordo com Gil (1999, p. 104), esse tipo “constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem [...] e é destituída de qualquer rigor estatístico”.

A escolha dos entrevistados aconteceu por intermédio da técnica “bola de neve”, em que os primeiros participantes da pesquisa indicaram outros possíveis participantes do estudo (Flick, 2009). O tamanho da amostra foi definido pelo método de saturação, que segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), ocorre quando os dados se transformam em algo repetitivo ou redundante. Assim, o universo de análise da pesquisa foi de 12 propriedades, e a saturação, foi observada quando as questões relacionadas às condições produtivas começaram a ficar repetitivas. A homogeneidade das propriedades familiares contribuiu para que a saturação ocorresse com um número reduzido de propriedades, sendo que a maioria dos entrevistados produzem *commodities* agrícolas.

Os dados foram coletados por meio de entrevista nas propriedades rurais pelo autor desta dissertação. Na chegada à propriedade rural familiar o entrevistador se apresentou, verificou se os critérios de inclusão seriam atendidos e, então, apresentou o objetivo da pesquisa, seguido de convite para participar da referida pesquisa. Após, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) e obtida a assinatura dos participantes.

Os critérios de inclusão observados foram: a) ser utilizada mão de obra predominantemente da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento; b) ter a maior parte da renda familiar originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento; e, c) o estabelecimento possuir no máximo quatro módulos fiscais, sendo que para o município de Giruá um módulo fiscal corresponde a 20 ha (consultado em <https://pro-pgt-incra.estaleiro.serpro.gov.br/pgt/indices-basicos>), portanto, o tamanho máximo para que os estabelecimentos sejam incluídos na pesquisa é de 80 ha⁶.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário estruturado, apresentado no Apêndice B, elaborado pelo autor, adaptado dos estudos contidos no Apêndice C. Foi realizado o pré-teste com dois agricultores de municípios próximos (Cerro Largo e Guarani das Missões) que não foram incluídos na amostra. Neste pré-teste identificou-se ajustes necessários no instrumento de coleta de dados e verificou-se o tempo médio para respondê-lo.

6 Esses itens atendem a Lei nº 11.326 (Brasil, 2006).

A análise das respostas se deu por sistematização, que, segundo Holliday (2006), consiste na interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, explica a lógica dos processos vividos e os fatores que intervêm nesse processo. Para relatar as respostas dos participantes da pesquisa, apoiou-se na fenomenologia. Conforme Creswell (2010), a “pesquisa fenomenológica é uma estratégia de investigação em que o pesquisador identifica a essência das experiências humanas, com respeito a um fenômeno, descritas pelos participantes” (Creswell, 2010, p. 38).

Quanto às questões éticas, o projeto foi enviado para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e aprovado sob o CAAE 71180123.9.0000.5564. Os agricultores foram convidados a participar e informados dos objetivos da pesquisa, sendo livre a sua participação bem como a desistência em qualquer tempo e somente participaram da pesquisa após o consentimento e a assinatura do TCLE.

Na próxima seção serão apresentados os resultados e discussão da revisão sistemática e da pesquisa de campo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

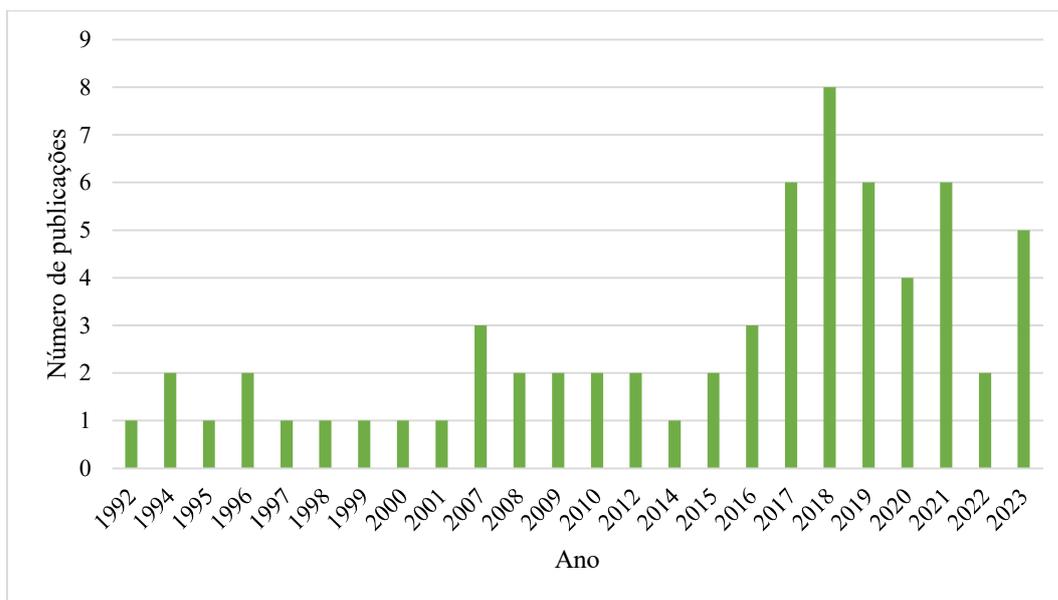
A seguir, são apresentados os resultados e discussões da análise bibliométrica e das entrevistas realizadas no município de Giruá/RS, acerca da sucessão intergeracional e suas nuances.

4.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

A busca nas bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e *Science Direct* resultou em 65 artigos elegíveis e relevantes para esta revisão sistemática. O Apêndice C fornece uma visão geral dos artigos revisados, incluindo informações sobre os autores, o periódico, ano de publicação, número de citações e fator de impacto do periódico (informações utilizadas na construção do *ranking* IO). A Figura 4 mostra o volume de artigos distribuídos entre 1992 e 2023, sendo que o pesquisador não utilizou uma delimitação temporal na busca, assim foi possível conhecer o período em que o tema começou a surgir na literatura e também possibilitou verificar como evoluiu até o ano de 2023. Não foram encontrados estudos relevantes relacionados ao tema de pesquisa antes de 1992. Observou-se que 56,92% dos artigos selecionados foram publicados entre 2017 e 2023, sendo que 2018 foi o ano com o maior número de publicações (8 artigos).

Importante destacar que, o tema da sucessão na agricultura familiar continua sendo relevante no meio acadêmico, instigando inúmeras pesquisas. Isso pode ocorrer porque a permanência do jovem no campo continua sendo um desafio no âmbito das políticas públicas. Por isso, é preciso avaliar como as políticas públicas podem contribuir de maneira efetiva com a continuidade das propriedades agrícolas familiares, sobretudo por meio da transição geracional, que, como foi visto, é a forma mais comum de sucessão na agropecuária em todo o mundo (Oliveira; Vieira Filho, 2018).

Figura 4 – Volume de publicações por ano



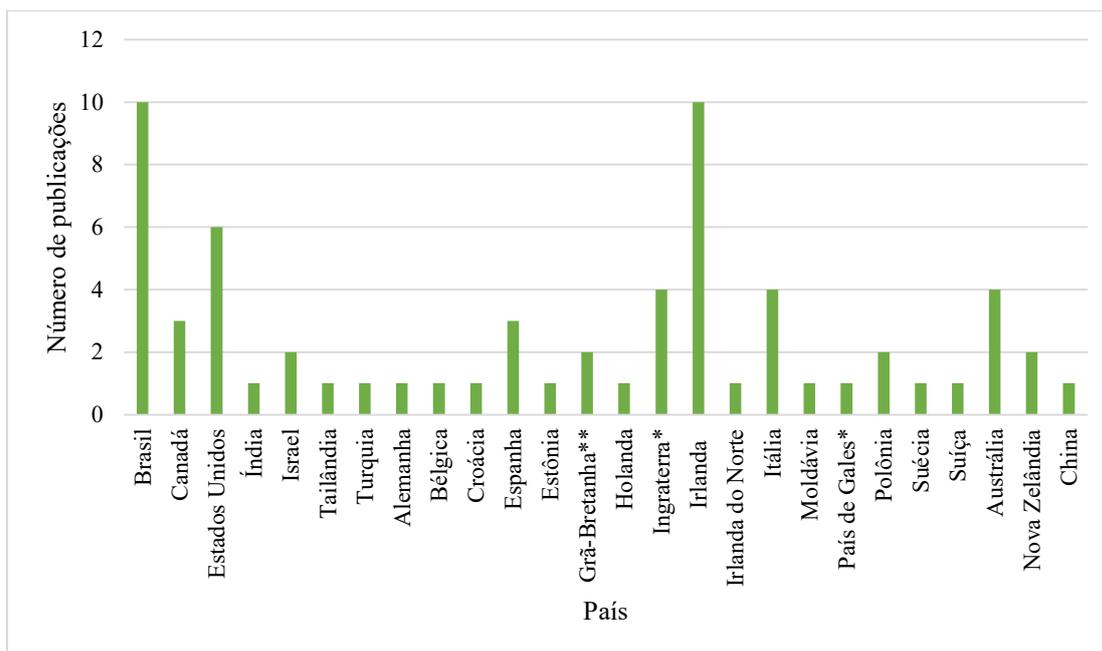
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os países com maiores contribuições de estudos foram a Irlanda (n=10; 15,4%) e o Brasil (n=10; 15,4%) (Figura 5). Para a Irlanda, isso pode ser explicado pelo fato de que neste país a Teagasc - *The Agriculture and Food Development Authority* (Autoridade de Desenvolvimento Agrícola e Alimentar da Irlanda), realizou uma série de ações para investigar as intenções e atitudes comportamentais de agricultores mais velhos em relação à sucessão e aposentadoria da agricultura, criando uma oportunidade ideal para que pesquisadores recrutassem participantes localizados em todo o país para entrevistas.

Nos estudos brasileiros, destaca-se que, nos anos 2000, ocorreram mudanças nas políticas de desenvolvimento rural, que propiciaram um aumento no valor de investimento para o setor da agricultura familiar. A partir do Programa Fome Zero, que visava combater a fome e a insegurança alimentar, foram criadas outras políticas públicas de apoio aos agricultores familiares e ações afirmativas relacionadas ao gênero, raça e juventude rural foram incluídas na agenda do desenvolvimento (Del Grossi; Marques, 2015). Com a combinação de várias políticas centradas na agricultura familiar é provável que os desafios enfrentados por este setor, incluindo a sucessão, instigassem inúmeras pesquisas.

Também foi encontrado uma quantidade relevante de publicações de artigos nos Estados Unidos (n=6; 9,2%), onde é possível que o declínio da população agrícola, ocasionado pela eliminação dos agricultores considerados “ineficientes” pelas forças do mercado (Vogeler, 1981), tenha impulsionado pesquisas relacionadas à sucessão.

Figura 5 – Número de estudos distribuídos por países



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nota: * O local de estudo do trabalho de Potter e Lobley (1992) abrange dois países: Inglaterra e País de Gales. ** A Grã-Bretanha é uma ilha que compreende as nações da Inglaterra, Escócia e País de Gales.

Considerando a abrangência continental, 52,31% dos estudos incluídos foram realizados na Europa, o que pode ser explicado pelo fato do continente abrigar a maior proporção de idosos em relação à população total do mundo (Nações Unidas, 2016), sendo que essa proporção pode ser maior nas áreas rurais em comparação com áreas urbanas devido à emigração dos mais jovens e imigração de aposentados. Isso pode levantar preocupações por parte de cientistas sobre segurança alimentar, participação na força de trabalho e continuidade das atividades desenvolvidas nas propriedades agrícolas familiares e gerar um número maior de estudos sobre sucessão.

Com relação à abordagem dos estudos, a maioria (n=32; 49,23%) analisa a sucessão na agricultura familiar através de pesquisas quantitativas, investigando diversas variáveis através de análise de correlação. As pesquisas qualitativas correspondem a 36,92% (n=24) dos artigos e utilizam, principalmente, entrevistas semiestruturadas para determinar a percepção do agricultor principal e do potencial sucessor sobre a sucessão, descrever o processo sucessório e identificar as percepções de justiça de diferentes membros familiares acerca deste processo. Uma quantidade menor de estudos (n=9; 13,85%) utilizou uma abordagem mista/multimétodo. Estudos deste tipo podem utilizar um método quantitativo em uma primeira etapa e, posteriormente, aprofundar a compreensão dos resultados através de métodos qualitativos,

sendo que no tema pesquisado isso se dá, na maioria dos casos, através da técnica de grupo focal. Apesar de ser mais raro, o processo inverso também pode ser aplicado, em que o pesquisador utiliza um enfoque qualitativo em uma primeira fase para, em seguida, desenvolver um instrumento de coleta de dados quantitativo que possa avaliar de forma mais ampla o problema de pesquisa.

Quanto aos participantes das pesquisas, 22 (33,85%) artigos incluíram apenas a opinião do proprietário (agricultor principal), 17 (26,15%) avaliaram apenas a disposição dos potenciais sucessores em assumir a propriedade e 6 (9,23%) incluíram o agricultor principal e, pelo menos, um potencial sucessor. Observou-se que 15 (23,08%) artigos incluíram vários membros da família, incluindo o agricultor, sucessores, filhos fora da propriedade e seus cônjuges. Ainda, dois artigos (3,08%) analisaram a percepção de formuladores de políticas públicas e consultores de extensão sobre o tema e um artigo (1,54%) buscou a opinião de ex-agricultores, além de agricultores em atividade. Um estudo utilizou dados secundários fornecidos pela Agência de Reestruturação e Modernização da Agricultura da Polônia após a solicitação de acesso a informações públicas e dados de censos agrícolas (Skora *et al.*, 2019). O mesmo se aplica para o estudo de Kimhi (1994), que utilizou dados derivados de censos agrícolas em Israel de 1971 e 1981.

Embora não exista um único percurso para que os agricultores progridam na identificação de um sucessor, pois cada propriedade familiar e família são diferentes, alguns estudos examinaram como ocorre esse processo. Keating e Little (1997) indicam que a escolha de um sucessor familiar é um processo que começa quando os filhos são muito pequenos e termina com a colocação do sucessor. Os autores listam cinco estágios na escolha de um sucessor:

a) Observando o interesse: a primeira fase começa quando as crianças são pequenas e os pais observam o interesse dos filhos pela agricultura e encorajam seu envolvimento com a atividade. Caso as crianças pareçam desinteressadas, os pais decidem esperar para ver se o interesse aparece.

b) Redução do conjunto de elegíveis: nesta fase as famílias começam a limitar o número de sucessores, assumindo-se que as propriedades não suportam mais de um para serem viáveis. Mesmo que alguns pais desejam ser imparciais quanto ao gênero do sucessor, geralmente os membros da família consideram os filhos como candidatos mais prováveis, em vez de uma filha. Outros critérios importantes usados para eliminar filhos(as) da elegibilidade são características pessoais, como saúde, habilidades agrícolas e disponibilidade.

c) Avaliação do compromisso: nesta fase as famílias deparam-se com vários dilemas (por exemplo: o que fazer se mais de um filho quisesse assumir o controle; como encorajar o filho escolhido a assumir a propriedade sem pressioná-lo; como garantir o compromisso por parte de um filho sucessor; como calcular o momento da sucessão) e os filhos ainda estão decidindo se vão assumir a propriedade ou não.

d) Compensando os outros: nesta fase, já existe um sucessor identificado e os pais tentam compensar os filhos que não serão sucessores por meio de estudos ou outra ajuda, como comprar uma casa. Os pais acreditam que é importante tratar os filhos com igualdade, mas para que o sucessor possa operar a propriedade rural com sucesso, geralmente é preciso que ele herde a totalidade ou maior parte dela.

e) Colocação do sucessor: esta é a fase final, em que os pais percebem que é o melhor momento para a geração mais jovem assumir o controle de gestão da propriedade.

Bertolozzi-Caredio *et al.* (2020) buscaram compreender a dinâmica sucessória na agricultura familiar de duas regiões da Espanha, levando em consideração as propriedades de gado extensivas. Os autores observaram que o processo sucessório desenvolve-se em três etapas: a) Potencialidade: as crianças são reconhecidas pela família como potenciais sucessores através de seus atributos individuais e seu envolvimento na agricultura; b) Disposição: o sucessor está disposto a assumir a propriedade e avalia o *trade-off* entre fatores socioeconômicos e atributos individuais; e, c) Eficácia: a propriedade é efetivamente transferida para o sucessor.

As variáveis tradicionalmente incluídas em pesquisas sobre sucessão agrícola e que fazem referência aos estudos quantitativos foram agrupadas em três categorias: agricultor principal, potencial sucessor e propriedade. A discussão desses resultados será centrada nas investigações qualitativas, que analisam a sucessão na agricultura familiar, principalmente, por meio de entrevistas diretas com os agricultores e englobam aspectos culturais e emocionais, a dinâmica familiar, o estilo de vida dos agricultores e, em menor grau, variáveis socioeconômicas.

No que diz respeito à idade do agricultor principal, os estudos de Glauben *et al.* (2009), Mishra, El-Osta e Shaik (2010) e Borychowski, Grzelak e Stypien (2023) indicam que, quanto mais velho for o agricultor, maior será a probabilidade de a propriedade ser passada para a geração seguinte. Isso indica que, em geral, a sucessão é resolvida de forma tardia, o que pode estar relacionada com a dificuldade da geração sênior em transferir o controle gerencial do negócio agrícola familiar, uma vez que a identidade e a autoestima de muitos agricultores são fortemente atribuídas à sua ocupação e se aposentar é um conceito que eles acham difícil de

aceitar. Dessa forma, os agricultores resistem à transferência da propriedade com base na perda antecipada de reconhecimento e *status* social, que acompanhou sua posição de agricultor ativo e produtivo na sociedade, resistindo ao planejamento de sucessão e aposentadoria como meio de sustentar sua posição como chefe da propriedade familiar (Conway *et al.*, 2016; 2021).

Kimhi e Nachieli (2001) afirmam que o efeito da idade dos agricultores israelenses na probabilidade de sucessão é sempre positivo, mas diminui com o passar dos anos. Assim, se os agricultores adiarem a sucessão por muito tempo, poderão enfrentar dificuldades em encontrar um sucessor porque os seus filhos podem ter encontrado emprego em outro local. Ochoa, Oliva e Sáez (2007), por sua vez, demonstram que, inicialmente, a probabilidade de haver um sucessor nas propriedades rurais familiares de Estella (Espanha) diminui com a idade do agricultor até 59 anos e aumenta a partir desta idade, assumindo um efeito quadrático em forma de U.

Quanto ao nível de escolaridade do agricultor principal, a maioria dos estudos mostram que níveis educacionais mais elevados afetam negativamente a sucessão na agricultura familiar (Hennessy; Rehman, 2007; Mishra; El-Osta; Shaik, 2010, Bertoni; Cavicchioli, 2016; Cavicchioli; Bertoni; Pretolani, 2018; Cavicchioli *et al.*, 2019; Arends-Kuenning *et al.*, 2021), indicando que um nível mais alto de educação pode promover a abertura para que os herdeiros busquem empregos alternativos. Por outro lado, Kimhi e Nachieli (2001) e Mishra e El-Osta (2008) associam um nível de educação mais elevado a uma taxa maior de sucessão na agricultura familiar. Isso pode ocorrer porque talvez os pais mais instruídos consigam encontrar soluções mais fáceis e eficientes para o jogo de barganha com os sucessores em potencial, o que pode contribuir para chegar a uma decisão de sucessão mais cedo, com menos riscos de fazer uma má decisão. Adicionalmente, Pessotto *et al.* (2019) destacam que os agricultores com baixo nível de instrução e idade avançada podem deduzir que o planejamento sucessório é irrelevante, não ter conhecimento para realizar uma gestão profissional, ou não conseguir defrontar-se com um futuro em que não esteja mais presente, podendo motivar um desincentivo para que um potencial sucessor permaneça no negócio agrícola familiar. No entanto, a variável “escolaridade do agricultor principal” deve ser tratada com cautela, pois pode depender do tipo de formação. Glauben *et al.* (2009), por exemplo, observaram que uma educação não agrícola atrasa significativamente a transferência das propriedades agrícolas no estado de Schleswig-Holstein (Alemanha).

O estudo realizado por Cavicchioli *et al.* (2015) mostrou que as propriedades geridas por mulheres têm probabilidade 20,49% maior de sucessão do que aquelas administradas por um homem. Por outro lado, Bertoni e Cavicchioli (2016) observaram que uma exploração agrícola gerida por um homem tem 19,4% mais probabilidade de identificar um sucessor. Os

mesmos autores constataram que a probabilidade de sucessão aumenta 11,1% quando o número de filhos aumenta de dois para três. Porém, deve-se ter cautela ao examinar essa variável, pois se o número de filhos que maximiza a probabilidade de sucessão for ultrapassado, pode ter um efeito negativo na sucessão nos casos em que vários filhos gostariam de trabalhar na propriedade, mas não é possível garantir um rendimento suficiente para todos.

Trabalhar fora da propriedade também pode ter um impacto na sucessão, conforme apontam Mishra, El-Osta e Shaik (2010), sendo que a probabilidade de ter um plano de sucessão aumenta em quase 12% se apenas o agricultor relatar trabalhar fora da propriedade agrícola e em cerca de 13% se tanto o agricultor quanto o cônjuge trabalham fora. No entanto, essa variável foi quantificada como dicotômica, não sendo possível especificar se o trabalho fora da propriedade é a ocupação principal ou secundária do agricultor. Assim, pode ser que a família opte por viver em áreas rurais e operar um negócio que se qualifica como agrícola, mas seu trabalho principal é fora da agricultura. Hennessy e Rehman (2007), por exemplo, apontam que quando a mãe trabalha fora da propriedade é mais provável que os herdeiros ingressem em ocupações não agrícolas, o que dá suporte à ideia de que os pais influenciam as escolhas ocupacionais dos filhos por meio de sua própria participação em empregos fora da propriedade e de seu envolvimento na agricultura.

Além disso, os agricultores que incentivam seus filhos a permanecer na propriedade e desenvolvem medidas ativas para passar a exploração para a próxima geração são mais propensos a esperar uma sucessão (Pessotto *et al.*, 2019; Foguesatto *et al.*, 2020). O debate de questões relacionadas à sucessão pelo proprietário e seu potencial sucessor e, a integração no setor agrícola desde a infância incentivam os potenciais sucessores a se envolverem com o setor agrícola e continuarem as atividades na propriedade (Pitts *et al.*, 2009; Santhanam-Martin; Bridge; Stevens, 2019).

Em relação às características dos potenciais sucessores, as questões de gênero são amplamente debatidas nos artigos analisados, isso porque a estrutura patriarcal de muitas propriedades rurais familiares, desencoraja os potenciais sucessores a permanecerem integrados na agricultura (Luhrs, 2016). As normas tradicionais de gênero dificultam os planos de sucessão, pois a probabilidade de sucessão diminui se os domicílios não tiverem filhos do sexo masculino (Arends-Kuenning *et al.*, 2021) e o conhecimento dos homens é mais valorizado na decisão sobre quem será o sucessor da terra da família (Grubbström; Sooväli-Sepping, 2012). Žutinić e Grgić (2010) observaram que, em propriedades croatas, as filhas eram designadas como sucessoras apenas em famílias sem descendentes do sexo masculino. Outra situação, mencionada por Dumas *et al.*, (1995), é que é mais provável que uma filha assuma a propriedade

da família quando ela se casa, o genro passa a morar na propriedade e dividir as responsabilidades com a família ou quando essa decisão deve ser tomada imediatamente, por exemplo quando o pai adoece ou morre, sendo que outros descendentes do sexo masculino já fizeram suas escolhas profissionais, fora da agricultura. Os resultados apresentados por Luhrs (2016) mostram que, na Austrália, muitas filhas tinham interesse na agricultura, desenvolveram habilidades agrícolas e consideravam a ocupação da agricultura se tivessem a oportunidade. No entanto, as filhas são comumente negligenciadas quando se trata de decisões sobre sucessão e/ou herança, indicando que o patriarcado permanece fortemente influente na determinação da sucessão na propriedade familiar.

Por outro lado, Chiswell e Lobley (2018) indicaram que o processo de identificação de um sucessor começou a ser liberado de seus grilhões tradicionais, como gênero e ordem de nascimento, pois a modernização está mudando a forma como as crianças rurais estão se identificando como “o sucessor” e as mulheres jovens sentem-se mais confiantes em relação às suas intensões e aspirações. Para Sheridan *et al.* (2023), embora as normas tradicionais de gênero permaneçam evidentes nos processos de sucessão agrícola australianos, as mudanças nos papéis das mulheres na sociedade em geral estavam provocando mudanças na forma dos indivíduos pensarem suas decisões de sucessão. Nas entrevistas com consultores agrícolas que planejam a sucessão foi referido que as filhas seriam consideradas se tivessem, por exemplo, demonstrado uma “paixão” pela agricultura, o que pode ser motivado pela reinterpretação cultural das normas de gênero e pela maior participação das mães em conversas sobre quem deveria ser o sucessor. Uma participante da pesquisa descreveu que quando começou a aconselhar famílias de agricultores sobre sucessão, ficou surpresa ao ver como as irmãs dos homens herdeiros não tinham expectativas.

Elas foram criadas para acreditar que este negócio – esta terra e este negócio – se tornaria automaticamente o reino de seus irmãos. E houve uma espécie de aceitação passiva disso em muitos aspectos. E isso mudou (Sheridan *et al.*, 2023, p. 5).

O estudo de Breitenbach e Foguesatto (2023), realizado no Rio Grande do Sul (Brasil), mostrou que existem diferenças de gênero na percepção dos jovens rurais com relação à sucessão agrícola, sendo que as mulheres valorizaram mais as declarações de que “os baixos incentivos parentais para que os filhos sejam sucessores e permaneçam na agricultura desencorajam os jovens de serem os sucessores” e “a falta de autonomia que os pais dão aos filhos na gestão e execução das atividades agrícolas desencoraja os jovens da sucessão”. Esses resultados indicam que a influência dos pais contribui para que as mulheres não assumam o

controle da propriedade agrícola e para o aumento da masculinização nas áreas rurais. Com relação à percepção dos jovens homens, Breitenbach e Foguesatto (2023) demonstram que eles valorizam mais as seguintes afirmações: “as políticas públicas disponíveis no setor agrícola contribuem para o maior interesse dos jovens na sucessão empresarial agrícola”, “incentivos de cooperativas e organizações privadas contribuem para a sucessão empresarial agrícola” e “os jovens que valorizam as tradições familiares (por exemplo, as normas sociais da família) estão mais interessados na sucessão agrícola”.

No que diz respeito à educação do potencial sucessor, o fato dos filhos possuírem o ensino médio e uma especialização agrícola aumenta a probabilidade de sucessão (Cavicchioli *et al.*, 2015), assim como os sucessores com curso na área agrícola assumem a propriedade mais cedo, enquanto curso na área não agrícola atrasa a sucessão (Glauben *et al.*, 2009). Deming *et al.* (2019) explicam que a obtenção de curso superior na área agrícola representa uma 'moeda de troca' para que os sucessores ganhem responsabilidade e sejam “levados mais a sério”. Por outro lado, estudos que não distinguem o nível educacional em termos de relação ou não com o setor agrícola, mostraram que quanto mais elevado for o nível de educação formal do filho(a), menor será a probabilidade de ocorrer a sucessão intergeracional (Hennessy; Rehman, 2007; Ochoa; Oliva; Sáez, 2007).

Com relação à propriedade, estudos anteriores constataram que a probabilidade de que um sucessor se interesse em continuar as atividades na propriedade é maior em propriedades com maiores extensões de terra, que são mais capitalizadas e que apresentam renda mais elevada (Potter; Lobley, 1992; Glauben *et al.*, 2009; Cavicchioli; Bertoni; Pretolani, 2018; Morais; Borges; Binotto, 2018; Pessotto *et al.*, 2019; Foguesatto *et al.*, 2020; Borychowski; Grzelak; Stýpien, 2023; Qiang-Qiang *et al.*, 2023). Os resultados destes estudos sugerem que a falta de um rendimento agrícola satisfatório pode ser uma das principais causas da saída dos jovens da zona rural e que as propriedades maiores podem favorecer a sucessão intergeracional, pois, geralmente, têm melhor infraestrutura, proporcionam uma renda considerável e segura e, oferecem mais oportunidades para que duas gerações trabalhem juntas. O trabalho de Hennessy e Rehman (2007) demonstrou que a renda não afeta significativamente a decisão sucessória, mas afeta a decisão de ingressar na agricultura em tempo integral, uma vez que, segundo os resultados deste estudo desenvolvido na Irlanda, herdeiros de propriedades mais lucrativas são menos propensos a seguir o ensino superior e, portanto, mais dispostos a se dedicar à agricultura em tempo integral. Os herdeiros de propriedades mais pobres cursam o ensino superior para expandir suas oportunidades em ocupações não agrícolas.

Calus, Van Huylenbroeck e Van Lierde (2008) afirmam que tanto a renda padrão quanto o tamanho da propriedade não reflete necessariamente o seu valor comercial e, por isso, buscaram entender o papel dos ativos agrícolas totais⁷ (TFA, do inglês *total farm assets*) na transferência de propriedades rurais por meio de um estudo longitudinal realizado na Bélgica. Os autores observaram que propriedades com maior TFA têm maior probabilidade de ter um sucessor e, a partir do momento em que um sucessor é designado, ocorre um aumento do TFA. Nas propriedades onde o sucessor não foi designado e onde ainda há incerteza sobre a continuidade da propriedade no longo prazo, não há mudanças significativas no TFA enquanto essa situação persistir. Se nenhum sucessor for designado, o TFA de fato diminui em direção ao valor de liquidação da propriedade devido ao fato de que os agricultores mais velhos sem sucessores param de investir na propriedade e, a infraestrutura e maquinários tornam-se obsoletos.

Ao comparar a influência do desempenho econômico e ambiental nas decisões relacionadas à sucessão nas explorações agrícolas da Polônia, Borychowski, Grzelak e Stypien (2023) concluíram que as propriedades com sucessor declarado alcançam resultados econômicos mais favoráveis em comparação com aquelas onde não há sucessor. Os autores puderam notar que os empreendimentos agrícolas sem sucessão, apesar de possuírem menos recursos, são mais endividados⁸. Isto pode indicar que são geridos de forma inadequada e que os investimentos são parcialmente mal orientados. Por outro lado, as associações entre a dimensão ambiental e a sucessão são negativas, ou seja, as propriedades agrícolas com menor cuidado ambiental têm menos problemas em encontrar um sucessor. Isso significa que as explorações economicamente fortes são caracterizadas por um desempenho ambiental menos eficiente.

A existência de um sucessor parece aumentar a probabilidade de as empresas agrícolas investirem em estratégias de crescimento e de se adaptarem às mudanças externas, conforme apontam Inwood e Sharp (2012), cujo artigo apresentou o IO mais elevado (273,29). Os autores examinaram como a sucessão influencia a adaptação e a mudança nas propriedades de interface rural-urbana em Columbus e Grand Rapids (Estados Unidos). Por meio de 51 entrevistas

7 Os TFAs podem ser divididos em duas partes principais: Os ativos fixos (não circulantes) que não podem ser facilmente convertidos em dinheiro. Estes incluem o valor presente da terra, melhoria do solo, edifícios e construções, culturas permanentes e direitos de produção. A segunda parte consiste em ativos temporários, ou seja, a parcela dos ativos circulantes que flutuam em resposta a necessidades sazonais ou antecipadas de curto prazo ou requerem reinvestimento contínuo para manter seu valor. Estes incluem o valor presente de animais, máquinas e ativos líquidos (CALUS; VAN HUYLENBROECK; VAN LIERDE, 2008).

⁸ Ver também Kimhi e Lopez (1999).

semiestruturadas com indivíduos de 33 famílias de agricultores, os autores chegaram à conclusão de que famílias de agricultores que não conseguiram identificar um herdeiro davam menos ênfase ao aumento da produtividade agrícola, implementaram estratégias de gestão mais estáticas ou começaram a desinvestir na propriedade vendendo terras e ativos. Por outro lado, famílias que identificaram um sucessor buscaram uma variedade de estratégias de crescimento horizontal (aumentando a área cultivada por meio de aluguel ou compra de terra) e vertical (aumentando a produção, mudando para culturas de maior valor e adicionando novos empreendimentos ao existente sem aumentar a área de terra) para atingir os objetivos da propriedade.

Na mesma direção, Carolan (2018), Potter e Lobley (1992; 1996) e Mishra e El-Osta (2008) observaram que os agricultores que identificaram um sucessor tendem a discutir e/ou implementar estratégias de investimento de longo prazo, como adquirir ou alugar terras, por exemplo. Por representar um ponto crítico, em que o negócio agrícola precisa sustentar um número maior de pessoas, ou até mesmo outra família, a sucessão cria oportunidades para gerar mais capital e expandir o negócio. Caso não for encontrado nenhum sucessor, é comum que os agricultores arrendem suas terras para terceiros para reduzir a carga de trabalho e acelerar o processo de aposentadoria (Glauben *et al.*, 2009). A inovação também pode ser considerada uma estratégia para aumentar a chance de reprodução agrícola bem-sucedida. Farrel *et al.* (2022), por exemplo, exploram a capacidade da agricultura orgânica para aumentar a viabilidade de propriedades agrícolas irlandesas e incentivar a próxima geração a considerar a agricultura como uma atividade de longo prazo.

A existência de um sucessor influencia positivamente as decisões de investimento. Isso é observado por Bertoni e Cavicchioli (2016), Ward e Lowe (1994), Ochoa, Oliva e Sáez (2007) e Pessotto *et al.* (2019) que analisaram, respectivamente, o investimento em estufas, instalações de controle de poluição e maquinários, sendo que estas estratégias mostraram ter um impacto positivo na probabilidade de herdeiros continuarem a trabalhar na propriedade.

No que diz respeito ao tipo de atividade, Glauben *et al.* (2009) constataram que propriedades especializadas na produção de leite no norte da Alemanha são mais propensas a ter um sucessor intrafamiliar, pois, geralmente, são coordenadas pela família e todos os membros - pai, mãe e filho(s) – participam das atividades de ordenhar e alimentar as vacas. Potter e Lobley (1992) relatam que os agricultores sem sucessores na Inglaterra e País de Gales buscam simplificar ou reduzir seu *mix* empresarial, sendo que, entre estas mudanças, a mais comumente relatada é a decisão de deixar a produção leiteira. Complementarmente, Ochoa, Oliva e Sáez (2007) observaram que a probabilidade da próxima geração trabalhar na

propriedade diminui com o número de cabeças de gado. Para os autores, é difícil explicar o fato de as propriedades com mais gado serem menos atrativas para os herdeiros da exploração, porque a pecuária tende, no seu conjunto, a produzir um nível de rendimento mais elevado por unidade de superfície do que a agricultura arvensa. A razão pode, portanto, residir, em parte, no trabalho árduo, nas condições adversas e nas longas horas associadas à pecuária (especialmente em pequenas explorações pouco mecanizadas).

Os resultados relativos ao tempo de fundação da propriedade mostram que o desejo de sucessão é mais forte onde várias gerações coabitaram, pois apresentam valores tradicionais mais acentuados (Glauben *et al.*, 2009; Bertoni; Cavicchioli, 2016; Cavicchioli *et al.*, 2019). Conforme Grubbström e Sooväli-Sepping (2012), o apego emocional da família à exploração agrícola são bens valiosos e insubstituíveis e, portanto, tornam a sucessão mais propícia. Holloway *et al.* (2021) buscaram ir além de um enfoque econômico, consideraram o enfoque emocional para obter uma compreensão mais abrangente da razão pela qual os agricultores podem estar relutantes em se aposentarem e/ou passarem a sua propriedade agrícola para a próxima geração. As entrevistas revelaram que, em alguns casos, surgiram conflitos familiares nas propriedades em que os potenciais sucessores estavam menos interessados em herdar a propriedade agrícola, pois, de um lado, os agricultores tinham um forte sentido de pertença nas suas terras agrícolas, porque é onde passam a maior parte do tempo, onde trabalham fisicamente as suas terras e onde os laços sociais e familiares são criados e fortalecidos. Por outro lado, os potenciais sucessores revelaram não serem tão apaixonados pela agricultura como os seus antecessores ou não estarem interessados em trabalhar longas horas por dia.

Morais, Borges e Binotto (2018), cujo trabalho foi desenvolvido no Brasil e teve o segundo maior IO (235,39) entre os artigos selecionados para esta revisão, destacam-se por identificar o impacto de fatores psicológicos na intenção dos sucessores de assumir a propriedade. Os resultados apontam que essa decisão é determinada, principalmente, por suas avaliações positivas de assumir a propriedade (atitude), seguidas por suas percepções positivas sobre sua própria capacidade de assumi-la (controle comportamental percebido) e suas percepções sobre a pressão social para se tornar o sucessor (normas percebidas).

Morais, Borges e Binotto (2018), Moraes, Binotto e Borges (2017) e Nuthall e Old (2017) têm um diferencial em relação a outros estudos, pois utilizam a Abordagem de Ação Racional (AAR) para entender as crenças subjacentes à intenção dos sucessores de assumir a propriedade e formar uma intenção positiva ou negativa em relação à essa ação. O AAR supõe que a intenção é determinada por três construtos psicológicos: atitude, normas percebidas e controle comportamental percebido. Como regra geral, a intenção de agir – assumir a

propriedade depois que o chefe se aposentar – é mais forte quando a atitude e as normas percebidas são mais favoráveis, e quando o controle comportamental percebido é maior. Especificamente no estudo de Morais, Binotto e Borges (2017), identificou-se que as crenças comportamentais “Satisfação em cuidar do patrimônio da família” e “Facilidade em administrar a propriedade” influenciam a atitude dos sucessores em assumir a propriedade, o que pode ser explicado pela relutância em vender a propriedade da família, um apego emocional à propriedade e uma maior facilidade de administrá-la quando se deseja trabalhar no setor agrícola. Quanto as normas percebidas, as expectativas de “Pai” e “Mãe” influenciam as percepções dos sucessores sobre a pressão social para assumir a propriedade. Os fatores “Facilidade para comprar mais terras” e “Reconhecimento profissional” foram identificadas como determinantes das percepções dos sucessores sobre sua própria capacidade (controle comportamental percebido) de assumir a propriedade.

O estudo de Bertoni e Cavicchioli (2016) apresentou o terceiro maior IO (219,79). Os autores analisaram os determinantes da sucessão agrícola em uma amostra de propriedades hortícolas de cinco regiões da Itália. Além de fatores relacionados à propriedade e ao agricultor, esses autores acrescentaram variáveis relacionadas ao entorno da propriedade em seu estudo. Obtiveram como resultado que a probabilidade de sucessão agrícola diminui à medida que a diferença de renda entre a agricultura e outros setores aumenta e o emprego não agrícola se torna mais atraente.

A distância da propriedade de centros urbanos pode ser um fator importante na decisão de permanecer ou não na propriedade. Bertoni e Cavicchioli (2016) apontam que a propriedade estar localizada na interface rural-urbana é um determinante relevante para que um sucessor a assuma, pois essas áreas possuem maior densidade populacional e apresentam mercados favoráveis para os agricultores venderem seus produtos diretamente para os consumidores. Propriedades próximas às áreas urbanas também permitem que os indivíduos trabalhem em empregos não agrícolas e apenas morem na zona rural. Ochoa, Oliva e Sáez (2007) indicam que a localização da propriedade tem um impacto significativo na probabilidade de um dos filhos assumir a propriedade na Espanha, uma vez que, quanto mais distante dos centros urbanos, menos provável que um descendente continue trabalhando neste espaço, pois se torna difícil conciliar a agricultura com um segundo emprego.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO COM AGRICULTORES FAMILIARES

4.2.1 Caracterização das propriedades rurais familiares e dos seus gestores

A parte inicial dessa análise é dedicada à caracterização das doze propriedades rurais familiares que fizeram parte do estudo. Incluindo áreas próprias e arrendadas, as propriedades possuem, em média, 35,76 hectares, sendo que seis, entre os doze agricultores entrevistados, afirmaram ter área cultivada por meio do arrendamento rural. Uma motivação para isso pode ser o fato de que alguns agricultores almejam ampliar a área cultivada e expandir os negócios agrícolas, mas o preço das terras é muito alto. Logo, o arrendamento pode ser um mecanismo para aumentar a renda nas áreas rurais sem altos investimentos com a aquisição de terras, conforme demonstram Guedes, Cazella e Capellesso (2018) em um estudo no Meio Oeste Catarinense e Gawlak e Dalchiavon (2018) em uma pesquisa realizada no Sul do Paraná. A menor área cultivada entre as propriedades estudadas é de 2,5 hectares e a maior corresponde a 72 hectares.

Com relação às atividades desenvolvidas nos estabelecimentos familiares, todos eles produzem soja e trigo. O plantio de milho é realizado por onze dos entrevistados. Conterato, Bráz e Rodriguez (2021) atribuem esse vínculo da agricultura familiar com a produção de grãos ao *boom* das *commodities* que arrastou os agricultores brasileiros, muitos deles familiares, para processos de especialização e concentração produtivas a partir de 2004/2005, o que também foi intensificado pelo modelo hegemônico de produção agrícola adotado pelo Pronaf custeio. Os autores argumentam que, no Rio Grande do Sul, ao passo que se observa uma redução significativa do apoio para a produção alimentar (hortaliças, frutas, tubérculos, cereais, entre outros) há um avanço do financiamento das *commodities*, especialmente da soja.

Cattelan e Dall'Agnol (2018) apontam a soja como a força motriz do recente desenvolvimento agrícola no Brasil e projetam um aumento da área plantada e da produção que, na próxima década, fará com que o Brasil se torne o maior produtor mundial de soja, ultrapassando os Estados Unidos. Na explicação dos autores, isso será possível com a utilização de terras agricultáveis disponíveis na região Centro-Oeste e com a recuperação de áreas degradadas ou subutilizadas de pastagens perenes, enquanto os EUA já não têm grandes áreas de terras aráveis disponíveis para aumentar a produção, a menos que reduzam as áreas cultivadas com outras culturas, especialmente o milho.

Ao mesmo tempo que o Brasil se consolida como um dos maiores produtores de *commodities* agrícolas do mundo, o seu modelo de produção é sustentado pelo uso massivo de agrotóxicos (Gaboardi; Candioto; Panis, 2023). Essa afirmação pode ser corroborada com os resultados desse estudo ao verificar que nenhuma das propriedades rurais familiares utiliza

técnicas de produção orgânica, sendo que todos os entrevistados optam pela produção convencional. Jouzi *et al.* (2017), por exemplo, apontam os elevados custos com certificação, os rendimentos mais baixos em comparação com os sistemas convencionais, as dificuldades com a gestão dos nutrientes do solo e as barreiras de mercado como os principais desafios dos sistemas de produção alimentar orgânica.

A produção leiteira é realizada em apenas quatro propriedades familiares, sendo que em uma delas o entrevistado afirmou que a família desistirá dessa atividade quando a esposa se aposentar. Além disso, outros dois produtores familiares relataram ter ordenhadeira mecânica e resfriador, mas não estão sendo utilizados, pois já abandonaram a produção de leite. De acordo com Eurich, Weirich Neto e Rocha (2016), a atividade leiteira é um segmento importante para a permanência das pessoas no campo e para o desenvolvimento econômico em diversas regiões, sendo que o leite é produzido em grandes, médias e pequenas propriedades, além de ter a característica de se desenvolver, em sua maioria, em propriedades administradas por mão de obra familiar. No entanto, fatores como a baixa disponibilidade de tecnologia aos agricultores, a ausência de sucessor nas unidades produtivas familiares, as dificuldades para atender aos padrões de instrução normativa que objetivam melhorar a qualidade do leite cru, a falta de acesso ao crédito para financiar a produção e a instabilidade do preço de comercialização são algumas das principais barreiras relacionadas ao abandono da atividade leiteira (Bonamigo; Ferenhof; Forcellini, 2016).

Em duas propriedades familiares observou-se que, além da produção de soja, milho e trigo, é realizada a criação de gado de corte. Essa baixa adesão à pecuária de corte pode ser explicada pelo fato de que, apesar do clima subtropical no estado do Rio Grande do Sul ser favorável para raças bovinas britânicas, como Hereford e Braforf, que se sobressaem pelo rápido ganho de peso e qualidade da carne, os gastos e as exigências do mercado tornam essa atividade economicamente inviável se os agricultores não buscam alternativas para melhorar sua capacidade tecnológica e de gestão (Dill *et al.*, 2015).

A presença de agroindústria foi constatada em apenas uma propriedade familiar, sendo destinada à panificação e inserida no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Conforme Nichele e Waquil (2011) e Neumann *et al.* (2007), a agroindústria familiar rural é uma alternativa eficaz como política de desenvolvimento rural, pois possibilita atingir novos nichos de mercado e construir um portfólio variado de atividades a partir dos quais as famílias rurais podem sobreviver e melhorar seu padrão de vida, além de ser um meio de utilização dos produtos excedentes. Com relação ao PAA, existem alguns benefícios que os agricultores familiares que acessam o programa podem obter, como aumento da comercialização, garantia

de venda dos produtos, preço justo dos alimentos comprados e possibilidade de o agricultor escoar sua produção no município onde reside ou nas proximidades, diminuindo custos com transporte (Perin *et al.*, 2021). Além disso, Sambuichi *et al.* (2020) observaram que o PAA apresenta elementos estratégicos para minimizar crises sanitárias e econômicas, como o enfrentamento aos efeitos negativos da Covid-19, pois o programa possibilita que os produtos da agricultura familiar sejam escoados em nível local, ao mesmo tempo que mantém o equilíbrio de preços e promove a estruturação de cadeias produtivas, além de atuar no combate à fome e na promoção da segurança alimentar de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade (Valadares *et al.*, 2020).

Porém, alguns estudos relataram dificuldades relacionadas ao excesso de burocracia para legalização das agroindústrias e para operacionalização do PAA. Fernandes e Engel (2016) apontam que, para as agroindústrias familiares rurais do setor de derivados de farináceos (panificados e massas) no COREDE Fronteira Noroeste, a principal desvantagem que surge após a legalização é a inclusão de gastos com taxas e impostos, o que diminui a margem de lucro dos produtos. Outro desafio que se destacou na pesquisa de Cecconello *et al.* (2023) foi o excesso de burocracia relacionado a questões como alvarás e licenças para agroindústria, embora esses processos sejam essenciais para alavancar as vendas. A questão burocrática também é um entrave à adesão ao PAA, destacando-se a dificuldade para acessar documentos e adequar-se às normas sanitárias exigidas, a demora na liberação dos pagamentos e a descontinuidade dos programas ao longo do tempo que traz instabilidade aos agricultores (Cavalcante *et al.*, 2023). Esses fatores podem explicar o fato de apenas um agricultor familiar, entre os doze entrevistados, diversificar seus produtos por meio da agroindustrialização.

Algumas propriedades buscam diversificar suas culturas por meio do plantio de aveia (1), canola (1) e grama Tifton (1). O cultivo de canola e aveia tem sido uma alternativa na rotação de culturas, substituindo a cultura do trigo no período de inverno. Liu *et al.* (2022) definem rotação de culturas como a prática de cultivar culturas diferentes, em sucessão recorrente, na mesma área de terra. Essa estratégia pode ser considerada sustentável para aumentar a produtividade, pois melhora a saúde do solo, promove maior resistência à incidência de pragas/doenças e infestação de ervas daninhas e aumenta o rendimento das culturas ao nível do sistema com maior eficiência na utilização de água e fertilizantes (Shah *et al.*, 2021; Liu *et al.*, 2022). A grama Tifton é utilizada para a produção de feno, destacando-se pelo alto valor nutritivo, alta proporção de folhas e resistência a cortes rentes (Carnevali *et al.*, 2001).

Dez agricultores afirmaram possuir pelo menos um trator no estabelecimento familiar. Aqueles que não possuem máquina ou implemento agrícola à disposição na propriedade

informaram que pagam para um vizinho fazer o serviço ou alugam. Amare e Endalew (2016) enfatizam a importância da mecanização para aumentar a eficiência técnica nas pequenas propriedades, elevando a produtividade e reduzindo as perdas. De acordo com Belton *et al.* (2021), a mecanização facilita o plantio e a colheita, com maior velocidade e pontualidade das operações, reduz o trabalho penoso e melhora a capacidade de gestão de riscos relacionados com o clima.

Schuhmann (2012) destaca que o Pronaf Mais Alimentos, uma linha de crédito de longo prazo destinada a financiar investimentos, possibilitou que os agricultores familiares de Teutônia (RS) comprassem tratores, máquinas e implementos agrícolas, acarretando uma maior facilidade na execução do trabalho rural. Conforme Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), a partir da criação da linha Mais Alimentos, em 2008, houve um aumento na capitalização da agricultura familiar, sendo que os recursos aplicados na compra de máquinas e equipamentos passaram de 3% em 2000 para 25% em 2012. Entre os doze entrevistados neste estudo, dez relataram ter recebido crédito subsidiado pelo governo por meio do Pronaf.

De acordo com Schneider, Cazella e Mattei (2020) esse programa possibilitou que muitos agricultores familiares que não estavam inseridos no mercado financeiro acessassem o crédito rural, apesar de existirem algumas distorções que precisam ser corrigidas para que o Pronaf cumpra na íntegra todas as suas finalidades. Gazolla e Schneider (2013), por exemplo, diagnosticaram que os financiamentos, tanto das linhas do crédito de custeio quanto de investimento, visam a inserção mercantil das unidades familiares e a produção de grãos e *commodities* agrícolas, em vez de estimular as pequenas produções e a diversificação como estratégias relevantes de reprodução social das famílias. Neste estudo, isso pode ser observado pelo fato de que todos os agricultores familiares pronafianos entrevistados produzem grãos, especialmente soja, milho e trigo, que são orientados ao mercado internacional.

Com relação ao acesso à internet na propriedade, a maioria dos entrevistados (11) relataram possuir acesso, sendo que, destes, oito afirmaram utilizar a internet para atividades gerenciais da propriedade. O acesso a essa ferramenta assumiu grande importância, especialmente para as áreas rurais, onde o serviço telefônico é ruim ou inexistente. Chhachhar *et al.* (2014) destacam que os celulares proporcionaram uma nova abordagem aos agricultores para obterem informações sobre o preço de seus produtos no mercado e sobre as condições meteorológicas antes de utilizarem agrotóxicos em suas propriedades agrícolas ou atentarem sobre riscos climáticos que podem danificar suas plantações, como seca ou chuvas excessivas. No entanto, o baixo nível de escolaridade dos agricultores pode ser uma barreira para que eles consigam obter bons benefícios com essas tecnologias, aumentar os seus rendimentos e melhorar

seu nível de vida, sendo oportuno que o governo implemente programas técnicos e educacionais para capacitação dos agricultores em tecnologias de informação e comunicação (Chhachhar *et al.*, 2014).

Sete agricultores familiares entrevistados informaram não utilizar tecnologia digital em seus sistemas de produção. Cinco entrevistados relataram utilizar GPS (do inglês, *Global Positioning System*) para auxiliar as tarefas do campo. Essa tecnologia de informação é amplamente utilizada na agricultura de precisão para otimizar a aplicação de fertilizantes, produtos químicos, sementes e recursos de irrigação (Koch; Khosla, 2003). Bora, Nowatzki e Roberts (2012) destacam que os sistemas baseados em GPS reduzem a sobreposição de passagens de equipamentos e tratores, economizando combustível, mão de obra e tempo, além de reduzir a compactação do solo.

Quanto às tecnologias de energia renovável, três unidades familiares informaram ter implantado placas solares, sendo que uma delas utiliza irrigação e as outras duas atuam na produção de leite, sendo atividades que consomem grande quantidade de energia. Dessa forma, os agricultores conseguem reduzir custos em seus sistemas de produção, além de poderem financiar os equipamentos de captação de energia solar por meio das linhas “verdes” do Pronaf (Fossá *et al.*, 2023).

Em média, as propriedades rurais familiares incluídas nesta pesquisa estão a uma distância de 11,58 km da cidade, sendo que a menor distância observada corresponde à 1 km e a maior representa 18 km. Com relação ao tempo de fundação/aquisição das propriedades pelas famílias, muitas delas pertenciam aos pais e avós dos atuais proprietários, estando, em média, a 57,7 anos na mesma família.

Dez agricultores familiares relataram que possuem assistência técnica e acompanhamento profissional, o que pode ser explicado pela elevada participação de instituições governamentais, cooperativas, empresas integradoras e firmas privadas de planejamento na prestação de serviços de assistência técnica na região Sul, uma vez que 48,9% dos agricultores familiares da região Sul recorrem a algum tipo de orientação técnica (Pereira; Castro, 2020). A relação com o cooperativismo pode ser reforçada ao constatar que oito entrevistados são sócios de ao menos uma cooperativa agrícola. Esse fator é importante para o fortalecimento da agricultura familiar, pois os agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER) interagem com os sócios das cooperativas, oferecendo

a possibilidade de ampliação do volume de produção e de comercialização, de produção nas entressafras ou janelas de mercado, para a conquista de certificados de qualidade e ampliação de acesso aos nichos de mercado que, em última instância,

demonstram a forma como os indivíduos se articulam na busca de suas soluções diárias para o atendimento das exigências dos diversos mercados (Pires, 2007).

Os gestores das propriedades rurais familiares possuem, em média, 58,75 anos de idade, sendo que o agricultor mais jovem informou ter 39 anos de idade e o mais velho declarou ter 71 anos. Esse resultado demonstra a tendência de envelhecimento que é proeminente no setor agrícola, tanto em nível de Brasil como de Região Sul, onde há uma concentração em idades entre 35 e 75 anos entre os agricultores familiares (Silva; Gazolla; Oliveira, 2022). Spanevello *et al.* (2017) consideram o envelhecimento da população rural como um problema social, uma vez que as novas gerações veem as cidades como espaços de vida mais promissores e, com isso, as estratégias de reprodução social da agricultura familiar não são implementadas, sobretudo a sucessão. Alguns estudos têm demonstrado que antigos padrões de sucessão estão enfraquecendo, pois o trabalho agrícola já não parece ser central na vida das crianças que crescem nas propriedades agrícolas (Lobley; Baker, 2012; Wheeler *et al.*, 2012; Brandth; Overrein, 2013).

A maioria dos gestores das propriedades familiares (11) são homens, havendo apenas uma mulher, que passou a administrar a propriedade após a morte do marido. Esse resultado pode ser explicado em razão das estruturas patriarcais que se instalam nas áreas rurais. Normalmente, em sistemas agrícolas familiares, os homens têm maior poder de decisão do que as mulheres sobre questões estratégicas e alocação de investimentos. Whatmore (1991) relata que as mulheres participam do processo de trabalho agrícola sob relações e condições visivelmente diferentes daquelas de seus maridos e filhos, sendo que a responsabilidade pelo trabalho doméstico é exclusiva ou principalmente das mulheres. Isso reflete e reforça as restrições sociais à identidade das mulheres como decorrentes de práticas patriarcais e ideologias que consideram as mulheres como dependentes de seus maridos. Na perspectiva de Melo (2003, p. 119), “as desigualdades de gênero [...] são praticadas de maneira implícita via mecanismos, quase sempre sutis, de ordem legal, cultural, política ou estrutural. Essas políticas, se não impedem, dificultam a participação da mulher, com resultados favoráveis ao masculino [...]”

Em média, os agricultores familiares incluídos neste estudo possuem 7,7 anos de estudo, sendo que os mais escolarizados concluíram o ensino médio (3) e a menor escolaridade observada foi até a quinta série do ensino fundamental (5 agricultores). De acordo com Manevska-Tasevska (2013), o nível de escolaridade dos agricultores é considerada uma característica crítica que tem o potencial de influenciar a eficiência agrícola, pois a falta de informação e conhecimento sobre como trabalhar num mercado competitivo pode torná-los

incapazes de satisfazer as novas necessidades do mercado em desenvolvimento. Além disso, os agricultores mais instruídos apresentam maior probabilidade de adotar tecnologias e práticas sustentáveis e melhor capacidade para lidar com informações técnicas (Begho *et al.*, 2022).

4.2.2 Relações entre a identificação de um sucessor e as características da propriedade rural familiar

A propriedade 01 está localizada no distrito de Passo das Pedras, distante seis km da área urbana do município de Giruá. No estabelecimento são cultivados 50 hectares próprios e 23 hectares arrendados, sendo a produção diversificada com soja, milho, trigo, aveia e produção leiteira com ordenha mecanizada e vacas da raça holandesa. Nesse estabelecimento, realizou um investimento de R\$ 1.145.000,00, nos últimos cinco anos, sendo que R\$ 630.000,00 foram destinados a melhorias na infraestrutura da propriedade e R\$ 515.000,00 foram investidos em maquinários. Além disso, nos últimos cinco anos, foi realizada a compra de novas áreas de terra. O agricultor (63 anos) afirmou que dois filhos serão sucessores na propriedade, sendo que ele e a esposa tiveram três filhos, uma moça e dois rapazes (sucessores).

Residentes na comunidade de Fazenda Velha, distante 16 km da área urbana de Giruá, o proprietário da propriedade 02 (64 anos) e a esposa (57 anos) tiveram três filhos: duas moças e um rapaz. A filha mais nova (22 anos), estudante de Zootecnia, é a possível sucessora do estabelecimento, relatando ter um alto interesse em assumir a propriedade. O estabelecimento tem 12,5 hectares próprios e 56 hectares arrendados, sendo que a sede da propriedade está sobre uma área arrendada, mas no futuro será transferida para a família como herança, o que dá segurança para construir novas benfeitorias e realizar novos investimentos nesta área. A produção é diversificada com trigo, soja, milho e, mais recentemente, pecuária de corte, com um rebanho de 51 bovinos. Nos últimos cinco anos, foi feito um investimento de R\$ 580.000,00 em novos maquinários na propriedade.

Na propriedade 03, o agricultor de 69 anos, afirmou ser improvável que um dos três filhos (duas moças e um rapaz) assuma a propriedade, que está localizada no distrito de São Paulo das Tunas, têm 25,25 hectares e está a uma distância de 18 km da área urbana. O agricultor cultiva soja, trigo e milho. Os últimos investimentos realizados (últimos cinco anos) foram em maquinários (R\$ 100.000,00) e em novas áreas de terra (4 hectares).

A propriedade 04 também está localizada em São Paulo das Tunas, distante 16 km da área urbana. Nela residem o agricultor principal (59 anos) e sua esposa com 60 anos que tiveram dois filhos: uma moça de 33 anos que trabalha como enfermeira e um rapaz de 27 anos que

possui o ensino médio completo. Ambos residem na área urbana do município. Na propriedade, onde hoje são cultivados soja e trigo, já trabalharam três gerações da família da esposa do agricultor, sendo que ela herdou a sede por ter cuidado dos pais durante a velhice. Nos últimos cinco anos, foram investidos R\$ 100.000,00 na infraestrutura da propriedade e R\$ 20.000,00 foram destinados para a compra de uma semeadeira. Quanto a identificação de um sucessor, o agricultor acredita que possivelmente o filho mais novo volte para assumir a propriedade.

A propriedade 05, localizada em Cândido Freire, está a 10 km do meio urbano. Em uma área de 17 hectares próprios e 8 hectares arrendados são cultivados soja, milho e trigo, além da produção de 250 litros de leite por dia e alimentos derivados de farináceos na agroindústria familiar. Nesta propriedade, foi identificado um sucessor do sexo masculino, único filho do casal, que possui 24 anos e é formado em técnico agropecuário. Nos últimos cinco anos, a família investiu na genética das vacas, introduziu novas variedades de soja e milho, adquiriu novas áreas de terra, realizou melhorias na infraestrutura da propriedade e comprou novos maquinários para facilitar o trabalho no campo.

Na propriedade 06, o agricultor (57 anos) e sua esposa (54 anos), cultivam soja, trigo, milho e leite, mas informaram que desistirão da atividade leiteira em breve. Tiveram duas filhas, sendo que a mais velha (34 anos) reside na área urbana e tem formação à nível superior e pós-graduação não na área agrícola. A filha mais jovem tem 26 anos, reside em uma área rural, mas trabalha na cidade na área de saúde, tendo formação técnica em área não agrícola. Nos últimos cinco anos, o casal de agricultores investiu cerca de R\$ 100.000,00 na infraestrutura da propriedade e R\$ 100.000,00 em novos maquinários. Com relação a sucessão, acreditam ser improvável que uma das filhas assumam a propriedade.

Entre as propriedades investigadas, a propriedade 07 é a única gerida por uma mulher. Localizada no Rincão Cascavel e distante 18 km do meio urbano, nela residem a agricultora de 49 anos e o filho mais novo (21 anos), que é um possível sucessor para a mesma. A propriedade possui um total de 50 hectares, sendo 30 hectares são próprios e 20 arrendados. As atividades desenvolvidas são o cultivo de soja, trigo e milho e a pecuária de corte, com um rebanho de 30 bovinos da raça Angus. Recentemente, a agricultora comprou um novo trator para o trabalho na lavoura, investindo um montante de R\$ 210.000,00. Além disso, nos últimos cinco anos, foram compradas novas áreas de terra para expandir os negócios agrícolas.

A propriedade 08, localizada no Rincão Nossa Senhora Aparecida, conta com uma área de 11 hectares próprios e 55 hectares arrendados, onde são plantados soja, milho, trigo e grama tifton para a produção de feno. O agricultor de 68 anos e sua esposa tiveram dois filhos homens e acreditam ser difícil que um deles assumam a propriedade, pois estão empregados em outras

cidade e, um deles, já chegou morar no exterior por um tempo. Nos últimos cinco anos, foi adicionada a produção de feno pré-secado aos sistemas de produção já existentes, com investimento de, aproximadamente, R\$100.000,00 em novos maquinários. Ainda, foram investidos R\$30.000,00 em melhorias do cercado da propriedade.

Localizada no Rincão dos Carvalhos, a propriedade 09 está à 1 km da área urbana. Em 2,5 hectares arrendados são produzidos soja, trigo e milho. O agricultor de 71 anos teve quatro filhos (uma moça e três rapazes), mas nenhum têm interesse em assumir a propriedade. Nos últimos cinco anos, não foi realizada melhoria na infraestrutura da propriedade nem aquisição de maquinários, sendo que o serviço com trator é pago para um vizinho fazer.

Mesma condição é observada na propriedade 10, onde é preciso alugar o maquinário agrícola para realizar as tarefas na lavoura. Nessa propriedade, o agricultor (70 anos) assinalou que possivelmente terá um filho que queira tocar os negócios agrícolas, onde são cultivados soja, milho e trigo em uma área de 9,9 hectares, sendo que 5,9 são próprios e 4 arrendados. A propriedade está distante 12 km do meio urbano, localizada no Rincão das Tunas.

A propriedade 11 está localizada em Lajeado Reginaldo, distante 6 km da área urbana do município de Santa Rosa (cidade mais próxima). Nela residem o agricultor (39 anos), sua esposa e os dois filhos (uma moça e um rapaz). O filho mais velho (17 anos) é o possível sucessor da propriedade. Produzem basicamente soja, trigo, milho, canola e leite. Os investimentos realizados nos últimos cinco anos consistem em R\$50.000,00 para melhorias na infraestrutura da propriedade e R\$150.000,00 para compra de maquinários.

Por fim, a propriedade 12 possui 30 hectares próprios e está localizada no distrito de São Paulo das Tunas, distante 14 km do meio urbano. Residem no estabelecimento o agricultor principal (49 anos), a esposa e os dois filhos, sendo que o mais velho (19 anos), que é técnico agrícola, pretende assumir a propriedade. Nos últimos cinco anos foram investidos R\$560.000,00 na propriedade, onde são produzidos soja, milho e trigo.

O Quadro 5 apresenta um resumo das principais características das propriedades rurais familiares e suas condições produtivas. De modo geral, pode-se observar que nas propriedades rurais familiares em que a probabilidade de identificação de um sucessor é maior (possivelmente, muito provável ou definitivamente sim) foi investido, em média, um montante de R\$406.250,00 em melhorias na infraestrutura e compra de maquinários, enquanto as propriedades onde a identificação de um sucessor não ocorreu investiram R\$107.500,00, em média. Esse resultado corrobora com os achados nos estudos de Bertoni e Cavicchioli (2016), Ward e Lowe (1994), Ochoa, Oliva e Sáez (2007), Pessotto *et al.* (2019) e Inwood e Sharp (2012), sendo que todos eles observaram que a existência de um sucessor influencia

positivamente as decisões de investimento em estratégias de crescimento para atingir os objetivos da propriedade e da família, pois representa um ponto crítico, em que o negócio agrícola precisa sustentar um número maior de pessoas.

Ainda, Glauben *et al.* (2009) observaram que, quando não é encontrado um sucessor, os agricultores tendem a arrendar suas terras para terceiros para reduzir a carga de trabalho e acelerar o processo de aposentadoria. No entanto, na propriedade 03 nota-se que ocorreu o contrário, ou seja, mesmo sem ter sucessores o agricultor de 69 anos, adquiriu uma nova área de terra. Um fator que pode influenciar a decisão de expandir os negócios agrícolas mesmo com a idade avançada é que os agricultores não querem perder seu *status* de agricultor ativo e produtivo na sociedade, resistindo ao planejamento da aposentadoria (Conway *et al.*, 2016; 2021). Essa pode ser uma situação crítica mesmo expandindo as áreas plantadas, pois a eficiência produtiva dos agricultores tende a aumentar com a idade até os 45 anos, quando começa a diminuir, conforme explicam Li e Sicular (2013, p. 357):

Os agricultores mais velhos ou idosos podem não gerir tão bem a exploração agrícola, podem não acompanhar as novas técnicas agrícolas ou podem não trabalhar de forma tão produtiva como os agricultores mais jovens. Os agricultores idosos podem não ter incentivo e motivação para expandir a escala agrícola e acumular novo capital até à velhice. Além disso, podem ser avessos ao risco e menos adaptáveis aos novos desenvolvimentos tecnológicos.

Quadro 5 – Características, condições produtivas e status de sucessão das propriedades rurais familiares

Propriedade	Identificação de um sucessor	Área total cultivada (ha)	Distância de área urbana (Km)	Atividades	Benfeitorias	Máquinas e implementos	Política pública	Gerações	Investimentos (R\$)	Novas áreas de terra
1	Definitivamente sim	72	6	Lavouras temporárias (soja, milho, trigo e aveia) e produção leiteira	Um galpão de madeira, dois galpões de alvenaria, uma casa de alvenaria, duas casas mistas e uma sala de ordenha de alvenaria	Dois tratores, dois reboques, um distribuidor de adubo, um distribuidor de calcário, um pulverizador (2.500 litros), um arado, um subsolador, uma colheitadeira, uma enfardadeira, duas semeadeiras, uma roçadeira, duas ensiladeiras, uma plataforma, um guincho, uma grade, uma desensiladeira, quatro conjuntos de ordenhadeira mecânica e um resfriador (2.500 litros).	Sim, Pronaf	2 (75 anos)	1.145.000,00	Sim
2	Possivelmente	68,5	16	Lavouras temporárias (soja, trigo, milho) e pecuária de corte	Dois galpões mistos, uma casa mista, um chiqueiro misto e sala de ordenha em desuso.	Dois tratores, um reboque (10 toneladas), um distribuidor de adubo (1.500 Kg), um distribuidor de calcário (10 toneladas), um pulverizador (3.000 litros), um arado, um subsolador, uma colheitadeira, duas semeadeiras, uma roçadeira, uma ensiladeira, uma plataforma, um guincho (1,2 tonelada), uma grade, uma desensiladeira, ordenhadeira mecânica (desuso) e resfriador (1.500 litros, em desuso)	Sim, Pronaf	3 (70 anos)	580.000,00	Não

(continua)

(continuação)

Propriedade	Identificação de um sucessor	Área total cultivada (ha)	Distância de área urbana (Km)	Atividades	Benfeitorias	Máquinas e implementos	Política pública	Gerações	Investimentos (R\$)	Novas áreas de terra
3	Improvável	25,25	18	Lavouras temporárias (soja, milho e trigo)	Um galpão de alumínio, dois galpões de madeira, uma casa mista, um chiqueiro e um galinheiro.	Um trator, um reboque (5 toneladas), um distribuidor de adubo (1.000 Kg), um pulverizador (2.000 litros), um subsolador, uma colheitadeira, uma semeadeira, uma plataforma, um guincho (2 toneladas), uma grade, uma ordenhadeira mecânica de um conjunto para tirar leite para subsistência.	Sim, Pronaf	1 (20 anos)	100.000,00	Sim
4	Possivelmente	23	16	Lavouras temporárias (soja e trigo)	Um galpão de alvenaria, uma casa de alvenaria, um chiqueiro de madeira, um galinheiro de madeira	Dois tratores, um reboque (5 toneladas), um pulverizador (600 litros), um subsolador, duas semeadeiras, uma grade.	Sim, Pronaf	3 (70 anos)	120.000,00	Não
5	Muito provável	25	10	Lavouras temporárias (soja, milho e trigo), produção de leite e agroindústria de panificação.	Um galpão de madeira, duas casas de alvenaria, uma sala de ordenha de alvenaria, um galinheiro de alvenaria	Quatro tratores, dois reboques (5,5 e 7 toneladas), um distribuidor de adubo (400 Kg), um pulverizador (600 litros), dois arados, um subsolador, uma semeadeira, uma roçadeira, uma ensiladeira, uma plataforma, um guincho (1,2 tonelada), uma grade, uma desensiladeira, um resfriador (500 litros) e ordenhadeira mecânica de quatro conjuntos.	Sim, Pronaf e PAA	2 (68 anos)	405.000,00	Sim

(continua)

(continuação)

Propriedade	Identificação de um sucessor	Área total cultivada (ha)	Distância de área urbana (Km)	Atividades	Benfeitorias	Máquinas e implementos	Política pública	Gerações	Investimentos (R\$)	Novas áreas de terra
6	Improvável	20	15	Lavouras temporárias (soja, milho e trigo) e produção de leite	Um galpão de alvenaria com sala de ordenha e uma casa de alvenaria	Um trator, um reboque (6 toneladas), um distribuidor de adubo (800 Kg), um pulverizador (800 litros), um subsolador, uma colheitadeira, uma semeadeira, uma roçadeira, uma ensiladeira, uma plataforma, ordenhadeira mecânica com dois conjuntos, um resfriador de 700 litros.	Sim, Pronaf	3 (100 anos)	200.000,00	Não
7	Possivelmente	50	18	Lavouras temporárias (soja, trigo, milho) e pecuária de corte	Dois galpões de madeira, uma casa de alvenaria, um chiqueiro de madeira, um galinheiro de madeira	Três tratores, um reboque (2 toneladas), um pulverizador (800 litros), um arado, um subsolador, duas semeadeiras, uma roçadeira e uma grade	Sim, Pronaf	2 (72 anos)	210.000,00	Sim
8	Improvável	56	7	Lavouras permanentes (Tifton) e lavouras temporárias (soja, milho e trigo)	Um galpão de alvenaria, dois galpões de madeira, uma casa de alvenaria, uma casa de madeira, um chiqueiro de madeira e um galinheiro de madeira.	Dois tratores, um reboque (4 toneladas), um distribuidor de adubo (1000 Kg), dois pulverizadores (800 e 2.000 litros), um subsolador, uma colheitadeira, duas enfardadeiras, duas semeadeiras, uma roçadeira, uma plataforma e um guincho.	Sim, Pronaf	2 (68 anos)	130.000,00	Não
9	Definitivamente não	2,5	1	Lavouras temporárias (soja, milho e trigo)	Um galpão de madeira e uma casa de madeira	Não possui	Não	1(14 anos)	0	Não

(continua)

(conclusão)

Propriedade	Identificação de um sucessor	Área total cultivada (ha)	Distância de área urbana (Km)	Atividades	Benfeitorias	Máquinas e implementos	Política pública	Gerações	Investimentos (R\$)	Novas áreas de terra
10	Possivelmente	9,9	12	Lavouras temporárias (soja, milho e trigo)	Um galpão de madeira, uma casa mista, um estábulo misto, um chiqueiro misto e um galinheiro de madeira	Não possui	Não	1(14 anos)	30.000,00	Não
11	Possivelmente	37	6	Lavouras temporárias (soja, trigo, milho e canola) e produção leiteira	Galpão, casa e sala de ordenha	Dois tratores, um reboque (6 toneladas), um distribuidor de calcário (1.000 Kg), um pulverizador (800 litros), um arado, um subsolador, uma colheitadeira, uma semeadeira, uma roçadeira, uma ensiladeira, uma plataforma, um guincho (2 toneladas) uma grade, uma desensiladeira, uma ordenhadeira mecânica de quatro conjuntos, um resfriador (1.000 litros)	Sim, Pronaf	3 (60 anos)	200.000,00	Não
12	Possivelmente	30	14	Lavouras temporárias (soja, milho e trigo)	Um galpão de alumínio, uma casa de alvenaria, uma sala de ordenha mista em desuso, um chiqueiro de madeira.	Um trator, um reboque (6 toneladas), um distribuidor de adubo (600 Kg), um pulverizador (800 litros), um subsolador, uma colheitadeira, uma semeadeira, uma roçadeira, uma ensiladeira, uma plataforma, um caminhão, uma ordenhadeira e um resfriador (700 litros) em desuso	Sim, Pronaf	2 (25 anos)	560.000,00	Não

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A maioria das propriedades, com exceção das propriedades 09 e 10, têm uma variedade de máquinas e implementos a disposição para o trabalho na lavoura. Isso demonstra que, tanto os agricultores com sucessores como os sem sucessores, utilizam esses equipamentos para ter um melhor desempenho na produção agrícola e reduzir a penosidade do trabalho. Isso pode ser atribuído à contratação de crédito por meio do Pronaf, que tem proporcionado aos agricultores familiares o investimento para aquisição de equipamentos e máquinas, o que tem sido capaz de promover melhorias diretas na propriedade, na qualidade de vida e nas condições produtivas das famílias rurais (Vieira; Lenz; Visentini, 2021). No entanto, vale destacar que apesar de diminuir o trabalho pesado, os operadores agrícolas ainda podem estar expostos a diferentes fatores de risco, por exemplo, ruído, vibrações, poeira, agentes químicos no ar e exposição perigosa (Monarca *et al.*, 2009).

As propriedades 01 e 05, destacam-se por sua diversificação e por serem as propriedades com maior probabilidade de haver sucessão neste estudo. De acordo com Foquesatto *et al.* (2020), os produtores rurais podem optar pela diversificação das atividades agrícolas para agregar valor aos produtos, possibilitar novos negócios e aumentar a renda familiar, como é o caso da propriedade 05 com a agroindustrialização. Ademais, Shahzad, Abubakr e Fischer (2021) ressaltam que o envolvimento com atividades diversificadas na propriedade tende a aumentar a probabilidade de sucessão em 11%, visto que a diversificação está relacionada com o planejamento de longo prazo para a continuação da propriedade e com uma renda mais alta.

Barbieri e Mahoney (2009) fornecem uma melhor compreensão sobre os motivos que levam os agricultores a diversificar suas operações, são eles: a) Reduzir incertezas e riscos relacionados com as variações nos preços das *commodities* e eventos climáticos (por exemplo, secas e inundações); b) Expansão de mercados, fornecendo novos produtos e serviços; c) Aumentar a capacidade de atender obrigações financeiras, diminuir dívidas e melhorar o bem-estar financeiro do negócio agrícola; d) Busca por aspirações individuais (novos desafios, melhoria da qualidade de vida, transformar um *hobby* em um negócio rentável); e) Gerar renda adicional e utilizar ao máximo os recursos da propriedade (como terra, capital e trabalho); e, f) Manter a próxima geração envolvida no negócio. Assim, maiores investimentos na agricultura e políticas direcionadas para a realização de atividades de diversificação podem desincentivar o abandono da propriedade (Shahzad; Abubakr; Fischer, 2021).

As propriedades rurais familiares mais propensas a terem um sucessor possuem, em média, 39,43 hectares, contrastando com a área média de 25,94 hectares daquelas propriedades em que um sucessor não foi identificado. Isso demonstra que as propriedades com maiores extensões de terras são mais propensas a despertar o interesse nos filhos sobre a sucessão, pois

geralmente, têm melhor infraestrutura e oferecem mais oportunidades para que gerações mais jovens e mais velhas trabalhem juntas, conforme destacam Glauben, Tietje e Weiss, (2004), Ochoa, Oliva e Sáez (2007) e Foguesatto *et al.* (2020). Na mesma direção, Suess-Reys e Fuetsch (2016) afirmam que, muitas vezes, as propriedades familiares maiores são mais promissoras economicamente e, portanto, mais atraentes para potenciais sucessores.

Com relação à distância das propriedades até os centros urbanos, observa-se no Quadro 5 que esse fator parece não influenciar na identificação de um sucessor, pois tanto propriedades mais próximas da cidade como as mais distantes não têm um sucessor para assumir os negócios agrícolas (por exemplo, a propriedade 09 e 03 não possuem sucessores e estão distantes 1 km e 18 km da cidade, respectivamente). Por outro lado, mesmo a uma distância considerável de uma área urbana, as propriedades 02, 04, 07 e 12 têm um possível sucessor. Isso pode ser explicado pelo fato de que, mesmo não tendo um sistema de transporte público nas áreas rurais, os agricultores possuem carros particulares a disposição, o que lhes permite acessar os serviços básicos e comodidades localizadas nos centros urbanos e, até mesmo, trabalhar em empregos não agrícolas e apenas morar na zona rural. Esse resultado é contrário ao encontrado nos estudos de Ochoa, Oliva e Sáez (2007), Kerbler (2012) e Shahzad, Abubakr e Fischer (2021) para propriedades da Espanha, Paquistão e Eslovênia, respectivamente, pois esses autores demonstraram que propriedades localizadas próximas de um centro urbano possuem maior tendência de o sucessor dar continuidade às atividades agrícolas.

A propriedade 06 é a mais antiga, pois está na família há aproximadamente 100 anos. Porém, nesse estabelecimento não foi identificado um sucessor, o que pode ser explicado pelo fato de o casal de agricultores ter tido duas filhas. Por outro lado, na propriedade 02 foi identificada uma sucessora do sexo feminino, enquanto os demais sucessores das propriedades familiares são do sexo masculino. De acordo com Grubbström e Sooväli-Sepping (2012), nos papéis tradicionais de gênero, geralmente, o conhecimento dos homens é mais valorizado na decisão sobre quem será o sucessor da terra da família. No entanto, o caso da propriedade 02 pode demonstrar que as mudanças nos papéis das mulheres na sociedade em geral estejam provocando mudanças na forma dos indivíduos pensarem suas decisões de sucessão e fazendo com que as mulheres jovens sintam-se mais confiantes em relação às suas intenções e aspirações, conforme observado nos estudos de Chiswell e Lobleby (2018) e Sheridan *et al.* (2023).

Vale destacar a importância da escolaridade na área agrícola para a sucessão, sendo que os sucessores das propriedades 05, 07, 11 e 12 cursaram Técnico em Agropecuária e a sucessora da propriedade 02 está concluindo o curso de Zootecnia. Isso pode indicar que escolas e

universidades com formação na área agrícola formam uma base importante para os jovens regressarem para as propriedades e continuarem a tradição familiar. No Quadro 6, estão resumidas as características dos agricultores principais das propriedades familiares estudadas.

Quadro 6 – Características dos agricultores principais e status de sucessão

Propriedade	Identificação de um sucessor	Idade	Sexo	Escolaridade	Número de filhos	Questões que envolvem a aposentadoria
1	Definitivamente sim	63 anos	Masculino	Ensino fundamental completo	3 (1 moça, 2 rapazes)	Aposentado pelo INSS, mas continua trabalhando normalmente na propriedade.
2	Possivelmente	64 anos	Masculino	Ensino fundamental completo	3 (2 moças, 1 rapaz)	Aposentado pelo INSS, mas continua trabalhando normalmente na propriedade.
3	Improvável	69 anos	Masculino	Ensino fundamental incompleto	3 (2 moças, 1 rapaz)	Aposentado pelo INSS, mas continua trabalhando normalmente na propriedade.
4	Possivelmente	59 anos	Masculino	Ensino fundamental incompleto	2 (1 moça, 1 rapaz)	Quando chegar na idade de aposentadoria, pretende continuar trabalhando normalmente na agricultura.
5	Muito provável	47 anos	Masculino	Ensino médio completo	1 rapaz	Quando chegar na idade de aposentadoria, pretende continuar envolvido no dia a dia da propriedade, mas com uma redução das tarefas mais árduas.
6	Improvável	57 anos	Masculino	Ensino médio incompleto	2 moças	Quando chegar na idade de aposentadoria, pretende continuar envolvido no dia a dia da propriedade, mas com uma redução das tarefas mais árduas.
7	Possivelmente	49 anos	Feminino	Ensino fundamental incompleto	2 rapazes	Quando chegar na idade de aposentadoria, pretende continuar envolvido no dia a dia da propriedade, mas com uma redução das tarefas mais árduas.
8	Improvável	68 anos	Masculino	Ensino fundamental incompleto	2 rapazes	Aposentado pelo INSS, mas continua trabalhando normalmente na propriedade.
9	Definitivamente não	71 anos	Masculino	Ensino fundamental completo	4 (1 moça, 3 rapazes)	Aposentado pelo INSS, mas continua trabalhando normalmente na propriedade.

(continua)

(conclusão)

Propriedade	Identificação de um sucessor	Idade	Sexo	Escolaridade	Número de filhos	Questões que envolvem a aposentadoria
10	Possivelmente	70 anos	Masculino	Ensino fundamental incompleto	2 rapazes	Aposentado pelo INSS, mas continua trabalhando normalmente na propriedade.
11	Possivelmente	39 anos	Masculino	Ensino médio completo	2 (1 moça, 1 rapaz)	Quando chegar na idade de aposentadoria, pretende continuar envolvido no dia a dia da propriedade, mas com uma redução das tarefas mais árduas.
12	Possivelmente	49 anos	Masculino	Ensino médio completo	2 rapazes	Quando chegar na idade de aposentadoria, pretende continuar trabalhando normalmente na agricultura.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Com relação à idade, os agricultores com potenciais sucessores apresentaram, em média, 55 anos contrastando com 66 anos de idade média nas propriedades onde não há um possível sucessor. Esse resultado é contrário a alguns evidenciados na literatura, uma vez que Mishra, El-Osta e Shaik (2010), Glauben *et al.* (2009) e Borychowski, Grzelak e Stypien (2023) observaram que explorações com gestores mais velhos têm maior probabilidade de ter um sucessor. Isso pode ocorrer porque quando os agricultores adiam a sucessão por muito tempo seus filhos podem ter encontrado emprego em outro local (Kimhi; Nachieli, 2001). O nível de escolaridade dos agricultores e o número de filhos parecem não apresentarem diferenças interessantes para discussão, uma vez que são muito semelhantes para os casos com e sem sucessores.

Os padrões de aposentadoria demonstram-se muito semelhantes aos retratados em outros estudos, ou seja, há uma resistência a aposentadoria. Mesmo que muitos já recebem o benefício do INSS, continuam trabalhando normalmente na propriedade. Isso pode acontecer porque muitos agricultores precisam continuar trabalhando para ter um padrão de vida estável, visto que o valor recebido durante a aposentadoria para agricultores é de apenas um salário mínimo, e para honrar dívidas que ainda não foram quitadas.

Na Tabela 2 são apresentadas as frequências de respostas dos agricultores acerca das decisões que envolvem a gestão da propriedade.

Tabela 2 – Frequência de respostas sobre a gestão da propriedade

Afirmção	Discordo total- mente	Discordo	Nem concordo/ Nem discordo	Concordo	Concordo total- mente
Fazer alterações em sistemas já estabelecidos é uma verdadeira dor de cabeça.	-	5	1	5	1
Os filhos/as que não serão sucessores devem ser compensados com outras coisas em vez de terra.	1	3	2	5	1
Incentivo meu(s) filho(s)/minha(s) filha(as) a permanecer(em) na propriedade.	-	-	4	7	1
A sucessão é discutida entre as partes interessadas da família.	-	-	4	8	-
Me sinto confortável ao pensar sobre abrir mão do controle gerencial da propriedade.	1	5	2	4	-
Preocupo-me com o que os outros pensam.	4	7	1		-
Analiso alternativas antes de agir.	-	-		12	-
Planejo com bastante antecedência.	-	-	2	10	-
Prefiro usar a experiência em vez de palpites.	-	-	1	10	1

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Nota-se que houve maior discrepância nas respostas para as afirmações “Fazer alterações em sistemas já estabelecidos é uma verdadeira dor de cabeça”, “Os filhos/as que não serão sucessores devem ser compensados com outras coisas em vez de terra” e “Me sinto confortável ao pensar sobre abrir mão do controle gerencial da propriedade” (Tabela 2). Isto pode ter ocorrido porque o estilo de gestão varia entre os agricultores, sendo que a tomada de decisões pode ser influenciada pelas características pessoais, objetivos e valores dos agricultores, tanto nas esferas econômicas como nas sociais, além de depender, em parte, dos recursos físicos e humanos disponíveis (Olsson, 1988; Fairweather; Keating, 1994; Baysse-Lainé; Perrin, 2018). Por exemplo, agricultores que são mais orientados para o negócio e a produção podem achar justo que a terra seja transferida apenas para o sucessor e os outros filhos sejam recompensados com estudos ou imóveis em áreas urbanas. Dessa forma, problemas estruturais no setor agrícola, como propriedades pequenas e fragmentadas poderiam ser evitados.

A percepção de justiça dos membros familiares no processo sucessório foi avaliada por Matser, Bouma e Veldhuizen (2020) no contexto da agricultura familiar holandesa, observando que as percepções dos pais sobre sucessão e justiça são influenciadas por experiências pessoais do passado, especialmente quando os próprios titulares eram sucessores. Os pais priorizam a

continuidade da propriedade e querem criar, com base em seus conhecimentos e experiências, a situação mais otimizada para o sucessor. Por isso, relutam em compartilhar o patrimônio familiar com todos os filhos igualmente, embora às vezes se sintam envergonhados por não serem capazes de fazer isso. Por outro lado, os irmãos não sucessores parecem usar o mérito como base para avaliar o resultado do processo sucessório, comparando suas próprias motivações e capacidades com os do sucessor. No entanto, eles também levam em consideração as necessidades de seus irmãos; eles percebem que se reivindicassem uma parte igual da propriedade, isso arruinaria o futuro de seu irmão, pois o espaço para produzir tornar-se-ia muito pequeno e inviável economicamente.

Os resultados apresentados na Tabela 2 também podem ser influenciados pela disposição dos agricultores em assumir riscos, o nível de proximidade e comunicação familiar e, o nível de autoridade intergeracional, definindo se são adotados padrões mais conservadores nas propriedades ou se tendem a ser mais inovadoras (Suess-Reys; Fuetsch, 2016). Além disso, muitas vezes, existe uma lacuna entre a necessidade de mudança e a vontade dos agricultores de se ajustarem, além da não existência ou capacidade insuficiente dos serviços de ATER e aconselhamento para apoiar os agricultores no processo sucessório.

Para as afirmações “Incentivo meu(s) filho(s)/minha(s) filha(as) a permanecer(em) na propriedade” e “A sucessão é discutida entre as partes interessadas da família” houve um padrão nas respostas, uma vez que a maioria dos agricultores assinalaram que concordam com elas. Além disso, a maioria dos entrevistados afirmaram que analisam as alternativas antes de agir, planejam com antecedência e preferem usar a experiência em vez de palpites.

Na Tabela 3 é apresentado o grau de importância para as afirmações que envolvem decisões gerenciais e a vida familiar, cuja discussão complementa a análise realizada até o momento. Pode-se observar que a maioria dos entrevistados (nove) consideram que “Assumir riscos financeiros” e “Expandir o tamanho do negócio” é importante, assim como “Garantir que os membros da família gostem de seu trabalho” (Tabela 3). Esse padrão pode explicar o fato da maioria dos entrevistados (8) terem um potencial sucessor em vista para assumir a propriedade, pois conforme Potter e Lobley (1996) e Wright e Brown (2019), a sucessão pode desencadear novas fases de expansão nas atividades agrícolas, o que envolve a exposição a riscos financeiros. Em um estudo mais recente, Bertolozzi-Caredio (2024) traz evidências que corroboram com as pesquisas anteriores. O autor verificou, com base num conjunto de dados transversais de 768 explorações agrícolas de nove países europeus, que a identificação de um potencial sucessor tem impacto no comportamento do titular, resultando num maior número de estratégias adotadas pelo agricultor, como diversificação, cooperação e adoção de tecnologias.

Tabela 3 – Frequência de respostas sobre decisões gerenciais e vida familiar

Afirmação	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
Passar a propriedade para o(s)/a(s) filho(s)/filha(s).	-	1	8	3	-
Férias e lazer.	2	3	5	1	1
Assumir riscos financeiros.	-	2	9	1	-
Garantir que os membros da família gostem de seu trabalho.	-	1	9	1	1
Planejar a aposentadoria.	4	2	2	4	-
Expandir o tamanho do negócio.	-	1	9	1	1
Todos os membros familiares participarem na tomada de decisões.	-	1	5	5	1

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Apenas um agricultor assinalou que “Passar a propriedade para o(s)/a(s) filho(s)/filha(s)” é pouco importante, enquanto oito afirmaram ser importante e três consideram muito importante. Isto pode estar relacionado com o apego que os agricultores têm com o ambiente que os rodeia, bem como com as relações agrícolas, que são fundamentais para a compreensão de suas identidades físicas e emocionais (Holloway *et al.*, 2021). Conseqüentemente, os agricultores podem sentir-se responsáveis para manter o nome da família na propriedade.

Quando questionados sobre o grau de importância quanto a “Férias e lazer” e “Planejar a aposentadoria”, as respostas foram discrepantes, o que pode ser explicado pelo fato de que os agricultores adotam comportamentos estratégicos diferentes que têm conseqüências diferentes para a família, para o negócio agrícola ou para ambos. Glover e Reay (2015), por exemplo, identificaram quatro estratégias que propriedades agrícolas podem seguir: a) Diversificação: a família inicia novos negócios para maximizar os rendimentos; b) Maximização da dívida: os proprietários agrícolas assumem níveis crescentes de dívida, a fim de sustentar ou expandir as operações, na esperança de aumentar as receitas e garantir o negócio para as gerações futuras; c) Sacrificadores: optam por abrir mão das necessidades familiares para seguir uma estratégia que daria continuidade ao negócio; e, d) Conciliadores: os proprietários agrícolas que seguem esta estratégia contentaram-se em aceitar menos do que o rendimento máximo em troca de algo que considerassem importante.

De modo geral, observou-se que os agricultores tendem a ser mais cautelosos em relação a gestão das suas propriedades e a maioria demonstra-se mais desconfortável ao pensar em passar o controle gerencial para outro membro familiar, mas também consideram que assumir

riscos financeiros e expandir os negócios é importante. Para o planejamento da sucessão, isso pode ser desafiador, pois quando não há uma comunicação aberta e sincera entre os membros da família pode-se criar um plano de sucessão que não combina com ninguém.

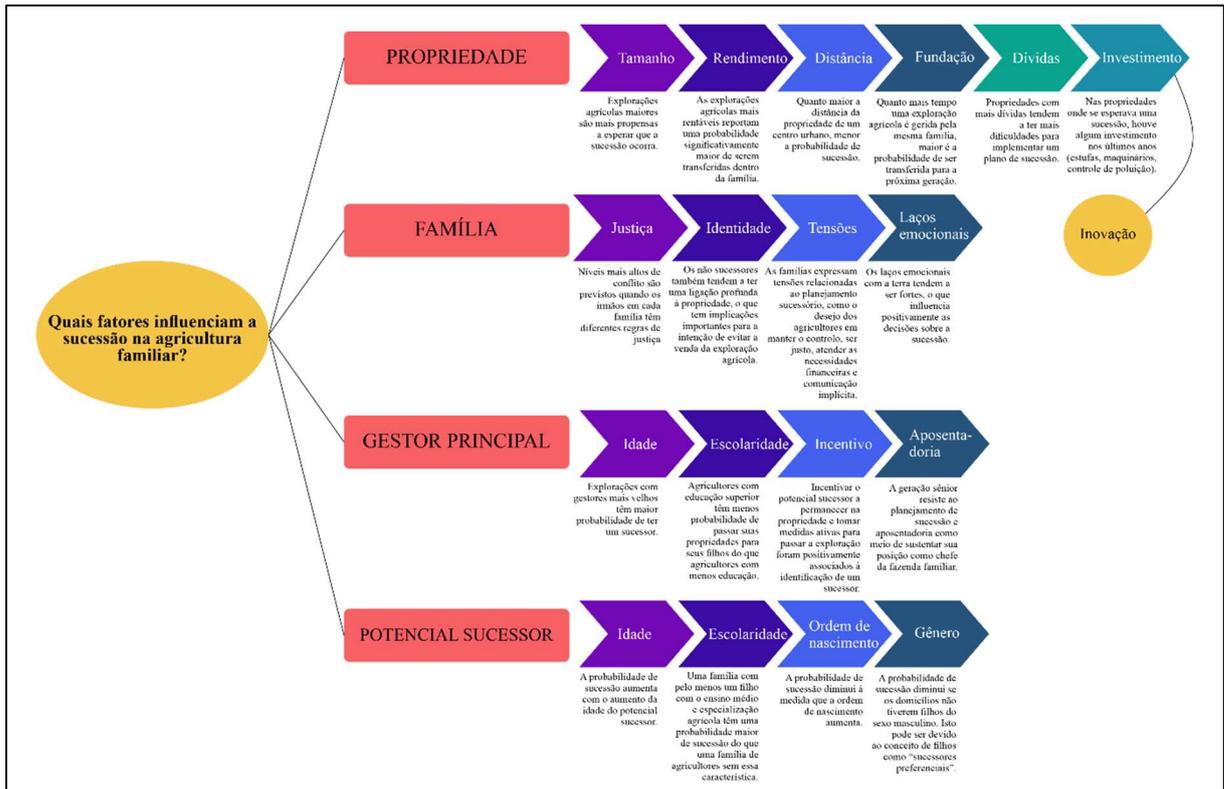
A Figura 6 ilustra os principais fatores que influenciam a sucessão na agricultura familiar conforme a pesquisa bibliométrica realizada, enquanto a Figura 7 demonstra os principais achados acerca das entrevistas realizadas no município de Giruá/RS, para fins de comparação. Pode-se observar que tanto os resultados encontrados na literatura como os evidenciados na pesquisa de campo indicam que as propriedades com um sucessor esforçam-se mais para intensificar a produção por meio de investimentos, enquanto a ausência de um potencial sucessor conduz ao desinvestimento (Inwood; Sharp, 2012). Um grande número de estudos da revisão sistemática, assim como a pesquisa de campo, constatou que propriedades maiores têm maior probabilidade de serem transferidas dentro da família. A partir desses resultados, recomenda-se aos formuladores de políticas públicas que considerem a liberação de crédito fundiário para que os potenciais sucessores das propriedades familiares consigam expandir suas áreas de terra ou tenham recursos para indenizar e/ou comprar a parte de outros herdeiros da família, uma vez que os mecanismos legais no Brasil preveem que todos os filhos têm direitos iguais. Políticas públicas relacionadas ao desempenho agrícola, como melhoramento de infraestrutura, compra de maquinários e uso de tecnologias também devem ser implementadas para facilitar a continuidade do negócio familiar.

Apesar da literatura mostrar que a identificação de um sucessor aumenta com a idade do agricultor principal, a pesquisa no município de Giruá demonstrou que os agricultores que identificaram um sucessor têm menos idade do que aqueles que relataram não ter identificado. Isso pode indicar que os agricultores familiares estão dando mais importância ao planejamento da sucessão ao terem que lidar com o envelhecimento da população e da força de trabalho ou por perceberem que o planejamento da sucessão é importante para o sucesso do negócio agrícola no longo prazo. Por isso, é fundamental que as organizações vinculadas à agricultura familiar, como sindicatos e Emater, concentrem-se na divulgação de informações aos agricultores acerca do planejamento sucessório e forneçam consultoria para desenvolver um plano de sucessão que acompanhe a gestão da propriedade.

Este plano deve ser atualizado conforme necessário e deve considerar as filhas, pois especialmente no caso de propriedades familiares, a exclusão das filhas representa uma oportunidade perdida. Na maioria das vezes, as filhas têm que superar mais obstáculos quando desejam ser sucessoras, como a necessidade de demonstrar constantemente o seu interesse em busca da aprovação da família e o enfrentamento de preconceitos masculinos e, mesmo assim,

a escolha tende a ser feita em favor dos filhos, mesmo que o interesse deles venha mais tarde (Schwarz, 2001).

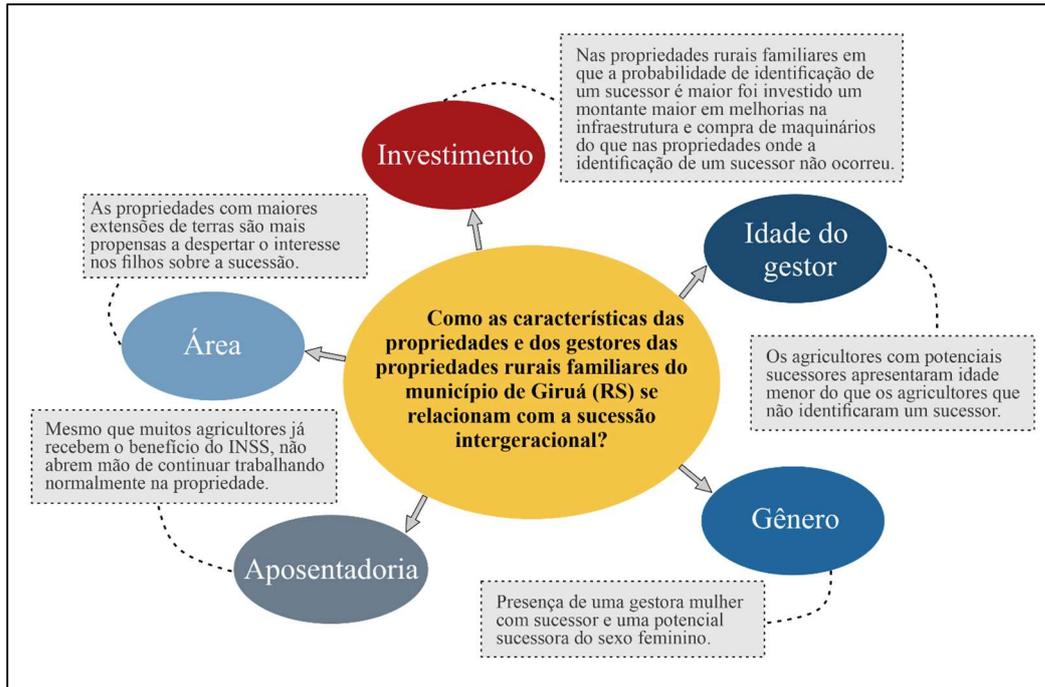
Figura 6 – Resumo dos principais resultados da pesquisa bibliométrica



Fonte: Elaborada pelo autor com base na revisão sistemática da literatura (2024).

Além disso, cabe destacar que os planos de sucessão agrícola devem considerar o papel do agricultor principal e de outros membros da família, para que a transição possa aumentar a probabilidade de cooperação entre as partes interessadas na propriedade e oportunizar um ambiente pacífico para esse processo. Para isso, é preciso traçar um plano de sucessão capaz de garantir uma aposentadoria tranquila para o atual gestor da propriedade, trabalhando, com a ajuda de consultores especializados, o percepção de perda de *status* pela geração mais velha e a relutância em deixar o controle gerencial da propriedade.

Figura 7 – Principais resultados da pesquisa com os agricultores familiares



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2024).

Os pressupostos teóricos construídos a partir da pesquisa bibliométrica e evidenciados na Figura 6, mostraram-se divergentes aos resultados do estudo empírico quanto a idade dos gestores das propriedades, o que pode ocorrer em função das peculiaridades locais, em que os pais mais jovens estão incentivando os filhos para uma educação agrícola, principalmente por meio do ensino técnico. Isso pode contribuir para a capacidade dos agricultores em realizar o planejamento sucessório e fazer com que os jovens percebam mais vantagens na sucessão e continuação agrícola. Por fim, no próximo capítulo, esse trabalho trará algumas considerações acerca de políticas públicas que poderiam contribuir para um plano de sucessão bem-sucedido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da sucessão na agricultura familiar é de particular relevância no Brasil, onde esse setor se destaca pela produção de alimentos e por seu papel estratégico no desenvolvimento rural e na segurança alimentar. O problema da sucessão agrícola vem sendo considerado por cientistas e decisores políticos desde o final do século XX e, apesar dos avanços das políticas públicas voltadas à agricultura familiar nos últimos 25 anos, a permanência do jovem no campo continua sendo um desafio. A migração de jovens das zonas rurais para os centros urbanos tem reduzido o número de filhos que assumem a propriedade rural no lugar dos pais. Esse fenômeno pode afetar as dimensões da vida familiar e o setor agrícola de forma mais ampla, pois está associado ao abandono da terra, à diminuição da eficiência agrícola e à estagnação dos investimentos. Esta dissertação buscou compreender os fatores relacionados aos agricultores familiares e às condições produtivas das propriedades rurais familiares do município de Giruá (RS) e sua relação com a sucessão intergeracional.

Por meio da revisão sistemática da literatura observou-se que o tema pesquisado continua sendo atual e abrangente, sendo que foi foco de estudos em diversos países nos últimos 31 anos, período em que foram publicados os artigos analisados. As conclusões da revisão sistemática da literatura mostram que os fatores determinantes no processo de sucessão da agricultura familiar que aparecem em um número maior de estudos são a idade do titular da propriedade, a realização de investimentos na propriedade, o faturamento, o tamanho da propriedade agrícola e o gênero do potencial sucessor. Além disso, estudos qualitativos incluíram a relutância do agricultor principal em se aposentar, percepções de justiça e o significado simbólico da propriedade que se entrelaça com a construção biográfica dos membros familiares, incluindo os não sucessores. Observou-se que 59,92% dos artigos selecionados foram publicados entre 2017 e 2023, o que reforça a atualidade do tema. Ainda, constatou-se que a maioria dos estudos incluídos evidenciam pesquisas realizadas na Irlanda, Brasil e Estados Unidos.

A pesquisa de campo realizada no município de Giruá mostrou, de forma consistente com pesquisas anteriores, que agricultores que identificaram um sucessor tendem a investir mais em maquinários e benfeitorias e têm propriedades maiores. Por outro lado, com base na amostra de doze propriedades familiares, descobriu-se que, em média, os gestores das propriedades com sucessores são mais jovens, ao contrário de resultados de pesquisas anteriores.

Notou-se que, entre os oito potenciais sucessores, apenas uma é do sexo feminino, o que contribui para a continuação da prevalência de administração masculina nas propriedades rurais. Isso reforça que os filhos são percebidos como os sucessores “naturais”, enquanto as filhas herdam a terra quando não há a existência de um filho homem, mas, mesmo assim, em casos de casamentos, o marido (não herdeiro) quem passa a administrar a propriedade da esposa, o que constitui “arranjos matrimoniais”. Essas questões foram amplamente discutidas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que argumentava que as pessoas adquirem, através da socialização numa cultura particular, um sistema de disposições (*habitus*) que são reproduzidos através do discurso e de práticas cotidianas. Assim, homens e mulheres reproduzem ideologias patriarcais pelas quais as mulheres são colocadas em posições subordinadas e a agricultura é construída como um espaço masculino (Bourdieu, 1990a; 1990b).

Com base nos achados deste estudo, instiga-se algumas medidas sobre políticas públicas voltadas para a sucessão na agricultura familiar:

a) Programas de crédito fundiário com longo prazo de pagamento e juros abaixo dos comumente oferecidos no mercado para que os jovens permaneçam na agricultura familiar. Além disso, seria importante a disposição do crédito para o sucessor comprar partes da herança de seus irmãos não sucessores. Assim, o fracionamento de terras seria reduzido, o ordenamento fundiário seria mantido e não haveria perda de eficiência das unidades de produção.

b) O desenvolvimento de políticas e programas a favor da sucessão agrícola das mulheres.

c) A disposição de mediadores nos grupos de ATER, para que as famílias construam planos de sucessão sustentáveis e viáveis e consigam conversar sobre esse assunto em um ambiente saudável e seguro. Isso deve envolver o aconselhamento técnico de advogados, contadores, consultores agrícolas, psicólogos e agrimensores.

c) Alargar o apoio político aos agricultores principais (antes da sucessão) e aos jovens agricultores (após a transferência), incentivando a modernização da agricultura familiar produtora de alimentos.

e) Considerar benefícios fiscais para explorações agrícolas transferidas para um jovem membro da família.

Consideram-se como limitações desta pesquisa: a) o método de pesquisa de abordagem qualitativa utilizado, que não permite generalização dos dados coletados; b) os agricultores, em alguns casos, terem respondido as questões na presença de outros membros da família, podendo esconder seus verdadeiros pensamentos ou terem se sentido desconfortáveis em compartilhá-los; e, c) o instrumento utilizado limitou a flexibilidade na realização de adaptações e

modificações durante o processo de investigação em resposta a *insights* e ideias que foram surgindo.

Para pesquisas futuras, sugere-se que seja validado um instrumento de coleta de dados sobre sucessão na agricultura familiar, testando a confiabilidade e a validade desse instrumento, para aumentar o rigor dos métodos em investigações sobre o tema. Dessa forma, os pesquisadores poderiam ter resultados mais sólidos e conclusivos. Também, há a necessidade de pesquisas que considerem a opinião de outros membros da família, em vez de apenas do agricultor principal e potencial sucessor, e de profissionais que acompanham as famílias rurais no campo. Outra sugestão, seria realizar um comparativo das políticas públicas do Brasil e da Argentina referente ao tema estudado, além disso, realizar um comparativo do resultado da pesquisa empírica das famílias de Giruá, com um grupo de famílias com características semelhantes às do Brasil, residentes em alguma região da Argentina.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Rafael Gonçalves; BINOTTO; Erlaine; BORGES, João Augusto Rossi. Family farm succession: evidence from absorptive capacity, social capital, and socioeconomic aspects. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 4, p. 1-19, 2021.
- ABRAMO, Helena Wendel. Espaços de juventude. *In*: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas públicas juventude em pauta**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 219-228.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, Rio de Janeiro, p. 1-28, jan. 2000. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, 1 ed.1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n.1, jan./abr.1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Edusp, 3 ed.,196 p., 2007. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/Paradigmas_do_capitalismo_agr%C3%A1rio_em_qu/-UyhwxOIPA4C?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- AHNSTRÖM, Johan *et al.* Farmers and nature conservation: what is known about attitudes, context factors and actions affecting conservation? **Renewable Agriculture and Food Systems**, v. 24, n. 1, p. 38-47, 2009.
- ALBERGONI, Leide; PELAEZ, Victor. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, Editora UFPR, v. 33, n. 1, p. 31-53, jan./jun. 2007.
- AMARE, Dagninet; ENDALEW, Wolelaw. Agricultural mechanization: assessment of mechanization impact experiences on the rural population and the implications for Ethiopian smallholders. **Agricultural and Food Sciences**, Economics, 2016.
- ANDERSON, Roxanne M.; ROSENBLATT, Paul C. Intergenerational transfer of farm land. **Journal of Rural Community Psychology**, v. 6, n. 1, p. 19-25, 1985.
- AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sérgio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 53-82, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232410/000975223.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 jan. 2023.

ARENDS-KUENNING, Mary *et al.* Gender, education, and farm succession in Western Paraná State, Brazil. **Land Use Policy**, v. 107, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105453>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ARRUDA, Natália Martins; MAIA, Alexandre Gori; ALVES, Luciana Correia. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 6, p. 1-14, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00213816>. Acesso em: 01 jan. 2023.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 1. ed. p.191-207, 2001. DOI: <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1081687>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BARBIERI, Carla; MAHONEY, Edward. Why is diversification an attractive farm adjustment strategy? Insights from Texas farmers and ranchers. **Journal of Rural Studies**, v. 25, n. 1, p. 58-66, 2009.

BASU, Kaushik. On the goals of development. *In*: MEIER, Gerald M.; STIGLITS, Joseph E. **Frontiers of development economics**. Oxford University Press, 2001. p. 61-94. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=MT1Ev72eZLoC&oi=fnd&pg=PA389&dq=related:Y OUdf5G-3sJ:scholar.google.com/&ots=zSWeZllc6j&sig=XDrFEfBOvO9QoyDQTnw6yh4xUW8#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 05 fev. 2023.

BAYSSE-LAINÉ, Adrien; PERRIN, Coline. How can alternative farmland management styles favour local food supply? A case study in the Larzac (France). **Land Use Policy**, v. 75, p. 746-756, 2018.

BEGHO, Toritseju *et al.* A systematic review of factors that influence farmers' adoption of sustainable crop farming practices: lessons for sustainable nitrogen management in South Asia. **Journal Sustainable Agriculture and Environment**, v. 1, p. 149-160, 2022.

BELTON, Ben *et al.* The rapid rise of agricultural mechanization in Myanmar. **Food Policy**, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2021.102095>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BERCHIN, Issa Ibrahim *et al.* The contributions of public policies for strengthening family farming and increasing food security: The case of Brazil. **Land Use Policy**, v. 82, p. 573-584, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.12.043>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BERDEGUÉ, Julio A.; FUENTEALBA, Ricardo. Latin America: The State of Smallholders in Agriculture. *In*: Conference New Directions for Smallholder Agriculture, 2011, Roma. Roma: 2011, p. 1-33. **Anais [...]** Roma, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Julio-Berdegue/publication/265194221_Latin_America_The_State_of_Smallholders_in_Agriculture/links/5496f3400cf29b9448262036/Latin-America-The-State-of-Smallholders-in-Agriculture.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BERTOLOZZI-CAREDIO, Daniele *et al.* Key steps and dynamics of family farm succession in marginal extensive livestock farming. **Journal of Rural Studies**, v. 76, p. 131-141, 2020.

BERTOLOZZI-CAREDIO, Daniele. The farm succession effect on farmers' management choices. **Land Use Policy**, v. 137, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2023.107014>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BERTON, Danilo; CAVICCHIOLI, Daniele. Process description, qualitative analysis and causal relationships in farm succession. **CABI Reviews**, v.11, p.1-11, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1079/PAVSNNR201611043>. Acesso em: 23 set. 2022.

BERTONI, Danilo; CAVICCHIOLI, Daniele. Farm succession, occupational choice and farm adaptation at the rural-urban interface: the case of Italian horticultural farms. **Land Use Policy**, v. 57, p. 739-748, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2016.07.002>. Acesso em: 26 out. 2022.

BITTENCOURT, Daniela Matias de Carvalho. Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Secretaria de Pesquisa e Desenvolvimento Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Embrapa**. Brasília, 2020. ISSN 1677-5473. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/217375/1/2Texto-Discussao-49-ed-01-2020.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BONAMIGO, Andrei; FERENHOF, Helio Aisenberg; FORCELLINI, Fernando Antonio. Dairy production diagnosis in Santa Catarina, Brazil, from the perspective of business ecosystem. **British Food Journal**, v.118, n. 9, p. 2086-2096, 2016.

BORA, Ganesh C.; NOWATZKI, John F.; ROBERTS, David C. Energy savings by adopting precision agriculture in rural USA. **Energy, Sustainability and Society**, v. 2, n. 22, 2012.

BOREC, Andreja *et al.* The succession status of family farms in the Mediterranean Region of Slovenia. **Sociológia**, v. 45, n. 3, p. 316-337, 2013.

BORYCHOWSKI, Michał; GRZELAK, Aleksander; STĘPIEŃ, Sebastian. Economic and environmental determinants of farm succession. The empirical evidence from Wielkopolska region (Poland). *Journal of Rural Studies*, v. 101, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103063>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BOURDIEU, Pierre. La Domination masculine. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 84, p. 4-31, 1990a.

BOURDIEU, Pierre. **The Logic of Practice**. Cambridge: Polity Press, 1990b.

BRANDTH, Berit; OVERREIN, Grete. Resourcing children in a changing rural context: fathering and farm succession in two generations of farmers. **Sociologia Ruralis**, v. 53, n. 1, p. 95-111, 2013.

BRASIL. Legislação Informatizada - Decreto-lei nº 311, de 2 de março de 1938. **Diário Oficial da União**: Seção 1, mar.1938, p. 4249.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário

Oficial [da] República Federativa do Brasil, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf. Acesso em: 12 mai. 2023.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Rural youth from Rio Grande do Sul/Brazil: gender issues in generational succession. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 16, n. 3, p. 397-412, 2020.

BREITENBACH, Raquel; FOGUESATTO, Cristian Rogério. Should I stay or should I go? Gender differences and factors influencing family farm business succession in Rio Grande do Sul, Brazil. **Land Use Policy**, v. 128, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2023.106597>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BROCKHAUS, Robert H. Family Business Succession: Suggestions for Future Research. **Family Business Review**, v.17, n.2, p.165–177, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.2004.00011.x>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v.5, n.10, p.312-347, 2003.

BURGER, Martijn J. *et al.* Urban-rural happiness differentials across the world. In: HELLIWELL, John F. *et al.* (Eds.). **World Happiness Report 2020**. Nova York: Sustainable Development Solutions Network, p. 67-94, 2020.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; SIEDENBERG, Dieter Rugard; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. Conselhos regionais de desenvolvimento (COREDES) RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. **Desenvolvimento Regional em debate – DRd**. v. 1, n. 1, p. 79-104, 2011.

CALUS, Mieke; VAN HUYLENBROECK, Guido; VAN LIERDE, Dirk. The Relationship between Farm Succession and Farm Assets on Belgian Farms. **Sociologia Ruralis**, v. 48, n. 1, p. 38-56, 2008. DOI:<https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2008.00448.x>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CALUS, Mieke; VAN HUYLENBROECK, Guido. The Persistence of Family Farming: A Review of Explanatory Socio-economic and Historical Factors. **Journal of Comparative Family Studies**, Autumn, v. 41, n. 5, p. 639-660, 2010. DOI: <https://doi.org/10.3138/jcfs.41.5.639>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Instituto de Pesquisa Econômica

- Aplicada- IPEA, Rio de Janeiro, 21 p., jan. 1999. Disponível em: <<http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-70945/td-0621---exodo-rural-envelhecimento-e-masculinizacao-no-brasil--panorama-dos-ultimos-50-anos>>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- CAMPOS, Elaine Aparecida Regiani de *et al.* Construction and qualitative assessment of a bibliographic portfolio using the methodology Methodi Ordinatio. **Scientometrics**, v. 116, p. 815–842, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2798-3>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- CARNEVALLI, Roberta Aparecida *et al.* Desempenho de ovinos e respostas de pastagens de Coastcross (*Cynodon spp.*) submetidas a regimes de desfolha sob lotação contínua. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 36, n. 6, p. 919-927, 2001.
- CAROLAN, Michael. Lands changing hands: Experiences of succession and farm (knowledge) acquisition among first-generation, multigeneration-al, and aspiring farmers. **Land Use Policy**, v. 79, p. 179-189, 2018.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Debate. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**, n. 45, p. 193-212, 2016.
- CATTELAN, Alexandre José; DALL'AGNOL, Amélio. The rapid soybean growth in Brazil. **Oilseeds and fats, Crops and Lipids**, v. 25, n. 1, 2018.
- CAVALCANTE, Hayanne Rodrigues Carniello *et al.* Between eating enough and the desire to eat: the state of the art on sovereignty and food and nutritional security in Brazil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 62, p. 830-855, 2023.
- CAVICCHIOLI, Daniele; BERTONI, Danilo; PRETOLANI, Roberto. Farm succession at a crossroads: the interaction among farm characteristics, labour market conditions, and gender and birth order effects. **Journal of Rural Studies**, v. 61, p. 73-83, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.06.002>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- CAVICCHIOLI, Daniele *et al.* Does the future of a farm depend on its neighbourhood? Evidence on intra-family succession among fruit and vegetable farms in Italy. **Agri-cultural and Food Economics**, v. 7, n. 10, 2019.
- CAVICCHIOLI, Daniele *et al.* What factors encourage intrafamily farm succession in mountain areas? **Mountain Research and Development**, v. 35, n. 2, p. 152-160, 2015.
- CECCONELLO, Edinete Rita Folle *et al.* Challenges and potentialities of sustainability in the institutional food market of family farming. **Sustainability**, v. 15, n. 22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/su152215796>.
- CHHACHHAR, Addul Razaque *et al.* Impact of information and communication technologies in agriculture development. **Journal of Basic and Applied Scientific Research**, v. 4, n. 1, p. 281-288, 2014.

CHISWELL, Hannah M. From generation to generation: changing dimensions of intergenerational farm transfer. **Sociologia Ruralis**, v. 58, n. 1, p. 104-125, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/soru.12138>. Acesso em: 25 de nov. 2022.

CHISWELL, Hannah M.; LOBLEY, Matt. “It's definitely a good time to be a farmer”: understanding the changing dynamics of successor creation in late modern society. **Rural Sociology**, v. 83, n. 3, p. 630-653, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/ruso.12205>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CONWAY, Shane Francis *et al.* Cease agricultural activity forever? Underestimating the importance of symbolic capital. **Journal of Rural Studies**, v. 44, p. 164-176, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.01.016>. Acesso em: 15 out. 2022.

CONWAY, Shane Francis *et al.* Going against the grain: unravelling the habitus of older farmers to help facilitate generational renewal in agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 61, n. 3, p. 602-622, 2021.

COOPMANS, Isabeau *et al.* Understanding farm generational renewal and its influencing factors in Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 86, p. 398-409, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.06.023>. Acesso em: 18 out. 2022.

CHALITA, Marie Anne Najm. Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 97-113, jan./jun. 2005.

CHAYANOV, Alexandre V. **La organización de la unidad económica campesina** 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO EUROPEIA. FACTSHEET. O Desenvolvimento Rural na União Europeia. Luxemburgo: **Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias**, p. 1-21, 2004. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELLAR:133707b5-f4ec-47f9-b9e8-0869c5b301c1&from=DE>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CONTERATO, Marcelo Antonio; BRÁZ, Cauê Assis; RODRIGUES, Stefany Reis. A commoditização do Pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande Do Sul. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DALDEGAN, Rodolfo; CHIRIBOGA, Hernán. O futuro da juventude na agricultura: o papel da liderança. *In*: DINIZ, Fabio Homero. **Desafios e perspectivas de jovens latino-americanos na sucessão familiar da atividade leiteira**. Brasília, DF: Embrapa, p. 95-116, 2019. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/209520/1/Livro-Fabio-Sucessao-2019-completo.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A concept of agribusiness**. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 164 p., 1957.

DELGADO, Nelson Giordano *et al.* Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados. *IN: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. (org.) Conceções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras.* Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, Parte 2, p. 149 - 286, nov. 2013.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431 a 473, 2011.

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 15, n. 1, p. 85-129, jun. 2012.

DEMING, Justine *et al.* Entering the occupational category of ‘Farmer’: new pathways through professional agricultural education in Ireland. **The Journal of Agricultural Education and Extension**, v. 25, n. 1, p. 1-16, 2018.

DEPCZYNSKI, Julie; LOWER, Tony. A review of prostate cancer incidence and mortality studies of farmers and non-farmers, 2002-2013. **Cancer Epidemiology**, v. 38, n. 6, p. 654-662, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.canep.2014.09.001>. Acesso em: 11 dez. 2022.

DILL, Matheus Dhein et al. Factors affecting adoption of economic management practices in beef cattle production in Rio Grande do Sul state, Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 42, p. 21-28, 2015.

DJURFELDT, Göran. Defining and operationalizing family farming from a sociological perspective. **Sociologia Ruralis**, v.36, n.3, p. 340-351, 1996. DOI: 10.1111/j.1467-9523.1996.tb00026.x. Acesso em: 13 jan. 2023.

DUDEK, Michak; PAWŁOWSKA, Aleksandra. Can succession improve the economic situation of family farms in the short term? Evidence from Poland based on panel data **Land Use Policy**, v. 112, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105852>. Acesso em: 06 mar. 2023.

DUMAS, Colette *et al.* Factors that influence the next generation's decision to take over the family farm. **Family Business Review**, v. 8, n. 2, p. 99-120, 1995.

DURÁN, Francisco. Entrenda Cambios en la construcción social de lo rural: De la autarquía a la globalización. Madrid: **Tecnos**, p. 281 – 286, 1998.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **An in-depth review of the evolution of integrated public policies to strengthen family farms in Brazil.** FAO, Roma, 2015. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21814>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

EARLS, Alison; HALL, Heather M. Lessons for Succession Planning in Rural Canada: A Review of Farm Succession Plans and Available Resources in Haldimand County, Ontario. **Journal of Rural and Community Development**, v.13, n.4, p. 25–42, 2018.

EDWARDS, Mark R.; SHULTZ, Clifford J. Reframing Agribusiness: Moving from Farm to Market Centric. **Journal of Agribusiness**, Chicago, v.23, n.1, p.57 -73, 2005.

EISTRUP, Mathias *et al.* A “Young farmer problem”? Opportunities and constraints for generational renewal in farm management: an example from Southern Europe. **Land**, v.8, n.9, 2019. DOI:10.3390/land8040070. Acesso em: 16 out. 2022.

ELLIS, Frank. Peasant Economics: Farm households and agrarian development. **Cambridge University Press**, 1 ed., 303 p.,1993. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20PÓS-GRADUACAO/FRANK%20ELLIS/Peasant%20Economics.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

ENGELHART; Reinhardh; VOGEL, Stefan; LARCHER, Manuela. Determinants of family farm successions in Austria - multi-variant analysis with farm-related, social and emotional factors. **Berichte über Landwirtschaft**, v.96, n. 1, p.1-20, mai. 2018. Disponível em:<<https://www-cabdirect.ez372.periodicos.capes.gov.br/cabdirect/abstract/20183213909>>. Acesso em: 9 ago. 2022.

EPSTEIN, T. Scarlett; JEZEPH, David. Development - There is another way: a rural–urban partnership development paradigm. **World Development**, v. 29, n. 8, p. 1.443-1.454, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(01\)00046-8](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(01)00046-8). Acesso em: 02 fev. 2023.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. p. 19-54.

EURICH, Joelcio; WEIRICH NETO, Pedro Henrique; ROCHA, Carlos Hugo. Pecuária leiteira em uma colônia de agricultores familiares no município de Palmeira, Paraná. **Revista Ceres**, v. 63, n. 4, p. 454-460, 2016.

EUROPEAN NETWORK FOR RURAL DEVELOPMENT. **Business start-up aid for young farmers**. 11p., 2017. Disponível em:<https://enrd.ec.europa.eu/publications/business-start-aid-young-farmers_en>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FAIRWEATHER, John R.; KEATING, Norah C. Goals and management styles of New Zealand farmers. **Agricultural Systems**, v. 44, n. 2, p. 181-200, 1994.

FARAYOLA, Charles Olawale *et al.* Does innovation enhance youth participation in agriculture: a review of digitalization in developing country? **International Journal of Research in Agriculture and Forestry**, v. 7, n. 2, p. 7-14, 2020.

FARREL, Maura *et al.* Irish organics, innovation and farm collaboration: a pathway to farm viability and generational renewal. **Sustainability**, v. 14, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14010093>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FERNANDES, Denise Medianeira Mariotti; ENGEL, Bruna da Silva. Agroindústrias Familiares Rurais: vantagens e desvantagens da legalização. **Redes – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 3, p. 183-229, 2016.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 243-258.

FIALHO, Marco Antônio Verardi; WAQUIL, Paulo Dabdab. O desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. **Revista Extensão Rural**, ano XV, 2008.

FISCHER, Heike; BURTON, Rob J. F. Understanding Farm Succession as Socially Constructed Endogenous Cycles. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, p. 417-438, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/soru.12055>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOGUESATTO, Cristian Rogério *et al.* Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. **Land Use Policy**, v. 97, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104643>. Acesso em: 14 jan. 2023.

FOLKE, Carl *et al.* Resilience thinking: integrating resilience, adaptability and transformability. **Ecology and Society**, v. 15, n. 4, 2010. DOI:10.5751/ES-03610-150420. Acesso em: 03 maio 2023.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 3 ed., 2006.

FOSSÁ, Juliano Luiz *et al.* (A falta de) financiamento de crédito rural: reflexões a partir do PRONAF linhas “verdes”. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 20, n. 2, p. 189-203, 2023.

FREITAS, Leandro. A teoria evolutiva de Darwin e o contexto histórico. **Revista Bioikos**, PUC – Campinas, v.12, n.1, p. 55-62, 1998.

FRONÁ, Dániel; SZENDERÁK, János; HARANGI-RÁKOS, Mónika. The challenge of feeding the world. **Sustainability**, v.11, n. 20, 2019. DOI: <https://sci-hub.se/https://doi.org/10.3390/su11205816>. Acesso em: 03 ago. 2022.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; PANIS, Carolina. Agribusiness in Brazil and its dependence on the use of pesticides. **Hygiene and Environmental Health Advances**, v. 8, 2023.

GARNER, Elisabeth; CAMPOS, Ana Paula de la o. Identifying the family farm. An informal discussion of the concepts and definitions. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**, Rome, p.1-30, 2014. DOI: 10.22004/ag.econ.288978. Acesso em: 20 mar. 2023.

GASSON, Ruth; ERRINGTON, Andrew. *The Farm Family Business*. **CAB International**, Wallingford, 290 p., 1993. DOI: 991013075449703131. Acesso em: 03 mar. 2023.

GASSON, Ruth *et al.* The farm as a family business: a review. **Journal of Agricultural Economics**, v.39, n.1, p. 1–41, 1988. DOI:10.1111/j.1477-9552.1988.tb00560.x. Acesso em: 12 mar. 2023.

GAWLAK, Rodrigo; DALCHIAVON, Flávio Carlos. Atratividade financeira do arrendamento versus compra de terras para produção agrícola no Sul do Paraná. **Revista iPecege**, v. 4, n. 3, p. 7-14, 2018.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GERSICK, Kelin E. *et al.* **Generation to generation: life cycles of the Family business**. Harvard Business School Press, 301 p., 1977. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=4SmhXxKQ1L4C&oi=fnd&pg=PR7&dq=family+business+lifecycle&ots=vdMCNJwRIo&sig=Qhj_8PVJu85K4yDhr1T8lKeMbus#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 14 jan. 2023.

GIL, Antônio Carlos. Amostragem na pesquisa social. In: GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 99-109.

GILDING, Michael; GREGORY, Sherer; COSSON, Barbara. Motives and Outcomes in Family Business Succession Planning. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 39, n.2, p.299–312, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/etap.12040>. Acesso em: 27 set. 2022.

GLAUBEN, Thomas *et al.* Probability and timing of succession or closure in family firms: a switching regression analysis of farm households in Germany. **Applied Economics**, v. 41, n. 1, p. 45-54, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/00036840601131722>. Acesso em: 17 jan. 2023.

GLAUBEN, Thomas; TIETJE, Hendrik; WEISS, Christoph R. Intergenerational succession in farm households: evidence from Upper Austria. **Review of Economics of the Household**, v. 2, p. 443–461, 2004.

GLOVER, Jane L. Gender, power and succession in family farm business. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 6, n. 3, p. 276-295, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJGE-01-2012-0006>. Acesso em: 16 dez. 2022.

GLOVER, Jane L.; REAY, Trish. Sustaining the family business with minimal financial rewards: how do family farms continue? **Family Business Review**, v. 28, n. 2, p. 163-177, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio/ago 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfil Socioeconômico COREDE**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional Departamento de Planejamento Governamental, 34 p., 2015. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2023.

GRAEUB, Benjamin E. *et al.* The State of Family Farms in the World. **World Development**, v.87, p. 1-15, nov. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.012>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GRANDO, Ana Paula; DAL MAGRO, Márcia Luiza Pit; BADALOTTI, Rosana Maria. Políticas públicas na promoção da sucessão familiar no meio rural: avaliação das organizações sociais do oeste catarinense. **Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 139-160, 2019.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 02, p. 323-346, 2014.

GRUBBSTRÖM, Ann; SOOVÄLI-SEPPING, Helen. Estonian family farms in transition: a study of intangible assets and gender issues in generational succession. **Journal of Historical Geography**, v. 38, n. 3, p. 329-339, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jhg.2012.03.001>. Acesso em: 30 jan. 2023.

GRUBBSTRÖM, Ann; STENBACKA, Susanne; JOOSSE, Sofie. Balancing family traditions and business: Gendered strategies for achieving future resilience among agricultural students. **Journal of Rural Studies**, v. 35, p.152-161, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2014.05.003>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GUEDES, Ana Cecília; CAZELLA, Ademir Antônio. Arrendamento de terras e agricultura familiar na região meio oeste de Santa Catarina. **Interações**, Campo Grande, v.20, n. 4, p. 1249 – 1261, out/dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v20i4.1877>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GUEDES, Ana Cecília; CAZELLA, Ademir Antônio; CAPELLESSO, Adinor José. O arrendamento de terras no Brasil: subsídios para políticas públicas. **Revista Grifos**, v. 27, n. 44, p. 104-125, 2018.

HAIGH, Tonya R.; STOVER, Ronald G.; HELLING, Mary Kay. Intergenerational continuity of the family farm: influence of parental aspirations and expectations for their children. **Journal of the Great Plains Sociological Association**, v. 9, n. 1, 1996.

HANDLER, Wendy C. Succession in family business: a review of the research. **Family Business Review**, v. 7, n. 2, p. 133-157, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.1994.00133.x>. Acesso em: 23 nov. 2022.

HENNESSY, Thia C.; REHMAN, Tahir. An investigation into factors affecting the occupational choices of nominated farm heirs in Ireland. **Journal of Agricultural Economics**, v. 58, n. 1, p. 61-75, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1477-9552.2007.00078.x>. Acesso em: 20 mar. 2024.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Ângela dos. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 255- 269, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v6i1.3343>. Acesso em: 04 dez. 2022.

HOARE, Erin; JACKA, Felice; BERK, Michael. The impact of urbanization on mood disorders: an update of recent evidence. **Current Opinion in Psychiatry**, v. 32, n. 3, p 198-203, 2019. DOI: 10.1097/YCO.0000000000000487. Acesso em: 19 dez. 2023.

HOLLOWAY, Lorraine A. *et al.* Sustainable family farming futures: exploring the challenges of family farm decision making through an emotional lens of ‘belonging’. **Sustainability**, v. 12, n. 21, 2021.

HOWLEY, Peter; DONOGHUE, Cathal O. HEANUE, Kevin. Factors affecting farmers’ adoption of agricultural innovations: a panel data analysis of the use of artificial insemination among dairy farmers in Ireland. **Journal of Agricultural Science**, v. 4, n. 6, 171-179, 2012. DOI:10.5539/jas.v4n6p171. Acesso em: 03 fev. 2023.

IKERD, John. **Family farms of north america**. Food and Agriculture Organization of the United Nations and the United Nations Development Programme, v. 152, 42 p., dez. 2016. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i6354e/i6354e.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil Uma primeira aproximação**. Estudos e Pesquisa, Rio de Janeiro, n. 11, p. 84, 2017a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/rural_urbano/#/home>. Acesso em: 03 jan. 2023.

_____, 2017b. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778#resultado>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____, 2020. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2022.

_____, 2022. **População Rural e Urbana**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

_____, 2023.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. **Rural and urban labour markets: Different challenges for promoting decent work**. 2020. Disponível em:

<https://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_757960.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

INWOOD, Shoshanah M.; SHARP, Jeff S. Farm persistence and adaptation at the rural–urban interface: succession and farm adjustment. **Journal of Rural Studies**, v. 28, n. 1, p. 107-117, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2011.07.005>. Acesso em: 20 mar. 2024.

JOUZI, Zeynab *et al.* Organic farming and small-scale farmers: main opportunities and challenges. **Ecological Economics**, v. 132, p. 144-154, 2017.

KAGEYAMA, Ângela A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2004.v21.8702>. Acesso em: 03 jan. 2023.

KAGEYAMA, Ângela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KEATING, Brian A. *et al.* Food wedges: Framing the global food demand and supply challenge towards 2050. **Global Food Security**, v.3, n.3–4, p. 125-132, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2014.08.004>. Acesso em: 03 ago. 2022.

KEATING, Norah C.; LITTLE, Heather M. Choosing the successor in New Zealand family farms. **Family Business Review**, v. 10, n. 2, p. 157-171, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.1997.00157.x>. Acesso em: 15 mai. 2024.

KERBLER, Boštjan. Factors affecting farm succession: the case of Slovenia. **Agricultural Economics**, v. 58, n. 6, p. 285-298, 2012.

KIELING, Rejane Inês; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 148, p. 133-143, 2015.

KIMHI, Ayal; LOPEZ, Ramon. A note on farmers' retirement and succession considerations: evidence from a household survey. **Journal of Agricultural Economics**, v. 50, n. 1, p. 154-162, 1999.

KIMHI, Ayal; NACHLIELI, Noga. Intergenerational succession on Israeli family farms. **Journal of Agricultural Economics**, v. 52, n. 2, p. 42-58, 2001.

KIMHI, Ayal. Optimal timing of farm transferal from parent to child. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 76, n. 2, p. 228-236, 1994.

KISCHENER, Manoel Adir; KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo agrar.**, La Plata, v. 16, n. 33, 2015.

KNICKEL, Karlheinz; RENTING, Henk. Methodological and conceptual issues in the study of multifunctionality and rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, p.512–528, oct. 2000. DOI:10.1111/1467-9523.00164. Acesso em: 25 fev. 2023.

KOCH, Bradley; KHOSLA, Rajiv. The role of precision agriculture in cropping systems. **Journal of Crop Production**, v. 9, n. 1-2, p. 361-381, 2003.

KRAUSKOPF, Dina. La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. In: LEÓN, Oscar (Ed.). **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar, Chile: Cidpa, 2003.

KUHMENEN, Irene. The resilience of Finnish farms: Exploring the interplay between agency and structure. **Journal of Rural Studies**, v. 80, p. 360-371, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.10.012>. Acesso em: 10 set. 2022.

KUHMENEN, Tuomas; KUHMENEN, Irene; LUOTO, Liisa. How do rural areas profile in the futures dreams by the Finnish youth? **Journal of Rural Studies**, v. 44, p. 89-100, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.01.010>. Acesso em: 16 ago. 2023.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Sílvia Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Revista Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013. DOI: <https://doi.org/10.48075/rtc.v20i39.9817>. Acesso em: 15 mai. 2023.

LAGO, Adriano *et al.* Analyzing decision-making factors in the generational succession of rural youth. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 10, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2022.100187>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LAM, Wing. Dancing to two tunes: multi-entity roles in the family business succession process. **International Small Business Journal**, v. 29, n. 5, p. 508-533, 2011.

LAMARCHE, Hughes. (Coord.) **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Editora da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 335 p., 1993.

LANSBERG, Ivan. The succession conspiracy. **Family Business Review**, v. 1, n. 2, p. 119-143, 1988.

LEONARD, Brian *et al.* Risky (farm) business: Perceptions of economic risk in farm succession and inheritance. **Journal of Rural Studies**. 2020. DOI: [10.1016/j.jrurstud.2019.12.007](https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.12.007). Acesso em: 03 jan. 2023.

LEONARD, Brian *et al.* Policy drivers of farm succession and inheritance. **Land Use Policy**, v. 61, p. 147-159, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2016.09.006>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra *et al.* **Empresa familiar: desvendando competências, racionalidades e afetos**. São Paulo: Atlas, 2010.

LI, Min; SICULAR, Terry. Aging of the labor force and technical efficiency in crop production: evidence from Liaoning province, China. **China Agricultural Economic Review**, v. 5, n. 3, p. 342-359, 2013.

LIU, Chang *et al.* Diversifying crop rotations enhances agroecosystem services and resilience. **Advances in Agronomy**, v. 173, p. 299-335, 2022.

LI, Yuheng *et al.* Bottom-up initiatives and revival in the face of rural decline: case studies from China and Sweden. **Journal of Rural Studies**, v. 47, p. 506-513, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.07.004>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LOBLEY, Matt; BAKER, J. R. Succession and retirement in family farm businesses. In: LOBLEY, Matt; BAKER, J. R.; Whitehead I. (Eds.). **Keeping it in the family. International perspectives on succession and retirement on family farms**. Ashgate Publishing Company: Farnham, UK, 2012. pp. 49–64.

LUHRS, Diane Elizabeth. Consider the daughters, they are important to family farms and rural communities too: family-farm succession. **Gender, Place & Culture**, v. 23, n. 8, p. 1078-1092, 2016.

MAANEN, John Van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 520-526, 1979.

MACIUBA, Sandra A.; WESTNEAT, Susan C.; REED, Deborah B. Active coping, personal satisfaction, and attachment to land in older African-American farmers. **Issues in Mental Health Nursing**, v. 34, n. 5, p. 335-343, 2013. DOI: <https://doi.org/10.3109/01612840.2012.753560>. Acesso em: 25 fev. 2023.

MANEVSKA-TASEVSKA, Gordana. Farmers' knowledge attributes contribute to attaining higher farm technical efficiency: a transition economy case. **The Journal of Agricultural Education and Extension**, v. 19, n. 1, p. 7-19, 2013.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. Moda y juventud. In: MARGULIS, Mario (Ed.). **La juventud es más que una palabra**. 3 ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. p. 133-146.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v.11, n. 12, p.57-67, jan.\jun. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Campesinato e política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 94-112, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-7>. Acesso em: 15 mai. 2023.

MATTE; Alessandra *et al.* Agricultura e pecuária familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira da Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 1, p. 19-33, 2019.

MATTE; Alessandra; MACHADO, João Armando Dessimon. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, 2016. DOI: 10.19093/res.v18i37.3981. Acesso em: 29 ago. 2022.

MAYR, Enest. **The Growth of Biological Thought: diversity, evolution, and inheritance**. Cambridge: Harvard Universty Press. 1982.

MAY, Daniel *et al.* Preventing young farmers from leaving the farm: Investigating the effectiveness of the young farmer payment using a behavioural approach. **Land Use Policy**.

v. 82, p. 317-327, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.12.019>. Acesso em: 23 set.2022.

MEDEIROS, Jenifer Cristine; GRISA, Catia. O ministério do desenvolvimento agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 14, n. 34, p. 06-35, dez.2019. DOI: 10.14393/RCT143401. Acesso em: 10 jan. 2023.

MEIER, Gerald M. The old generation of development economists and the new. *In*: MEIER, Gerald M.; STIGLITS, Joseph E. **Frontiers of development economics**. Oxford University Press, 2001. p. 13-50. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=MT1Ev72eZLoC&oi=fnd&pg=PA389&dq=related:Y OUdf5G-3sJ:scholar.google.com/&ots=zSWeZllc6j&sig=XDrFEfBOvO9QoyDQTnw6yh4xUW8#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 03 fev. 2023.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira –PE**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MENDRAS, Henri. **La fin des Paysans**: suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après. Paris: Actes Sud, 446 p., 1984.

MILONE, Pierluigi; VENTURA, Flaminia. New generation farmers: rediscovering the peasantry. **Journal of Rural Studies**, v. 65, p. 43-52, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.12.009>. Acesso em: 04 out. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRACLE, Marvin P. “Subsistence Agriculture”: analytical problems and alternative concepts. **American Journal of Agricultural Economics**, v.50, n.2, p.292 – 310, mai. 1968. DOI:10.2307/1237543. Acesso em: 13 jan. 2023.

MISHRA, Ashok; EL-OSTA, Hisham. Factors affecting succession decisions in family farm businesses: evidence from a national survey. **Journal of the ASFMRA**, American Society of Farm Managers and Rural Appraisers, p. 1-10, 2008. DOI: 10.22004/ag.econ.190674. Acesso em: 07 abr. 2023.

MISHRA, Ashok; EL-OSTA, Hisham; SHAIK, Saleem. Succession decisions in U.S. family farm businesses. **Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 35, n. 1, p. 133-152, 2010.

MCKENZIE, Fiona C.; WILLIAMS, John. Sustainable food production: constraints, challenges and choices by 2050. **Food Security**, v. 7, n. 2, p. 221-233, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12571-015-0441-1>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MONARCA, D. *et al.* Safety and health of workers: exposure to dust, noise and vibrations. *Acta Hort.* 845, 437-442, 2009. DOI: <https://doi.org/10.17660/ActaHortic.2009.845.68>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MONTEIRO, Rodrigo; MUJICA, Franklin Peña. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, Edição Especial, p. 1-21, 2022.

MORAIS, Manoela; BINOTTO; Erlaine; BORGES, João Augusto Rossi. Identifying beliefs underlying successors' intention to take over the farm. **Land Use Policy**, v. 68, p. 48-58, 2017.

MORAIS, Manoela; BORGES, João Augusto Rossi; BINOTTO; Erlaine. Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm. **Land Use Policy**, v. 71, p. 445-452, 2018.

MUILU, Toivo; RUSANEN, Jarmo. Rural young people in regional development—the case of Finland in 1970-2000. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 3, p. 295-307, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(03\)00003-2](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(03)00003-2). Acesso em: 10 mar. 2023.

MUKHTAR, Umar *et al.* Does rural–urban migration improve employment quality and household welfare? evidence from Pakistan. **Sustainability**, v. 10, n. 11, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3390/su10114281>. Acesso em: 22 mar. 2023.

NANDI, Ravi *et al.* Farm parent and youth aspirations on the generational succession of farming: evidence from South India. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2021.804581>. Acesso em: 15 mar. 2023.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, 2001.

NAÇÕES UNIDAS. **Concise report on strengthening demographic evidence base for the post-2015 development agenda**. New York, NY: Department of Economic and Social Affairs, United Nations. 2016. Disponível em: <<https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/trends/ConciseReport2016/English.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2023.

NEUMANN, P.S. et al. A agroindústria familiar de vinho na região da quarta colônia do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais[...]** Fortaleza: Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Inclusão Social, 2007.

NICHELE, Fernanda Severo; WAQUIL, Dabdab. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.41, n.12, p.2230-2235, 2011.

NOTTAR, Luiz Alberto; FAVRETTO, Jacir. A determinação dos jovens rurais e a sucessão na agricultura familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 55, p. 343-358, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.55.11597>. Acesso em: 24 abr. 2023.

NUTHALL, P. L.; OLD, K. M. Farm owners' reluctance to embrace family succession and the implications for extension: the case of family farms in New Zealand. **The Journal of Agricultural Education and Extension**, v. 23, n. 1, p. 39-60, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/1389224X.2016.1200992>. Acesso em: 27 fev. 2023.

OCHOA, A. M. Aldanondo; OLIVA, V. Casanovas; SÁEZ, C. Almansa. Explaining farm succession: the impact of farm location and off-farm employment opportunities. **Spanish Journal of Agricultural Research**, v. 5, n. 2, 2007.

OGUZTURK, Omer. Differences in quality of life in rural and urban populations. **Clinical and Investigative Medicine**, v. 31, n. 6, p. 346-350, 2008. DOI <https://doi.org/10.25011/cim.v31i6.4920>.

OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa van Herk. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, 2021.

OLIVEIRA, Diego Maciel de; BARDEN, Júlia Elisabete. O Que é Desenvolvimento? What is Development? **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 19, n. 29, p. 8-16, 2015.

OLIVEIRA, Walber Machado; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Sucessão nas fazendas familiares: problemas e desafios**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Brasília, 38 p., 2018. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8358/1/td_2385.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022.

OLSSON, Rolf. Management for success in modern agriculture. *European Review of Agricultural Economics*, v. 15, n. 2-3, p. 239–259, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1093/erae/15.2-3.239>. Acesso em: 02 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO. **The future of food and agriculture – Trends and challenges**. Rome: FAO, 2017. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i6583e/i6583e.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

_____, 2014. **Towards Stronger Family Farms: Voices in the International Year of Family Farming**. Rome: FAO. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i6583e/i6583e.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

PAGANI, Regina Negri *et al.* Methodi Ordinatio 2.0: revisited under statistical estimation, and presenting FIndex and RankIn. **Quality & Quantity**, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11135-022-01562-y>. Acesso em: 04 jan. 2023.

PAIN, Adam; HANSEN, Kjell. **Rural Development**. New York: Routledge, 1 ed., 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=rT1PEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=rural+development+concept+&ots=rvoHI_9-Ys&sig=WEiuMiX85PtsLzssrNB1sa3B2xc#v=onepage&q=rural%20development%20concept&f=false>. Acesso em: 07 fev. 2023.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise social**, v. XXV, p. 139-165, 1990.

PANNO, Fernando; MACHADO, João Armando Dessimon. A sucessão em propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen/RS: influências e direcionamentos decisórios dos

atores. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 217-237, 2016. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.7634>. Acesso em: 25 jan. 2023.

PARK, Sora. Digital inequalities in rural Australia: A double jeopardy of remoteness and social exclusion. **Journal of Rural Studies**, v. 54, p. 399-407, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2015.12.018>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável** [recurso eletrônico] – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18455/Curso_Lic-Ed-Campo_Agricult-Famil-Desenv-Rur-Sust.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PATI, Debajyoti; LORUSSO, Lesa N. How to write a systematic review of the literature. **Health Environments Research & Design Journal**, v. 11, n. 1, p. 15-20, 2018.

PAWLAK, Karolina; KOŁODZIEJCZAK, Małgorzata. The role of agriculture in ensuring food security in developing countries: considerations in the context of the problem of sustainable food production. **Sustainability**, v. 12, n. 13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12135488>. Acesso em: 17 dez. 2022.

PEET, Richard; HARTWICH, Elaine. **Theories of Development: Contentions, arguments, alternatives**. Third Editons. 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=sI39CAAQAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=development+was+seen+as+economic&ots=P5IXd1lwEz&sig=AvfQ6hIK4JQORLK30zOmsvGbOVA#v=onepage&q=development%20was%20seen%20as%20economic&f=false>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. Assistência técnica e extensão rural no brasil: uma análise do censo agropecuário de 2017. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Ipea, 2020.

PERIN, Gabriela *et al.* **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Texto para Discussão, No. 2691, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2021. DOI: <https://doi.org/10.38116/td2691>.

PESSOTTO, Ana Paula *et al.* Factors influencing intergenerational succession in family farm businesses in Brazil. **Land Use Policy**, v. 87, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104045>. Acesso em: 29 ago. 2022.

PETROVIČ, František; MATURKANIČ, Patrik. Urban-rural dichotomy of quality of life. **Sustainability**, v. 14, n. 14, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14148658>. Acesso em: 21 fev. 2023.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no brasil contemporâneo. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 342-365, 2017.

- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 63-84, 2014.
- PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. Cooperativismo, fruticultura e inovações produtivas. Em debate uma experiência cooperativa situada no nordeste brasileiro. In: OCHOA, Margarita Oseguera (Org.). **La intercooperación. Del concepto a la práctica**. Sherbrooke (Quebec) Canadá: Revue Unircoop, p. 201-224, 2007.
- PITTS, Margaret J. *et al.* Dialectical tensions underpinning family farm succession planning. **Journal of Applied Communication Research**, v. 37, n. 1, p. 59-79, 2009.
- PLANA-FARRAN, Manel; GALLIZO, José Luis. The survival of family farms: Socioemotional Wealth (SEW) and factors affecting intention to continue the business. **Agriculture**, v. 11, n. 6, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/agriculture11060520>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- PLOEG, Jan Douwe Van der *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00156>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 15-58, 2006. Disponível em: <
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232207/000717534.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- POTTER, Clive; LOBLEY, Matt. Ageing and succession on family farms: the impact on decision-making and land use. **Sociologia Ruralis**, v. 32, n. 2/3, p. 317-334, 1992.
- POTTER, Clive; LOBLEY, Matt. Unbroken Threads? Succession and its Effects on Family Farms in Britain. **Sociologia Ruralis**, v. 36, n. 3, p. 286-306, 1996.
- PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. In: MONTEIRO NETO, Aristide; SANTOS, José Carlos dos. **CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS DAS CIÊNCIAS HUMANAS**, Brasília,1, 2011. **Anais [...]** Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3226>>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- QIANG-QIANG, Zhang *et al.* Asset specificity and farmers' intergenerational succession willingness of apple management. **Journal of Integrative Agriculture**, v. 22, n. 8, p. 2553-2566, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jia.2023.04.016>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- RANA, Jyoti; PAUL, Justin. Consumer behavior and purchase intention for organic food: A review and research agenda. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 38, p. 157-165, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2017.06.004>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- RAPLEY, John. **Understanding Development: Theory and Practice in the Third World**. Lynne Rienner Publishers, 3 ed., 2007.

RAY, Debraj. **Development Economics**. Princeton University Press. 1998. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=GKr5RxWT4uAC&oi=fnd&pg=PP1&dq=related:Y0uOdf5G-3sJ:scholar.google.com/&ots=r7nJCq2y9t&sig=dEyo9VN99W-uGdpgL3jpx7a9luc#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 10 jan. 2023.

RAYASAWATH, Chacattrai. Factors affecting the household succession in agricultural occupation in Nakhon Ratchasima Province, Thailand. **Agriculture**, v. 8, n. 7, p. 1-14, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3390/agriculture8070109>. Acesso em: 23 mar. 2023.

REINHARDT, Nola; BARLETT, Peggy. A persistência da agricultura familiar na agricultura dos Estados Unidos. **Sociologia Ruralis**, v.29, n. 3-4, p .203 - 225,1989. DOI:10.1111/j.1467-9523.1989.tb00367.x. Acesso em: 28 fev. 2023.

RICCIARDI, Vicent *et al.* How much of the world's food do smallholders produce? **Global Food Security**, v. 17, p. 64-72, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2018.05.002>. Acesso em: 28 jul. 2022.

RILEY, Mark. Still Being the ‘Good Farmer’: (non-)retirement and the preservation of farming identities in older age. **Sociologia Ruralis**, v. 56, n. 1, p. 96-115, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/soru.12063>. Acesso em: 13 mar. 2023.

RODRÍGUEZ, José Pérez *et al.* **Fundamentos en la dirección de la empresa familiar: emprendedor, empresa y familia**. Madrid: Thomson Publishers, 2007.

RODRIGUEZ-LIZANO, Víctor; MONTERO-VEJA, Mercedes; SIBELET, Nicole. Which variables influence the succession process in family farms? A literature review. **Cahiers Agricultures**, v. 29, n. 39, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1051/cagri/2020040>. Acesso em: 15 abr. 2023.

RUIZ, Diego Núñez. Marxismo y darwinismo: la ciencia en España entre 1750-1850 In: POONS, Santiago Gomes. CONGRESO DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE HISTORIA DE LAS CIENCIAS, 1, 1980. **Anais [...]**. 1980, p.519-526. Disponível em:< <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=574179>>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, 2020.

SAMPAIO, Priscila Yukari Sewo; ITO, Emi; SAMPAIO, Ricardo Aurélio Carvalho. The association of activity and participation with quality of life between Japanese older adults living in rural and urban areas. **Journal of Clinical Gerontology & Geriatrics**, v. 4, p. 51-56, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcgg.2012.11.004>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodología de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTHANAM-MARTIN, Michael; BRIDGE, Patten; STEVENS, Lillian. Working with stuckness: lessons from an intervention to support intergenerational transitions on Australian

dairy farms. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 40, n. 2, p. 254-271, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/02255189.2018.1517302>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SANTOS, Leal *et al.* Desenvolvimento: Um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 2, n. 1, p. 44-61 2012.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política. **Fragmentos De Cultura**, Goiânia, v. 18, n. 5/6, p. 435-446, maio/jun. 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América latina e no Caribe. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 21, n. 3, p. 11-33, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v21i3.8390>. Acesso em: 03 set. 2022.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. *In*: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v.30, n. 3, p. 511-531, julho-setembro/2010a.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85 -130, mar. 2010b.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In*: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E.M. (Orgs.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2004. 274 p.21-49.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 12-25, 2020.

SCHUHMAN, Maitê Luize. **O contexto e os efeitos do Pronaf mais alimentos para os agricultores familiares do município de Teutônia-RS**. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SCHWARZ, Ulrike. **‘To farm or not to farm’: succession, inheritance and gender**. 2001. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Edinburgh, Edimburgo, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SEERS, Dudley. What are we trying to measure. **Journal of Development Studies**, v. 8, n.3 p. 21-36, 1972. DOI: <https://doi.org/10.1080/00220387208421410>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SHAH, Kabita Kumari *et al.* Diversified crop rotation: an approach for sustainable agriculture production. **Advances in Agriculture**, v. 2021, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1155/2021/8924087>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SHAHZAD, Muhammad Abid; ABUBAKR, Syed; FISCHER, Christian. Factors affecting farm succession and occupational choices of nominated farm successors in Gilgit-Baltistan, Pakistan. **Agriculture**, v. 11, n. 12, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/agriculture11121203>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SHANIN, Teodor. The Peasantry as a Political Factor. **The Sociological Review**, v. 14, n. 1, 1966. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1966.tb01148.x>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SHARIF, Mohammed. The Concept and measurement of subsistence: A survey of the literature. **World Development**, v.14, n.5, p.555–577, mai.1986. DOI:10.1016/0305-750x(86)90124-5. Acesso em: 13 jan. 2023.

SHERIDAN, Alisson *et al.* Changing scripts: gender, family farm succession and increasing farm values in Australia. **Journal of Rural Studies**, v. 100, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103024>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SHERIDAN, Alisson *et al.* Intergenerational farm succession: How does gender fit? **Land Use Policy**. v. 109, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105612>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SILVA, Alexandre da; GAZOLLA, Marcio; OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de. A agricultura familiar nos dados do censo agropecuário 2017: uma análise comparativa do seu “tamanho” e perfil entre os três estados do sul. **DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate**, v.12(ed.esp.Dossie), p. 7–37, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3904>.

SILVA, Dalvanir Avelino; NELSON, Aline Virginia Medeiros; SILVA, Maria Aparecida Ramos. Do Desenvolvimento Como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento Como Liberdade A Evolução de um Conceito. **Desenvolvimento Em Questão**, v.16, n.42, p.42–71, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.42-71>. Acesso em: 02 fev. 2023.

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SILVA, Sandro Pereira. A agricultura familiar e suas múltiplas intera es com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015, 35 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4162/1/td_2076.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SKORA, Wojciech *et al.* Generational changes in agriculture: the influence of farm characteristics and socio-economic factors. **Agriculture**, v. 9, n. 264, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/agriculture9120264>. Acesso em: 09 mai. 2024.

SIMEONE, M. Le determinanti del trasferimento intergenerazionale in agricoltura: un'analisi empirica basata sulla stima di un modello probit. **Rivista di Economia Agraria**, n. 4, p. 519-539, 2007.

SOTTOMAYOR, Miguel; TRANTER, Richard; COSTA, Leonardo. Likelihood of succession and farmers' attitudes towards their future behaviour: evidence from a survey in Germany, the United Kingdom and Portugal. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Paris, France, v. 18, n. 2, p. 121–133, 2011. DOI: 10.48416/ij saf.v18i2.250.

SOUZA, Marcelino de; KLEIN, Ângela Luciane. Rural, ruralidade, pluralidade e multifuncionalidade do desenvolvimento rural. *In: Turismo rural: fundamentos e reflexões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 9-22, 2019. DOI: <http://hdl.handle.net/10183/193808>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso. **Cadernos EBAPE.BR**, v.4, n.4, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512006000400011>. Acesso em: 20 ago. 2022. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.02.010>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O coneito de rural. In uma nueva ruralidad em América Latina? Buenos Aires: **CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, p. 67 - 79 2001. Disponível em: <
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929012130/5osorio.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. *In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*. Rio Branco, 46., 2008. **Anais [...]**. Acre: 2008, p. 01 – 21.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa *et al.* A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa *et al.* A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-360, 2017.

STIGLBAUER, Alfred M.; WEISS, R. Christoph. Family and non-family succession in the Upper-Austrian farm sector. **Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales**, v. 54, n. 4, p. 6-26, 2000.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2002. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82617/184359.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SUESS-REYS, Julia; FUETSCH, Elena. The future of family farming: a literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. **Journal of Rural Studies**, v. 47, p. 117-140, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.07.008>. Acesso em: 10 nov. 2022.

TRIPATHI, Abhishek D. *et al.* Chapter 1 - Estimates for World Population and Global Food Availability for Global Health. **The Role of Functional Food Security in Global Health**. p. 3-24, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-813148-0.00001-3>. Acesso em: 02 ago. 2022.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, 2018.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA. **America's Diverse Family Farms**. 30 p., 2020. Disponível em:

<<https://www.ers.usda.gov/webdocs/publications/100012/eib-220.pdf?v=3021>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS – UNDESA. **68% of the world population projected to live in urban areas by 2050, says Un**. 2018. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/en/news/population/2018-revision-of-world-urbanization-prospects.html>>. Acesso em 04 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS. **Linhas de Pesquisa**. 2023.

Disponível em: https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/mestradocl/mestrado_em_desenvolvimento_e_politicas_publicas/linhas-de-pesquisa. Acesso em: 20 mar. 2024.

VALADARES, Alexandre Arbex *et al.* **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais**. Ipea, 2020.

Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9996/1/NT_69_Disoc_Agricultura%20familiar%20e%20abastecimento.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

VEIGA, José Eli da. Diretrizes para uma nova política agrária. In: LEITE, Pedro Sisnando *et al.* (Orgs). **Ministério do Desenvolvimento Agrário Reforma agrária e desenvolvimento sustentável** / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento /Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

Disponível

em:<https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/livro_reforma_agraria_e_desenvolvimento_sustentavel.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n.13, p. 179-187, 2002a.

VEIGA, José Eli da. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, v. 3, p. 383-409, 2002b.

VIEIRA, Kelmara Mendes; LENS, Solei Rejane; VISENTINI, Monize Sâmara. Financiamento, bem-estar financeiro e qualidade de vida: Percepções dos beneficiários do Pronaf. **Historia Agraria**, v. 84, p. 209-238, 2021.

VOGELER, Ingof. **The Myth of the Family Farm: Agribusiness Dominance of U.S. Agriculture**. Routledge: NewYork, 1981.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (Coord.). **Relatório de desenvolvimento juvenil - 2003**. Brasília: Unesco, 2004. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/site/documentos/relatorio_desenvolvimento_juvenil2.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Embrapa, v.2, n.1, p. 13 -78, Jan/Abr., 1985.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996. Minas Gerais. **Anais [...]** Caxambu, MG, 1996, p. 1-18.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, out. 2003.

WARD, Neil; LOWE, Philip. Shifting values in agriculture: the farm family and pollution regulation. **Journal of Rural Studies**, v. 10, n. 2, p. 173-184, 1994.

WHATMORE, Sarah. Life cycle or patriarchy? Gender divisions in family farming. **Journal of Rural Studies**, v. 7, n. 1-2, p. 71-76, 1991. DOI:10.1016/0743-0167(91)90043-r.

WHEELER, Sarah *et al.* Handing down the farm? The increasing uncertainty of irrigated farm succession in Australia. **Journal of Rural Studies**, v. 28, n. 3, p. 266-275, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2012.04.001>. Acesso em: 16 mar. 2023.

WINCK, Cesar Augustus *et al.* Processo sucessório em propriedades rurais na região oeste de Santa Catarina. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 11, n. 2, p. 115-127, 2013.

WOLF, Eric R. Peasants Englewood Cliffs. **Science**, v.153, n.3736, p. 625-626, ago.1966. DOI: 10.1126/science.153.3736.625. Acesso em: 23 jan. 2023.

WRIGHT, William; BROWN, P. Succession and investment in New Zealand farming. **New Zealand Economic Papers**, v. 53, n. 2, p. 203-214, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/00779954.2017.1419501>.

ZANDER, Katrin; HAMM, Ulrich. Consumer preferences for additional ethical attributes of organic food. **Food Quality and Preference**, v.21, n. 5, p. 495-503, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.foodqual.2010.01.006>. Acesso em: 10 jan. 2023

ZHANG, Xing Quan. The trends, promises and challenges of urbanisation in the world. **Habitat International**, v. 54, n. 3, p. 241-252, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.11.018>. Acesso em: 20 set. 2022.

ŻMIJA, Katarzyna *et al.* Small farming and generational renewal in the context of food security challenges. **Global Food Security**, v. 26, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100412>. Acesso em: 03 jan. 2023.

ŽUTINIĆ, Đurđica; GRGIĆ, Ivo. Family farm inheritance in Slavonia region, Croatia. **Agricultural Economics**, v. 56, n. 11, p. 522-531, 2010.

APÊNDICE A - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE)

FATORES DETERMINANTES DA SUCESSÃO INTERGERACIONAL EM ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO COREDE MISSÕES, RS

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Fatores determinantes da sucessão intergeracional em estabelecimentos da agricultura familiar no COREDE Missões, RS”. Desenvolvida por Darlan Nei Writzl, aluno do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo, sob orientação das professoras Dr.^a Iara Battisti e Dr.^a Dionéia Dalcin.

O objetivo do estudo é analisar fatores que influenciam a sucessão intergeracional na agricultura familiar em Giruá. A sucessão intergeracional consiste na transferência do gerenciamento e do capital entre a atual geração dirigente do negócio familiar e a que virá a dirigir, dando continuidade do negócio nas “mãos da família”. Com esse estudo, busca-se entender os motivos que fazem com que taxas cada vez menores de jovens decidem dar continuidade ao trabalho da família na agricultura.

O convite a sua participação se deve por você ser agricultor(a) familiar e ter filho que é um potencial sucessor para a propriedade ou por ser filho(a) de agricultor(a) que reside na propriedade e é um potencial sucessor para a mesma. Esta pesquisa será útil para o desenvolvimento de políticas públicas, que aumentem as oportunidades para sucessores de propriedades rurais familiares e para o aperfeiçoamento das políticas já existentes.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um questionário à equipe da pesquisa. O tempo de duração para preenchimento do questionário é de aproximadamente 15 (quinze) minutos. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos e após serão destruídos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é de que os resultados obtidos podem ser utilizados com o intuito de fomentar políticas públicas destinadas aos jovens que desejam permanecer no meio rural.

O risco desta pesquisa é que você pode apresentar reações de desconforto emocional durante a entrevista. Se isso ocorrer a entrevista será interrompida e você será encaminhado a Unidade Básica de Saúde (UBS) a qual pertence e ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Giruá. Como forma de minimizar o risco, isto é, desconforto emocional, você tem a liberdade de responder ou não qualquer questão do instrumento de coleta de dados.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Em caso de agricultor(a) com filho(a) menor de idade: concorda com a participação de seu(ua) filho(a) na pesquisa respondendo perguntas de um questionário?

() Sim () Não

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

CAAE: 71180123.9.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFS: 6.255.523

Data de Aprovação: 23 de agosto de 2023

_____, RS, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável: Darlan Nei Writzl

Tel: (55) 9.9117-7208

E-mail: darlan.writzl@outlook.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Rua Major Antônio Cardoso, nº 590 – CEP: 97900-000, Centro, Cerro Largo, Rio Grande do Sul, Brasil.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Tel e Fax: (49) 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante:

Assinatura: _____

APÊNDICE B - Instrumento de coleta de dados

BLOCO I: Características sociodemográficas da propriedade familiar

Localidade: _____

1. É utilizada mão de obra predominantemente da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento?
() Sim () Não

2. A maior parte da renda familiar é originada de atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento?
() Sim () Não

3. Qual o tamanho da propriedade? _____ hectares.

4. A sede da propriedade é:
() Própria
() Arrendada

5. Possui área cultivada por meio do arrendamento rural? () Sim () Não

5.1. Se sim, qual a área arrendada? _____ hectares.

6. Qual a distância da propriedade até a cidade mais próxima? _____ Km

7. Quais atividades são desenvolvidas na propriedade?

() Lavouras permanentes. Qual(is)? _____

() Lavouras temporárias. Qual(is)? _____

() Suinocultura. Tamanho do rebanho: _____ porcos.

() Aquicultura

() Produção leiteira. Produção: _____ l/dia.

() Pecuária de corte. Tamanho do rebanho: _____ bovinos.

() Agroindústria. Qual tipo? _____

() Horticultura

() Ovinocultura. Tamanho do rebanho: _____

() Turismo rural

() Outra, qual? _____

8. Recebeu, nos últimos 5 anos, crédito subsidiado pelo governo por meio de alguma política pública? () Sim () Não

Se sim, qual? _____

9. Quantas gerações da família já trabalharam na propriedade? _____

10. Quanto tempo desde a fundação ou aquisição da propriedade pela família: _____ anos

11. Indique quais benfeitorias possui na propriedade:

() Galpão _____

() Casa _____

() Sala de ordenha _____

() Estábulo _____

() Free Stall _____

() Chiqueiro/pocilga _____

() Outros: _____

12. Tipo de produção?

() Convencional

() Orgânica. Com certificação? () Sim () Não

13. Indique quais e quantas máquinas e implementos listados abaixo possui na propriedade:

- Trator com potência menor que 75cv(55,2kW)
 Trator com potência entre 75cv(55,2kW) - 150cv(110.3kW)
 Trator com potência maior que 150cv(110.3kW)
 Reboque _____ toneladas
 Distribuidor de adubo: (orgânico) _____ litros; (químico) _____ Kg
 Distribuidor de calcário: _____ Kg
 Pulverizador: _____ litros
 Arado
 Subsolador
 Colheitadeira: _____ metros
 Enfardadeira
 Semeadeira: _____ linhas
 Roçadeira
 Ensiladeira
 Plataforma
 Guincho _____ toneladas
 Grade
 Desensiladeira
 Ordenhadeira mecânica _____ conjuntos
 Resfriador: _____ litros
 Lembra de algum outro, que acha relevante citar? _____

14. Possui acesso à internet na propriedade? () Sim () Não

14.1. Utiliza a internet para atividades gerenciais da propriedade? () Sim () Não

Indique quais tecnologias são utilizadas na propriedade:

15. Tecnologia Digital	16. Tecnologia de Energia renovável
<input type="checkbox"/> Não utiliza	<input type="checkbox"/> Não implementou
<input type="checkbox"/> Drone	<input type="checkbox"/> Energia Solar
<input type="checkbox"/> Telemetria	<input type="checkbox"/> Eólica
<input type="checkbox"/> GPS	<input type="checkbox"/> Biomassa
<input type="checkbox"/> Outras:	<input type="checkbox"/> Outras

16. Nos últimos 5 anos, foram adicionados novos sistemas de produção aos já existentes? () Sim () Não

16.1. Se sim, qual(is)?

- Pecuária
 Grãos
 Agroturismo
 Agroindústria
 Vegetais
 Outro. Qual? _____

17. Nos últimos 5 anos, foram feitas novas melhorias na infraestrutura da propriedade? () Sim () Não

17.1. Se sim, qual o valor investido? R\$ _____

18. Nos últimos 5 anos, foram feitas novas melhorias em maquinários da propriedade? () Sim () Não

18.1. Se sim, qual o valor investido? R\$ _____

19. Nos últimos 5 anos, foram compradas novas áreas de terra? () Sim () Não

20. Procura/possui assistência técnica/acompanhamento de profissional? () Sim () Não

BLOCO II: Características do agricultor principal

21. Sexo: () Masculino () Feminino

22. Idade: _____ anos

23. Escolaridade:

- Analfabeto
- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino técnico. Qual? _____
- Ensino superior incompleto.
- Ensino superior completo. Qual? _____
- Pós-graduação. Qual? _____

24. Estado civil:

- Solteiro(a)
- Morando junto/união estável
- Casado(a), primeiro(a) esposo(a)
- Casado(a), segundo(a) esposo(a)
- Viúvo(a)
- Divorciado(a)

25. Caso for casado(a), o(a) cônjuge trabalha na propriedade? () Sim () Não

26. Número de filhos(as): _____

26.1. Dos quais, _____ moça(s); _____ rapaz(es).

27. Você é associado à alguma cooperativa agrícola? () Sim, apenas uma. () Sim, mais de uma. () Não

28. Você identificou um sucessor?

- Definitivamente
- Muito provável
- Possivelmente
- Improvável
- Definitivamente não

29. Você já atingiu a idade de aposentadoria? () Sim () Não

Caso tenha respondido positivamente esta questão, por favor, pular para a questão 33.

30. Pretende parar de trabalhar ao atingir a idade de aposentadoria? () Sim

() Não

31. Qual é o plano para a gestão da propriedade quando chegar na idade de aposentadoria?

- Continuar como está
- Passar para um filho(a)
- Passar para mais de um(a) filho(a)
- Passar para outros membros da família
- Vender a terra
- Arrendar a terra
- Não pensou nisso
- Outro. Qual? _____

32. Quando você chegar na idade da aposentadoria - 60 anos (homem) ou 55 anos (mulher) - pretende:

- Continuar trabalhando normalmente na agricultura.
- Continuar envolvido no dia a dia da propriedade, mas com uma redução das tarefas mais árduas.
- Apenas continuar morando na propriedade.
- Desenvolver outra atividade fora da agricultura.
- Mudar-se para a cidade.
- Outra. Qual? _____

Sobre as **decisões que envolvem a gestão da propriedade**, identifique seu grau de concordância a partir da escala abaixo:

Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo/Nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

33. Fazer alterações em sistemas já estabelecidos é uma verdadeira dor de cabeça.	1	2	3	4	5
34. Os filho/as que não serão sucessores devem ser compensados com outras coisas em vez de terra.	1	2	3	4	5
35. Incentivo meu(s) filho(s)/minha(s) filha(s) a permanecer(em) na propriedade.	1	2	3	4	5
36. A sucessão é discutida entre as partes interessadas da família.	1	2	3	4	5
37. Me sinto confortável ao pensar sobre abrir mão do controle gerencial da propriedade.	1	2	3	4	5
38. Preocupo-me com o que os outros pensam.	1	2	3	4	5
39. Analiso alternativas antes de agir.	1	2	3	4	5
40. Planejo com bastante antecedência.	1	2	3	4	5
41. Prefiro usar a experiência em vez de palpites.	1	2	3	4	5

Nas afirmações a seguir, identifique seu grau de importância a partir da escala abaixo:

Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
1	2	3	4	5

42. Passar a propriedade para o(s)/a(s) filho(s)/filha(s).	1	2	3	4	5
43. Férias e lazer.	1	2	3	4	5
47. Assumir riscos financeiros.	1	2	3	4	5
44. Garantir que os membros da família gostem de seu trabalho.	1	2	3	4	5
45. Planejar a aposentadoria.	1	2	3	4	5
46. Expandir o tamanho do negócio.	1	2	3	4	5
47. Todos os membros familiares participarem na tomada de decisões.	1	2	3	4	5

APÊNDICE C - Visão geral dos artigos revisados

Ranking	Publicação (autor, ano, título e revista)	FI	Ano	Citações	In Ordina- tio
1	Inwood e Sharp, 2012, Farm persistence and adaptation at the rural–urban interface: succession and farm adjustment, <i>Journal of Rural Studies</i>	6,6	2012	290	273,29
2	Morais, Borges e Binotto, 2018, Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm, <i>Land Use Policy</i>	9,9	2018	101	235,39
3	Cavicchioli, Bertoni e Pretolani, 2018, Farm succession at a crossroads: the interaction among farm characteristics, labour market conditions, and gender and birth order effects, <i>Journal of Rural Studies</i>	6,6	2018	117	225,25
4	Bertoni e Cavicchioli, 2016, Farm succession, occupational choice and farm adaptation at the rural-urban interface: the case of Italian horticultural farms, <i>Land Use Policy</i>	9,9	2016	113	214,03
5	Joosse e Grubbström, 2017, Continuity in farming - Not just family business, <i>Journal of Rural Studies</i>	6,6	2017	110	194,29
6	Morais, Binotto e Borges, 2017, Identifying beliefs underlying successors' intention to take over the farm, <i>Land Use Policy</i>	9,9	2017	75	183,54
7	Chiswell, 2018, From generation to generation: changing dimensions of intergenerational farm transfer, <i>Sociologia Ruralis</i>	6,1	2018	85	174,53
8	Pessotto <i>et al.</i> , 2019, Factors influencing intergenerational succession in family farm businesses in Brazil, <i>Land Use Policy</i>	9,9	2019	49	174,09
9	Foguesatto <i>et al.</i> , 2020, Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil, <i>Land Use Policy</i>	9,9	2020	37	167,74
10	Carolan, 2018, Lands changing hands: Experiences of succession and farm (knowledge) acquisition among first-generation, multigenerational, and aspiring farmers, <i>Land Use Policy</i>	9,9	2018	51	163,96
11	Keating e Little, 1997, Choosing the successor in New Zealand family farms, <i>Family Business Review</i>	11,4	1997	229	160,26
12	Conway <i>et al.</i> , 2017, Uncovering obstacles: the exercise of symbolic power in the complex arena of intergenerational family farm transfer, <i>Journal of Rural Studies</i>	6,6	2017	81	158,04
13	Conway <i>et al.</i> , 2016, Cease agricultural activity forever? Underestimating the importance of symbolic capital, <i>Journal of Rural Studies</i> .	6,6	2016	89	154,36
14	Calus, Van Huylenbroeck e Van Lierde, 2008, The relationship between farm succession and farm assets on Belgian Farms, <i>Sociologia Ruralis</i>	6,1	2008	184	148,18
15	Dumas <i>et al.</i> , 1995, Factors that influence the next generation's decision to take over the family farm, <i>Family Business Review</i>	11,4	1995	198	141,84
16	Barbosa <i>et al.</i> , 2020, Using Q-methodology to identify rural women's viewpoint on succession of family farms, <i>Land Use Policy</i>	9,9	2020	24	141,74
17	Arends-Kuenning <i>et al.</i> , 2021, Gender, education, and farm succession in Western Paraná State, Brazil, <i>Land Use Policy</i>	9,9	2021	16	135,05
18	Breitenbach e Foguesatto, 2023, Should I stay or should I go? Gender differences and factors influencing family farm business succession in Rio Grande do Sul, Brazil, <i>Land Use Policy</i>	9,9	2023	7	132,68
19	Mishra, El-Osta e Shaik, 2010, Succession decisions in U.S. family farm businesses, <i>Journal of Agricultural and Resource Economics</i>	2,5	2010	183	128,58

20	Hennessy e Rehman, 2007, An investigation into factors affecting the occupational choices of nominated farm heirs in Ireland	6,3	2007	134	115,08
21	Cassidy e McGrath, 2014, The relationship between 'non-successor' farm offspring and the continuity of the Irish family farm, <i>Sociologia Ruralis</i>	6,1	2014	73	114,21
22	Conway <i>et al.</i> , 2021, Going against the grain: unravelling the habitus of older farmers to help facilitate generational renewal in agriculture, <i>Sociologia Ruralis</i>	6,1	2021	17	99,55
23	Kimhi e Nachlieli, 2001, Intergenerational Succession on Israeli Family Farms, <i>Journal of Agricultural Economics</i>	6,3	2001	158	98,57
24	Mishra e El-Osta, 2008, Effect of agricultural policy on succession decisions of farm households, <i>Review of Economics of the Household</i>	3,8	2008	137	97,54
25	Cavicchioli <i>et al.</i> , 2015, What factors encourage intrafamily farm succession in mountain areas? <i>Mountain Research and Development</i>	2,5	2015	84	97,16
26	Skora <i>et al.</i> , 2019, Generational changes in agriculture: the influence of farm characteristics and socio-economic factors, <i>Agriculture</i>	3,1	2019	42	94,42
27	Farrel <i>et al.</i> , 2022, Irish organics, innovation and farm collaboration: a pathway to farm viability and generational renewal, <i>Sustainability</i>	5	2022	14	94,04
28	Potter e Lobley, 1992, Ageing and succession on family farms: the impact on decision-making and land use, <i>Sociologia Ruralis</i>	6,1	1992	245	93,14
29	Nuthall e Old, 2017, Farm owners' reluctance to embrace family succession and the implications for extension: the case of family farms in New Zealand, <i>The Journal of Agricultural Education and Extension</i>	3,5	2017	51	89,54
30	Plana-Farran e Gallizo, 2021, The survival of family farms: Socioemotional Wealth (SEW) and factors affecting intention to continue the business, <i>Agriculture</i>	3,1	2021	24	87,05
31	Pitts <i>et al.</i> , 2009, Dialectical tensions underpinning family farm succession planning, <i>Journal of Applied Communication Research</i>	3,6	2009	113	86,89
32	Potter e Lobley, 1996, The farm family life cycle, succession paths and environmental change in Britain's countryside, <i>Journal of Agricultural Economics</i>	6,3	1996	176	86,85
33	Chiswell e Lobley, 2018, "It's definitely a good time to be a farmer": understanding the changing dynamics of successor creation in late modern society, <i>Rural Sociology</i>	4,8	2018	31	84,39
34	Cavicchioli <i>et al.</i> , 2019, Does the future of a farm depend on its neighbourhood? Evidence on intra-family succession among fruit and vegetable farms in Italy, <i>Agricultural and Food Economics</i>	4,7	2019	24	80,42
35	Glauben <i>et al.</i> , 2009, Probability and timing of succession or closure in family firms: a switching regression analysis of farm households in Germany, <i>Applied Economics</i>	2,8	2009	114	79,51
36	Potter e Lobley, 1996, Unbroken threads? Succession and its effects on family farms in Britain, <i>Sociologia Ruralis</i>	6,1	1996	157	78,30
37	Grubbström e Sooväli-Sepping, 2012, Estonian family farms in transition: a study of intangible assets and gender issues in generational succession, <i>Journal of Historical Geography</i>	2,2	2012	92	76,98
38	Kimhi e Lopez, 1999, A note on farmers' retirement and succession considerations: evidence from a household survey, <i>Journal of Agricultural Economics</i>	6,3	1999	97	67,41
39	Matser, Bouma e Veldhuizen, 2020, No hard feelings? Non-succeeding siblings and their perceptions of justice in family firms, <i>Journal of Family Business Management</i>	4,2	2020	15	66,74

40	Bertolozzi-Caredio <i>et al.</i> , 2020, Key steps and dynamics of family farm succession in marginal extensive livestock farming, <i>Journal of Rural Studies</i>	6,6	2020	3	66,74
41	Deming <i>et al.</i> , 2019, Entering the occupational category of 'Farmer': new pathways through professional agricultural education in Ireland, <i>The Journal of Agricultural Education and Extension</i>	3,5	2019	22	65,09
42	Sheridan <i>et al.</i> , 2023, Changing scripts: Gender, family farm succession and increasing farm values in Australia, <i>Journal of Rural Studies</i>	6,6	2023	0	64,68
43	Borychowski, Grzelak e Stępień, 2023, Economic and environmental determinants of farm succession. The empirical evidence from Wielkopolska region (Poland), <i>Journal of Rural Studies</i>	6,6	2023	0	64,68
44	Breitenbach, Dallagnol e Troian, 2023, "Decidi ficar": aspectos emocionais como fatores determinantes do processo sucessório em Ipiranga do Sul/RS. <i>Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional</i>	5,6	2023	2	64,68
45	Mann, 2007, Tracing the process of becoming a farm successor on Swiss family farms, <i>Agriculture and Human Values</i>	5,2	2007	63	64,63
46	Nandi <i>et al.</i> , 2022, Farm parent and youth aspirations on the generational succession of farming: evidence from south India, <i>Frontiers in Sustainable Food Systems</i>	4	2022	8	64,04
47	Cassidy, 2019, Female successors in Irish family farming: four pathways to farm transfer, <i>Canadian Journal of Development Studies</i>	3,8	2019	19	63,09
48	O'Callaghan e Warburton, 2017, No one to fill my shoes: narrative practices of three ageing Australian male farmers, <i>Ageing & Society</i>	4,3	2017	23	62,54
49	Kimhi, 1994, Optimal timing of farm transferal from parent to child, <i>American Journal of Agricultural Economics</i>	6,7	1994	107	62,04
50	Holloway <i>et al.</i> , 2021, Sustainable family farming futures: exploring the challenges of family farm decision making through an emotional lens of 'belonging', <i>Sustainability</i>	5	2021	6	61,05
51	Ward e Lowe, 1994, Shifting values in agriculture: the farm family and pollution regulation, <i>Journal of Rural Studies</i>	6,6	1994	105	60,40
52	Qiang-qiang <i>et al.</i> , 2023, Asset specificity and farmers' intergenerational succession willingness of apple management, <i>Journal of Integrative Agriculture</i>	5,6	2023	0	54,68
53	Rayasawath, 2018, Factors Affecting the Household Succession in Agricultural Occupation in Nakhon Ratchasima Province, Thailand, <i>Agriculture</i>	3,1	2018	21	53,11
54	Luhrs, 2016, Consider the daughters, they are important to family farms and rural communities too: family-farm succession, <i>Gender, Place & Culture</i>	3	2016	30	52,81
55	Piras e Botnarenco, 2018, Problems of farm succession in the post-Soviet space: insights from the Republic of Moldova., <i>Journal of Land Use Science</i>	4,4	2018	10	50,39
56	Ochoa, Oliva e Sáez, 2007, Explaining farm succession: the impact of farm location and off-farm employment opportunities, <i>Spanish Journal of Agricultural Research</i>	1,9	2007	95	49,41
57	Santhanam-Martin, Bridge e Stevens, 2019, Working with stuckness: lessons from an intervention to support intergenerational transitions on Australian dairy farms, <i>Canadian Journal of Development Studies</i>	3,8	2019	8	44,75
58	Kischener, Kiyota e Peroni, 2015, Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais, <i>Mundo Agrario</i>	0,3	2015	52	43,16

59	Taylor, Norris e Howard, 1998, Succession patterns of farmer and successor in Canadian farm families, <i>Rural Sociology</i>	4,8	1998	74	41,20
60	Taylor e Norris, 2000, Sibling relationships, fairness, and conflict over transfer of the Farm, <i>Family Relations</i>	2,9	2000	100	37,42
61	Abdala, Binotto e Borges, 2021, Family farm succession: evidence from absorptive capacity, social capital, and socioeconomic aspects, <i>Revista de Economia e Sociologia Rural</i>	0,8	2021	12	34,05
62	Conway <i>et al.</i> , 2018, Till death do us part: Exploring the Irish farmer-farm relationship in later life through the lens of 'Insiderness', <i>International Journal of Agricultural Management</i>	1	2018	21	32,11
63	Žutinić e Grgić, 2010, Family farm inheritance in Slavonia region, Croatia, <i>Agricultural Economics</i>	3,5	2010	18	28,58
64	Akdemir <i>et al.</i> , 2021, Ageing population and agricultural sustainability issues: case of Turkey, <i>New Medit</i>	1,6	2021	6	27,05
65	Cassidy, 2017, 'I like it – I just don't know what to do with it.': the student-successor in Irish family farming, <i>Irish Geography</i>	1,8	2017	9	20,04